

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CRISTINA BESEN MÜLLER

URBANIDADES DESVIANTES, TERRITÓRIO DESVIADO

Mercado Cor-de-Rosa e gentrificação em um *pedaço*

LGBTQIA+ no Centro de Florianópolis

ORIENTADOR: PAULO TAVARES

Brasília/DF
Novembro/2022

**FLORIPA
FRIENDLY***



Tem para todos
os gostos e bolsos!
Tá esperando o quê
pra pegar o seu?



* desde que você possa pagar

CRISTINA BESEN MÜLLER

URBANIDADES DESVIANTES, TERRITÓRIO DESVIADO
Mercado Cor-de-Rosa e gentrificação em um *pedaço* LGBTQIA+ no
Centro de Florianópolis

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU) da Universidade de Brasília (UnB).

Área de Concentração: Projeto e Planejamento.

Linha de Pesquisa: Paisagem, Território e Políticas Urbanas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Tavares.

BRASÍLIA, DF, NOVEMBRO DE 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bu Besen Müller, Cristina
Urbanidades Desviantes, Território Desviado: Mercado Cor
de-Rosa e gentrificação em um pedaço LGBTQIA+ no Centro de
Florianópolis / Cristina Besen Müller; orientador Paulo
Tavares. -- Brasília, 2022.
185 p.

Dissertação(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Planejamento urbano. 2. Território desviante. 3.
Ocupação urbana. 4. Gentrificação. 5. LGBTQIA+. I. Tavares,
Paulo, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTINA BESEN MÜLLER

URBANIDADES DESVIANTES, TERRITÓRIO DESVIADO
Mercado Cor-de-Rosa e gentrificação em um *pedaço* LGBTQIA+ no
Centro de Florianópolis

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Paulo Tavares
Universidade de Brasília – UnB – Presidente

Profa. Dr.a Elane Ribeiro Peixoto
Universidade de Brasília – UnB – Examinadora interna

Prof. Dr. Clévio Dheivas Nobre Rabelo
Universidade Federal do Ceará – UFC – Examinador externo

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhaes de Lima
Universidade de Brasília – UnB – Examinador Suplente

BRASÍLIA, DF, NOVEMBRO DE 2022

*Dedico este trabalho a todes pesquisadores LGBTQIA+ que
vieram antes, que abriram portas para que possamos pensar
Ciência de novas formas*

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, devo dizer que escrever esta dissertação – durante uma pandemia, acompanhada do momento psicológico mais difícil que já passei – foi um mergulho no desconhecido. Foi um mergulho profundo, angustiante, em águas lodosas e difíceis de navegar. Também foi um processo de autodescoberta, de destruição de velhas ideias e de reconstrução de conhecimentos. Nesse processo, ocorreram encontros com realidades distintas a minha, compreensão de que nada é individual, de que tudo é sistêmico, mas também de que nada é sólido, e a saída desse sistema opressor deve ser coletiva. Nas palavras de Emicida (2019), “Rodeio o globo, hoje tô certo de que todo mundo é um, e tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”. Dito isso, preciso agradecer àqueles que estiveram ao meu lado durante esta dura caminhada.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Paulo Tavares, por me guiar ao longo de todos os percalços da trajetória deste trabalho, sempre debatendo de forma aberta e motivando a visão crítica sobre os temas trabalhados. Aos membros da banca, Clévio, Elane, e Carlos, agradeço por suas considerações e suas críticas, que desde a qualificação auxiliaram para o amadurecimento deste texto.

Sou grata, também, à minha família, em especial aos meus pais, Cledor e Elizete, por me apoiarem e por estarem do meu lado sempre. Aos meus irmãos, Henrique e Leonardo, que mesmo morando longe, sei que fariam tudo aos seus alcances para nos verem bem. Aos meus primos, Gabriel e Rodrigo, por sempre serem capazes de me fazer rir e refletir sobre a vida.

À Marina Cecília de Souza, pelo amor, pelo carinho e pelo companheirismo, por sempre acreditar no meu potencial, e por me estimular a continuar mesmo quando eu achava que não daria conta. Não foi nada fácil, mas sem você teria sido ainda mais difícil.

Aos meus amigos-irmãos, sou eternamente grata pelo apoio (e por me ouvirem chorar as pitangas): Julia Juskow, Bruno Jordão, Diogo Mello Jeremias, Julia Miola, Thayssa Christensen, Nicole Junckes e Ana Letícia Saquete Gonçalves.

Agradeço, também, aos outros caríssimos amigos, sempre em meu coração: Bruna Maria, Isabela Figueiró, Mariana Beppler, Rafael Moraes, Aretha Rodrigues,

Bárbara Fernandes, Stefan Maier, Marianna Godoy, Milena Rós, Carolina Schleder e Angela Marschall. Às meninas do ateliê Urbe, Ana Zabotti e Daniela Lopes, por serem amigas fantásticas e sempre terem uma palavra de apoio em momentos de desespero.

Aos meus amigos do Ciência Sem Fronteiras, que sempre terão um pedaço do meu coração. Obrigada Gui, Di, Flá, Paty, Ray, Carol e Julia. O que as políticas de incentivo à ciência brasileira uniu, ninguém separa!

Às colegas do PPG-FAU-UnB, que, por seu companheirismo, ajudaram em cada passo deste caminho. Um agradecimento especial à Clarissa Saporì Avelar e à Rafaella Cavalcanti, que me ajudaram muito a não surtar em momentos estressantes do Mestrado.

Aos companheiros de pesquisa do PET-ARQ-UFSC, por todas as trocas de ideias e o crescimento coletivo proporcionado durante nosso percurso *juntas*: Lucas Reitz, Douglas Hinckel, Gilberto Leite, Gus Truppel e Raquel Neves.

Por último, agradeço à minha psicóloga, Amanda, e à minha psiquiatra, Greice. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui.

Muito obrigada a todes!

Explicam-nos que, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só se pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente.

(FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1, 1999, p. 11)

No discurso vigente em minha infância, criar problema era precisamente o que não se devia fazer, pois isso traria problemas para nós. A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos, fenômeno que deu lugar a meu primeiro discernimento crítico da manha sutil do poder: a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas. Assim, concluí que problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los.

(BUTLER, Judith. Problemas de Gênero, 2019, p. 7).

RESUMO

Nos últimos 20 anos, são notáveis as reverberações das demandas coletivas do movimento LGBTQIA+ no município de Florianópolis, como a criação de conselhos e de planos de políticas públicas voltadas a esta população. Essas iniciativas, quando efetivadas, são capitaneadas sob um *marketing* urbano governamental LGBTQIA+ *friendly*, focadas nas ideias de *Pink Money* e de Mercado Cor-de-Rosa, cujo efeito perverso é deslocar as pessoas que lutaram por essas pautas em primeiro lugar, que são os setores mais subalternizados dentro da comunidade LGBTQIA+. Utilizando de certas metodologias, principalmente cartográficas e historiográficas, busco traçar o arco da formação da espacialidade LGBTQIA+ em Florianópolis, desde a formação de uma comunidade organizada até a consolidação dessas pautas identitárias em programas e em políticas públicas. A partir dessa visão cartográfico-historiográfica, busco tentar entender como a efetivação dessas políticas são incompletas ou, quando concretizadas, acabam por comercializar esses espaços identitários, exacerbando processos de gentrificação e de desigualdade urbana através de intersecções de gênero, de raça e de classe dentro da própria comunidade LGBTQIA+.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Território desviante; Ocupação urbana; Gentrificação; LGBTQIA+.

ABSTRACT

In the last 20 years, reverberations of the collective demands of the LGBTQIA+ movement in the city of Florianópolis are notable, such as the creation of councils and public policy plans aimed at this population. These initiatives, when implemented, are led under a LGBTQIA+-friendly governmental urban marketing, focused on the ideas of Pink Money and Pink Market, whose perverse effect is to displace the people who fought for these agendas in the first place, which are the most subalternized within the LGBTQIA+ community. Using certain methodologies, primarily cartographies and historiographies, I seek to trace the arc of the formation of the LGBTQIA+ spatiality in Florianópolis, from the formation of an organized community to the consolidation of these identity agendas in public programs and policies. From this cartographic-historiographical view, I try to understand how the implementation of these policies are either incomplete, or when carried out, they end up commercializing these identity spaces, exacerbating processes of gentrification and urban inequality through gender, race and class intersections within the LGBTQIA+ community itself.

Keywords: Urban planning; Deviant territory; Urban occupation; Gentrification; LGBTQIA+.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte do jornal Lampião da Esquina, 1978. Reportagem de Beto Stodieck intitulada “Florianópolis, meu amor”. Grifos meus.	19
Figura 2 - Diagrama de Estratificação Social Brasileira sob a hipótese de Darcy Ribeiro (2014).....	38
Figura 3 - Localização da Área de Estudos.....	72
Figura 4 – Recorte parcial da gravura intitulada Plano da Villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina. José Custódio de Sá e Faria, 1754.	73
Figura 5 – Cartão postal contendo foto aérea da região da Praça XV de Novembro (Centro fundacional) nos anos 1960. Inserção dos nomes dos locais feita por mim.	74
Figura 6 – Foto aérea da região do Centro fundacional na segunda metade dos anos 1960	81
Figura 7 – Territórios LGBTQIA+ no Centro fundacional de Florianópolis entre 1970 e 1990.	82
Figura 8 - Vista aérea da Praça XV de Novembro e arredores na década de 1970..	83
Figura 9 – Foto aérea do Largo da Alfândega e do Mercado Público de Florianópolis em 1980, área utilizada no período noturno para a prática de cruising.....	84
Figura 10 - Cartão postal distribuído pela Postal Colombo nos anos 1970. Em cores, intervenções e escritos feitos por mim.	87
Figura 11 - Retratos prisionais de pessoas detidas Polícia Civil de São Paulo.....	89
Figura 12 – Foto aérea do carnaval do Roma na década de 1980.	91
Figura 13 – Rosely Roth, militante lésbica, sobe em uma cadeira para discursar contra a opressão sofrida no bar.....	96
Figura 14 - O Salão de Festas das Bruxas do Itaguaçu, descritos no folclore florianopolitano	97
Figura 15 – Recorte do jornal Lampião da Esquina, 1979. Reportagem “Escolha Seu Roteiro”, escrita por Alceste Pinheiro. Grifos meus.....	98
Figura 16 – Foto aérea do Terminal Urbano de Florianópolis em 1980, área utilizada no período noturno para a prática de cruising	99
Figuras 17, 18, 19, 20 – Paisagem da boate Oppium, na Escadaria do Rosário. Canto superior esquerdo, vista escada acima, 2018. Canto inferior esquerdo, vista escada abaixo, 2020. Canto superior direito, edificação onde se localizava a Oppium, 1997. Canto inferior direito, desfile Gala Gay em 1983. Coloração digital em rosa feita por mim.....	100
Figuras 21 e 22 – À esquerda, Rainha do Primeiro Gala Gay, na Boate Oppium, 1980. À direita, um dos cem <i>outdoors</i> de divulgação do Gala Gay espalhados pelo litoral catarinense no carnaval de 1984.....	102
Figura 23 – Recortes de reportagens de 1987 do Jornal Zero, da UFSC, que demonstram como o surgimento da AIDS influenciou nas vivências <i>homossexuais</i> em Florianópolis	105

Figura 24 - Reportagem “Blitz contra suspeitos de AIDS” do Diário Catarinense, 1987.	106
Figura 25 - Reportagem de 1988 do jornal Zero, da UFSC, que explicava a atuação do GAPA	107
Figura 26 - Recorte do jornal Zero, publicação do curso de Jornalismo da UFSC. A reportagem, publicada no jornal em agosto de 1995, relata o embate entre órgãos do governo e o GAPA.	108
Figura 27 - Manifestação da ADEH publicada em junho de 1994, em resposta à violência policial sofrida pela travesti Clô, presidenta da instituição.....	109
Figuras 28 e 29 – Rua Francisco Tolentino no fim da década de 1980 (esquerda), e em 2005 (direita). Restauros desencadeados pelo projeto RENOVAR	117
Figura 30 - Recorte da coluna do repórter Cacau Menezes no jornal Diário Catarinense, estimada em meados dos anos 1990.	120
Figura 31 – Locais ocupados por LGBTQIA+ entre os anos 1990 e 2005.	121
Figura 32 - Concurso Pop Gay em 1999, quando ainda era realizado na Av. Hercílio Luz como parte do Carnaval do Roma.....	123
Figura 33 – Casa da Diversidade estabelecida para a Parada do Orgulho LGBTQIA+, cerca de 2008 ou 2009	125
Figura 34 - Outdoor instalado ao lado do Parque de Coqueiros, Florianópolis/SC. Na campanha publicitária, a SANTUR anunciava Santa Catarina como melhor destino LGBTQIA+ do Brasil.....	127
Figura 35 - Locais ocupados por LGBTQIA+ entre os anos de 2005 e 2020	136
Figuras 36 e 37 – À esquerda, Largo da Alfândega em 2014, antes da “revitalização”. À direita, Largo da Alfândega em 2021.....	137
Figuras 38 e 39 - O vão central do Mercado Público de Florianópolis, em 2015 e em 2019	138
Figura 40 - Vista de um restaurante do Mercado Público em 2019.....	139
Figuras 41, 42 e 43 – Acima, canalização do Rio da Bulha (1919) para construção da Av. do Saneamento. À esquerda, Beco Sujo em 1920; suas casas e cortiços foram demolidos após a construção da Av. do Saneamento (atual Av. Hercílio Luz). À direita, a Av. do Saneamento em 1938.	141
Figura 44 - Tweets do jornalista Carlos Damião, relatando cenas de 2022 e dos anos 2000.	143
Figuras 45 e 46 – A Avenida Hercílio Luz, em 2005 e em 2019.....	143
Figura 47 – Locais ocupados por LGBTQIA+ entre os anos de 2005 e 2020	145
Figura 48 - Rua Victor Meirelles em 2019, ocupada no período noturno por jovens <i>alternativos</i> e LGBTQIA+.	147
Figura 49, 50 e 51 - Acima, o Bloco da Bicharada de 2020. Abaixo, algumas fantasias: na esquerda, Julia Miola é um polvo e Stefani Dias é um siri; na direita, Bruno Jordão é uma arara.....	148
Figura 52 - Publicação no Instagram mostrando o fluxo ocorrido em 24 de janeiro de 2020.	150

Figura 53 - Trajeto descrito em minha entrada do diário de campo, escrita em 2019	152
Figura 54 - Manchete do portal de notícias FloripAmanhã. 2021.....	155
Figura 55 e 56 – À esquerda, evento realizado em 2019 no Cocreation Lab, no MESC. À direita, folhetim "Criativanópolis", distribuído em 2018 pelo Centro Sapiens. Cabeçalho denomina o Centro Leste como "Distrito Criativo"	157

SUMÁRIO

PARTE I: NOTAS PARA UM TEMA	17
1. LETRA MAIÚSCULA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA	19
1.1. APARATOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA HISTÓRICO-CARTOGRÁFICO-EXPLORATÓRIA	25
2. APARATOS CONCEITUAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM LÉXICO	32
2.1. RAÇA	32
2.2. CLASSE	34
2.2.1 CLASSE MÉDIA	37
2.3. SEXUALIDADE E LGBTQIA+	39
2.4. GÊNERO E PERFORMATIVIDADE	42
2.5. INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA, CLASSE, GÊNERO E SEXUALIDADE	45
2.6. <i>DESVIO</i>	47
2.7. TERRITÓRIO OU <i>PEDAÇO</i>	49
2.8. NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA	52
2.9. <i>PINK MONEY</i> E O MERCADO COR-DE-ROSA	53
3. UM CONCEITO POR SI SÓ: GENTRIFICAÇÃO E SUAS FACETAS	56
3.1 GENTRIFICAÇÃO E AS ORIGENS DO CONCEITO	56
3.2. GENTRIFICAÇÃO, PROCESSOS E FACETAS DE CLASSE E RAÇA	58
3.3. GENTRIFICAÇÃO E CULTURA	62
3.4. GENTRIFICAÇÃO E OS LGBTQIA+	65

PARTE II - DO SILÊNCIO AO BURBURINHO: CLANDESTINIDADE E ASCENSÃO LGBTQIA+ EM FLORIANÓPOLIS	71
4. ENTRE SUSSURROS: O PERÍODO DE CLANDESTINIDADE	77
4.2. FLORIANÓPOLIS ENTRE SUSSURROS: O PERÍODO DA CLANDESTINIDADE.....	79
5. CADÊ TUA VOZ: A MAGIA DA ILHA E A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS	93
5.1. A MAGIA DA ILHA: OS PRIMÓRDIOS DO TURISMO <i>HOMOSSEXUAL</i>	96
5.2. A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS	103
PARTE III – ALTO E CLARO (BRANCO DE MAIS): ASSIMILAÇÃO, GENTRIFICAÇÃO E APAGAMENTO DE (ALGUMAS) IDENTIDADES LGBTQIA+ EM FLORIANÓPOLIS.....	113
6. FALANDO MAIS ALTO: <i>RETORNO AO CENTRO,</i> <i>ASSIMILAÇÃO GLS, E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PAUTAS</i> <i>LGBTQIA+</i>	114
6.1. RETORNO AO CENTRO E GENTRIFICAÇÃO	114
6.2. <i>GLS, A ASSIMILAÇÃO PELO CONSUMO</i>	119
6.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PAUTAS LGBTQIA+ E SEUS LIMITES	123
6.3.1. INSTITUCIONALIZAÇÃO LEGAL NO BRASIL	127
6.3.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO LEGAL EM FLORIANÓPOLIS	130
7. BRANCO DE MAIS: O SEGUNDO CICLO DE GENTRIFICAÇÃO	135
7.1. A OESTE DA PRAÇA: A GENTRIFICAÇÃO <i>TRADICIONAL</i>	135
7.2. O CENTRO LESTE: MERCADO COR-DE-ROSA, GENTRIFICAÇÃO E PACTO NARCÍSICO	140
7.2.1. AS SOCIABILIDADES DIVERSAS A LESTE DA PRAÇA.....	145

7.2.2. PROJETOS E DISCURSOS	154
RETICÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM TEMA INFINDÁVEL	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS	173
ANEXOS	177

PARTE I: NOTAS PARA UM TEMA

1. LETRA MAIÚSCULA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA

Desde os momentos da explosão do movimento LGBTQIA+¹ no Brasil, na virada dos anos 1970 para os 1980, Florianópolis é conhecida como uma cidade amigável e receptiva para as comunidades LGBTQIA+. Uma amostra disso está no famoso *Lampião da Esquina*, primeiro jornal de ampla divulgação voltado aos LGBTQIA+ do Brasil, que, em 1978 (p. 15), já retratava o município de Florianópolis como “destino maravilhoso para homossexuais”². O município foi citado em, ao menos, cinco outras edições do *Lampião* como um lugar ideal para as comunidades LGBTQIA+³. Inclusive, como podemos observar na Figura 1, Beto Stodieck descreve em reportagem da terceira edição do *Lampião da Esquina* que um “órgão sociológico municipal” havia registrado 15 mil *homossexuais* declarados no município. Com população em torno de 300.000 habitantes, a reportagem aponta que 5% dos florianopolitanos se encaixariam na categoria *homossexual*, como à época era denominado o movimento LGBTQIA+ (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978).

Figura 1 – Recorte do jornal *Lampião da Esquina*, 1978. Reportagem de Beto Stodieck intitulada “Florianópolis, meu amor”. Grifos meus.



Fonte: *Lampião da Esquina*/Acervo do Grupo Dignidade (1978).

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneres, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e outros.

² A reportagem, intitulada “Pelo Turismo Interno”, apontava certas cidades como destinos atrativos ao público homossexual.

³ Há reportagens sobre Florianópolis nas edições nº 0, 3, 4, 6, 17, e o município é citado brevemente nas edições nº 5, 8, 14, 18, 19, 36 e 37.

Deste momento até hoje em dia, a “Ilha da Magia” – apelido popular de Florianópolis – segue sendo conhecida como um lugar, dentre todas as cidades do Brasil, amigável e convival para essas comunidades. Com certeza, isso não é fruto do acaso, mas da própria ação e dos ativismos desse grupo, produzindo o espaço urbano de Florianópolis e se apropriando do seu espaço como direito. Nos últimos 20 anos, podemos ver as reverberações desses movimentos inclusive em uma série de políticas públicas, por exemplo em planos municipais voltados para a inclusão de minorias, dentre elas, a comunidade LGBTQIA+. Entretanto, tais planos, que são fruto da mobilização desses atores, dessas comunidades e suas lideranças, não vêm sendo totalmente aplicados. Ou, quando são, tendem a priorizar um processo de comercialização das identidades, para satisfazer o consumo dos LGBTQIA+.

Essa comercialização identitária ficou conhecida como *Pink Market*, termo traduzido como Mercado Cor-de-Rosa. Neste, circula o *Pink Money*, como é chamado o poder de compra dos LGBTQIA+. No contexto urbano, a obtenção do *Pink Money* toma uma faceta complexa: motivados pelo consumo LGBTQIA+ *friendly*, os *gaybourhoods*⁴ passam a sofrer processos gentrificadores. Expulsam-se, assim, sujeitos que ocupavam previamente o local. Em seu lugar, ocorre um influxo de novos moradores: primeiro, outros LGBTQIA+ – geralmente de classes médias, cisgêneros, brancos, em sua maioria homens *gays* – migram em busca de lazer, de cultura e de diversão; depois, atrás de um estilo de vida autêntico e diverso, heterossexuais, de classe média, brancos, os chamados *supergentrificadores*⁵ passam a frequentar a região (ZUKIN, 2009; GHAZIANI, 2014).

No caso da capital de Santa Catarina, assim como em diversos outros locais, este não é um processo momentâneo ou pontual, mas sim cíclico. Para explicar esse ciclo, Neil Smith (1996) cunha a Hipótese do Diferencial de Renda: no curso da ocupação das cidades, áreas urbanas passam por momentos de desvalorização e de revalorização, de investimento e de desinvestimento, de acordo com o potencial de lucro que os lotes da área proporcionam. Em Florianópolis, uma das áreas onde se pode observar esse decurso é no centro da cidade. Desde os primeiros registros

⁴ Ghaziani (2014) utiliza a combinação das palavras *gay* e *neighbourhoods*, descrevendo os *gaybourhoods* como os enclaves urbanos historicamente ocupados por LGBTQIA+.

⁵ Tradução livre do termo “*super-gentrifiers*” utilizado por Ghaziani (2014, p. 25). Segundo o autor, *supergentifiers* são núcleos familiares heterossexuais, brancos, de classe média, que passam a ocupar os *gaybourhoods* em busca de lazer, de cultura e de diversão.

acadêmicos das vivências *homossexuais*⁶, o município tem sua região central como um dos epicentros de sociabilidades LGBTQIA+, tal qual muitas outras no cidades no cenário nacional e internacional. Em uma pesquisa rápida no Google Search, encontramos semelhanças com locais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Nova Iorque, San Francisco, Berlim, Londres, Liverpool, entre diversas outras cidades.

Em Florianópolis, ocorrem há mais de um século no centro da cidade processos higienistas de “revitalização” e de expulsão de populações consideradas “indesejáveis”. É claro, seria anacrônico denominar essas ocorrências como gentrificações, visto que o termo surgiu apenas na década de 1960. Entretanto, encontramos semelhanças entre os métodos de higienização urbana do início do século XX e os ciclos de gentrificação recentes. Um exemplo trazido à baila pela historiadora Giorgia de Medeiros Domingues (2010) é o caso da construção da Avenida do Saneamento (atual Avenida Hercílio Luz), em 1922. Segundo a autora, além da canalização do Rio da Bulha, para a construção da avenida, demoliram-se quarteirões inteiros ocupados por populações socialmente marginalizadas, expulsando os mais pobres para áreas periféricas da cidade e consolidando um projeto de homogeneização urbana.

A efetivação de tal obra pode ser considerada um divisor de águas na cidade, ou melhor, um divisor espacial visível de classes; uma vez que assinalou a ocupação dos ricos na região central da cidade e dos pobres nas áreas periféricas e encostas de morros. [...]

Diante da impossibilidade de normatizar determinadas parcelas da população, a solução encontrada era excluí-las das áreas centrais da cidade e impossibilitá-las de circularem em determinadas regiões. O histórico do local parece ser muito esclarecedor nesse sentido. A começar pelos bairros que nele se encontravam; **considerados os mais tenebrosos pela insalubridade, por seus moradores, seus hábitos e vícios.**

A presença de prostitutas, negros, mendigos, alcoólatras, loucos, mulheres-homens, vendedores ambulantes, **homossexuais**, menores abandonados e boêmios nas ruas do centro da cidade aborrecia as elites locais. Por isso, como medida de segurança para as classes mais abastadas, os antigos bairros da região central da cidade iam sendo alvo sistemático de rápidas mudanças, o que implicava também na retirada em bloco de toda população habitante de áreas como a Pedreira, Tronqueira, Toca e Figueira. Desta forma, os lugares nos quais os membros das classes perigosas viviam, sobreviviam e mantinham suas redes de sociabilidades eram demolidos e transformados em ambientes propícios para o passeio e lazer das famílias

⁶ Uso aqui o termo *homossexuais*, pois, à época, ainda não existia a concepção de comunidade LGBTQIA+ sob essa alcunha. Como explica Trevisan (2018, p. 14), é importante compreender “como as gerações anteriores se expressavam, de acordo com as especificidades do seu tempo”.

mais abastadas. **Diante de tal projeto modernizador homogeneizante, restava àqueles que não se enquadravam no modelo idealizado agir, reagir, resistir ou se sujeitar** (DOMINGUES, 2010, p. 75-76, grifos meus).

Tal avenida é uma das áreas historicamente ocupadas por comunidades marginalizadas em Florianópolis, sobre quem encontramos vestígios da presença nesse território há mais de 50 anos. Essas populações eram majoritariamente negras, de baixa renda, por vezes pessoas em situação de rua, prostitutas, *invertidos*⁷, recortes que, muitas vezes, se entrelaçavam, incidindo sobre os sujeitos de maneira interseccional. Tal qual explicita o trecho, Domingues registra que a tentativa de segregação espacial das populações socialmente oprimidas foi motivada por um desejo das classes dominantes em ocultar a presença de sujeitos “indesejáveis” à moralidade da “família tradicional”.

Conforme veremos nos capítulos seguintes desta dissertação, dentre as tantas tentativas de afastar do centro esses grupos sociais, uma das formas mais comuns é a proposta de reformas urbanas. Essas reformas se configuram como “revitalizações”, tendo por intuito, ainda que não diretamente declarado, a remoção de seus ocupantes prévios, abrindo caminho para uma nova ocupação voltada às elites nas espacialidades recém-enobrecidas. Segundo a cientista social Silvana Rubino:

O lugar enobrecido não está privado de centralidade e capital, mas isso pode ocorrer sob a aparência de modalidades diversas, pois trata-se de oposições simbólicas objetivadas no espaço físico. O bairro assim cultural e simbolicamente investido potencializa o capital [...]

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade. Dialoga com diversas outras formas de ocupação segregação urbana ao conferir um valor simbólico ao lugar, e a partir daí auferir outros valores. Assim fica claro o empenho em revitalizar por meio de equipamentos culturais: é preciso um certo capital para se apropriar deles. Afinal, a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem. [...] **O enobrecimento não é apenas uma política de exclusão, mas uma faceta delicada das dinâmicas urbanas,** uma vez que quanto mais afirma o valor e o papel da cidade, lembra que o ar da cidade liberta apenas aqueles que sabem e podem viver nela. (RUBINO, 2009, p. 37, grifos meus).

⁷ Trevisan (2018) explica que a *inversão sexual* era um conceito da psiquiatria, utilizado desde meados do século XIX para designar os sujeitos cujas sexualidades eram *desviantes* e consideradas “perversões sexuais” perante a heterocisnormatividade socialmente vigente.

A forma de intervenção urbana acima descrita retrata uma das facetas da gentrificação. Muitos autores têm problematizado a questão da gentrificação, mas poucos têm falado sobre como questões de sexualidade e de gênero, uma vez transformadas em *marketing* e consumo, têm levado a esses processos. Esta dissertação se insere nesse nicho, e busca pensar essas problemáticas na cidade de Florianópolis, um caso paradigmático dentro do Brasil. Fazendo uma arqueologia da presença e da resiliência das comunidades LGBTQIA+ na cidade de Florianópolis – principalmente na sua área central, bastião da defesa e da presença dessas comunidades – tento compreender um fenômeno recente na configuração dessas espacialidades não normativas: como a incorporação das próprias pautas do movimento LGBTQIA+ em políticas públicas transformam-se em seu avesso, levando a um processo de gentrificação que acaba por expulsar as próprias comunidades que geraram e colocaram essas pautas em primeiro lugar.

Para tanto, este trabalho mobiliza uma série de estratégias e de metodologias. Entre elas, destaca-se um mapeamento inédito das redes e dos espaços ocupados e apropriados pela comunidade LGBTQIA+ ao longo da história, isto é, uma cartografia do que poderíamos definir como uma “urbanidade desviante”. São aqueles espaços que foram ressignificados pelas populações LGBTQIA+, apropriados de formas que fugiam às normas sociais da sociedade heterocisnormativa, por assim dizer.

Na sociedade disciplinar teorizada por Michel Foucault (1999), surgem dispositivos de controle e de estratégias de poder cujos objetivos são vigiar, controlar e punir aqueles que desobedecem às normas socialmente estabelecidas. Nessa sociedade disciplinar, os sujeitos estão sob constante vigília, em uma espécie de “panóptico patriarcal”⁸ de controle dos comportamentos vistos como desviantes. As vivências LGBTQIA+ são práticas que conflitam com o que é considerado aceitável à moral cristã, conjunto de princípios e de normas sociais hegemônicas da sociedade ocidental, que incluem elementos como a heterocisnormatividade e a chamada “família tradicional” (FOUCAULT, 1999; MISKOLCI, 2007, 2017). Por família tradicional, entende-se aquela nuclear, patriarcal, composta por marido, esposa e filhos (PERUCCHI *et al.*, 2014). Já heterocisnormatividade é um conceito

⁸ O panóptico consiste em um modelo arquitetônico da “prisão perfeita”, idealizada por Jeremy Betham. O conceito será aprofundado mais adiante.

que qualifica os padrões socialmente construídos de gênero e de sexualidade, em que se “impõe um determinismo binário-biológico como forma padrão a ser seguido e perpetuado” (BARBOSA; SILVA NETO, 2020, p. 56). Nesse sistema, espera-se que os sujeitos exerçam apenas a sexualidade heterossexual e os gêneros que lhes foram impostos ao nascer. Uma vez que que sofrem opressão em seus ambientes domésticos de origem, pois estão fora desses espectros normativos. Os LGBTQIA+ encontram profundo apoio em suas relações sociais urbanas, fora do ambiente doméstico. Ou seja, diferente do ambiente doméstico patriarcal, é a cidade que se apresenta como um “refúgio social” da comunidade LGBTQIA+. Apesar disso, dentro do conjunto de ideais da moral cristã, essas sociabilidades em paisagens urbanas são vistas como práticas desviantes. Por isso, designo a metodologia aplicada neste trabalho como uma cartografia dos *pedaços*⁹ *desviantes* LGBTQIA+.

Nos anos 1960 e 1970, a sociedade ocidental passou por intensos conflitos sociais pelo fim da opressão social e em favor da equidade de gênero, racial, de classe, bem como movimentos de revolução sexual. Segundo Roselane Neckel:

Foram expressas de forma mais significativas as reivindicações e ideias da "onda libertária", também chamada contracultura, que influenciaram outros movimentos semelhantes espalhados pelo mundo. A luta contra as relações autoritárias e contra o tradicionalismos presentes na vida familiar, na relações entre pais e filhos ou entre homens e mulheres, tornou-se tema de debate [...]

Depois da penúria da Segunda Guerra Mundial, [com] os avanços da ciência e a cura das doenças venéreas, a pílula, as vanguardas artísticas e intelectuais e os desejos de liberdade [...] a “ciência” havia retirado os últimos obstáculos à liberdade sexual sem limites. “Viver sem interrupção, gozar sem entraves”, colocar abaixo a “repressão sexual” que impedia a livre expressão dos desejos do “indivíduo” (NECKEL, 2004, p. 145).

É, nesse período, que os LGBTQIA+ surgem como movimento organizado e começam a ocupar os espaços urbanos de forma mais expressiva. A cartografia desenvolvida nesta dissertação retrata desde os anos 1970 e 1980, momento emblemático quando Florianópolis se torna um dos centros fundamentais do movimento LGBTQIA+ no Brasil, até os dias de hoje, quando essas pautas foram incorporadas em políticas públicas que estão levando a efeitos muitas vezes perversos, no que tange ao processo contemporâneo de gentrificação catalisado

⁹ Magnani (1998 p. 12) explica o *pedaço* como um domínio além do público/privado, uma terceira categoria em que “os frequentadores [...] não necessariamente se conhecem (como ocorria no bairro), mas se reconhecem”. O conceito será aprofundado mais adiante.

pelo *Pink Money*. Deste modo, através das cartografias propostas no estudo, observamos o processo de transformação dessas ocupações urbanas *desviantes*, desde um período de clandestinidade das relações LGBTQIA+, até o momento de assimilação dessas identidades através do consumo.

Além disso, busco compreender como esse processo ocorre de forma interseccional, a partir de um processo que privilegia LGBTQIA+ brancos cisgêneros de classe média, em uma espécie de pacto narcísico entre LGBTQIA+ brancos e a branquitude heterocisnormativa. A importância imensa deste tema surge para mim em um processo semelhante àquele vivido pela psicóloga Lia Vainer Schucman e registrado em sua tese e em seu livro *Entre o Encardido, o Branco, e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. Em um trecho, a autora, que é uma mulher cisgênera e branca, relata que:

Quando em uma atitude de autorreflexão percebi que, mesmo tendo um círculo social com diversos negros, e com um ideal racional antirracista, eu, em alguns aspectos, continuava sendo protagonista do racismo. Nesse momento, tive um choque emocional que tornou a luta antirracista minha agenda diária.

[...]

Esta apresentação também é um ato político, a intenção é dizer que me expor também pertencente ao grupo opressor e denunciar o racismo (...) romper o silêncio chamado pela psicóloga Maria Aparecida Bento de "pacto narcísico" entre brancos, que necessariamente se estrutura na negação do racismo e desresponsabilização pela sua manutenção (SCHUCMAN, 2020, p. 27).

Eu, uma pessoa branca, de classe média – embora pessoa não-binária e bissexual – assumo-me também como parte do problema que gera a perpetuação dessa gentrificação racistamente e classistamente construída, ao espelho do restante da sociedade. Por isso, tomo um ponto de vista situado, de forma a questionar essa “modalidade contemporânea de higienismo”, nas palavras de Rubino (2009, p. 37). Com isso, questiono minha própria posição nesse sistema estruturalmente e interseccionalmente excludente: como simultaneamente exerço o papel de agente gentrificador e de vítima da gentrificação que pouco a pouco desmonta as espacialidades historicamente cartografadas pela população LGBTQIA+.

1.1. APARATOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA HISTÓRICO-CARTOGRÁFICO-EXPLORATÓRIA

Esta dissertação é desenvolvida a partir de uma ótica histórico-cartográfica dos objetos de estudo e das temáticas desenvolvidas no trabalho. Defino-a como um estudo de caso único (ALMEIDA, 2016), pelo objetivo de estudar especificamente a cidade de Florianópolis. Aplico conhecimentos múltiplos ao contexto urbano local, tais quais as diferenças de vivências urbanas de acordo com a identidade subjetiva de cada LGBTQIA+, os conceitos de gentrificação em *gaybourhoods*, associada à presença LGBTQIA+ em ambientes urbanos, entre outros. É um estudo analítico (ALMEIDA, 2016), pois busca compreender e problematizar não somente a ocupação urbana, mas também compreender os sujeitos e suas relações com o espaço público, os agentes urbanos e as ações do Poder Público sobre o espaço estudado. Meu foco principal é o centro histórico da cidade, já que é a área de maior concentração urbana LGBTQIA+ no município. Os sujeitos do estudo são a população LGBTQIA+, e suas multiplicidades são exploradas a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, de sexualidade, de raça e de classe ao desenvolver essas cartografias (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2020; HIRATA, 2014).

Destaco aqui que escolhi desenvolver o trabalho a partir de uma perspectiva situada, como teorizado por Donna Haraway (1995) e Gayatri Spivak (2010). Como pessoa não-binária, bissexual, branca e de classe média, entendo que como parte da comunidade LGBTQIA+, sou fonte de vivências e de relatos importantes ao assunto. Como posto pelo psicólogo Daniel Kerry dos Santos,

[...] considero que **a prática de habitar um território**, nesse caso um território de prazer e de amizade, **implica numa experiência pessoal**, num contato direto e **num envolvimento afetivo** com as pessoas e com o espaço. **Não houve anseios por uma neutralidade**, uma objetividade, um cientificismo descritivo, mas sim por uma abertura a novas intensidades e talvez até por uma aprendizagem: queria ouvir, ver e aprender o que aqueles sujeitos tinham a dizer, o que aqueles corpos podem enunciar. Não nego a possibilidade de um processo identificatório com aquelas pessoas. São sujeitos que compartilham de uma experiência de prazer e identitária semelhante a que eu vivencio e assumo. **É como se, embarcando nesses territórios, pudesse problematizar minha própria existência**, minha finitude, meu próprio corpo que se transforma e meu futuro. Afinal, não estou livre das mesmas normatividades e dos mesmos fantasmas de abjeção (SANTOS, 2012, p. 123, grifos meus).

Isso significa que, no prosseguir deste texto, não se pretende necessariamente manter uma linguagem ou uma posição neutra. Na verdade, assumo esta perspectiva situada também para questionar a pretensa neutralidade

do discurso científico normativo. Este trabalho não é apenas uma narrativa coletiva das formas que os sujeitos desviantes se apropriam do espaço urbano florianopolitano, mas também uma interpretação individual perpassada de afetos (ou afetações) que me *atravessam*.

Para entender esses *atravessamentos*, defino o desenvolvimento histórico-cartográfico desta dissertação como afetivo-identitário. Para Preciado (2017, p. 02), no contexto do gênero e da sexualidade, a cartografia identitária “é capaz de registrar os movimentos das diferentes identidades sexuais e dos usos do espaço, das práticas urbanas ou artísticas que emanam a partir delas”. Entretanto, esse tipo de cartografia despe o autor de sua própria posição identitária, tornando-o um ser pretensamente neutro e correndo o risco de fazer do mapa um “ato de vigilância” (FOUCAULT *apud* PRECIADO, 2017, p. 3). Por isso, decido relacionar a prática identitária à cartografia afetiva. Segundo Hutta (2020, p. 65), a “dimensão afetiva dos processos de territorialização [...] é um dinamismo relacional se desdobrando entre corpos em interação em e com o espaço”. Ou seja, para além de simplesmente mapear os locais ocupados por LGBTQIA+ em Florianópolis, analiso as relações políticas e afetivas desses espaços, de acordo com os recortes específicos daqueles que os ocupam.

A revisão bibliográfica aqui desenvolvida também é encarada de um ponto de vista cartográfico, formando um léxico teórico-crítico que reúne os instrumentos conceituais e históricos utilizados para guiar a narrativa interpretativa utilizada para ler Florianópolis como estudo de caso. São estes: raça; classe; sexualidade e LGBTQIA+; gênero e *performatividade*; interseccionalidade; desvio; território ou *pedaço*; Neoliberalismo Progressista, e *Pink Money* e Mercado Cor-de-Rosa. Desenvolve-se, também, uma revisão bibliográfica do conceito de gentrificação em suas múltiplas facetas, desde as origens do conceito, considerando recortes de raça, de classe e de cultura, até a gentrificação em territórios historicamente ocupados por LGBTQIA+.

Além dessa cartografia teórico-crítica, desenvolvo uma cartografia histórico-espacial, com a qual me proponho a recontar a conformação histórica do território LGBTQIA+ em Florianópolis. Como recorte temporal, abordo desde o momento de clandestinidade, antes da década de 1970, até a assimilação das pautas pelo Mercado Cor-de-Rosa, que culmina na gentrificação das áreas urbanas ocupadas por LGBTQIA+, processo intensificado nos últimos dez anos.

Cabe, aqui, explicar como sistematizei as informações utilizadas para construir essa cartografia. Primeiramente, defini que a principal fonte de pesquisa seria uma pesquisa aprofundada no repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já que grande parte das referências bibliográficas relacionadas às territorialidades LGBTQIA+ em Florianópolis surgem do *campus* Trindade¹⁰ dessa instituição de ensino superior.

A partir da pesquisa aprofundada no repositório da UFSC, selecionaram-se 45 trabalhos científicos – teses, dissertações, TCCs e artigos – que poderiam conter informações pertinentes às territorialidades LGBTQIA+ em Florianópolis, desde a década de 1970. Destes, a partir de uma leitura dinâmica, percebi que apenas 35 continham dados úteis para os fins supracitados. A partir da leitura completa desses textos, realizei a coleta de informações, os relatos e a sistematização dos dados utilizados para as cartografias presentes nesta dissertação¹¹.

Em sua maioria, utilizo textos originários do campo das ciências humanas. Essas bibliografias¹² são desenvolvidas principalmente na forma de estudos de caso (ERDMANN, 1981; CORADINI, 1992); etnografias (GODOY, 2001; SILVA, 2003); coleta de relatos e de entrevistas (CÓRDOVA, 2006); e estudos das ocupações urbanas (OLIVEIRA, 1997; HENNING, 2008). Esses trabalhos, entretanto, são relatos descritivos, não havendo um mapeamento que reúna as distintas informações disponíveis nesses materiais. Sendo assim, proponho uma cartografia que surge a partir de um aprofundamento teórico no campo da antropologia, das ciências sociais e da geografia. Parto da aspiração a geoespacializar as informações contidas nessas obras diversas, isto é, faço um mapeamento detalhado a partir de uma revisão bibliográfica das teses e das dissertações que contenham informações acerca dos espaços de ocupação urbana LGBTQIA+ ao longo do período estudado.

¹⁰ Trindade é o bairro de Florianópolis em que se encontra o maior *campus* da UFSC. Dentre os mais de 40.000 alunos da universidade – distribuídos em 6 *campi*, com um total de 120 cursos de graduação e 149 programas de pós-graduação *stricto sensu* –, cerca de 35.000 estudam no *Campus* Trindade.

¹¹ Devido ao curto período de mestrado, não consegui dar a devida atenção à extensa quantidade de dados coletados durante a pesquisa. Dessa forma, pretendo me aprofundar nesses dados em minha futura tese de doutorado. Ainda assim, trago completa no Anexo I a Tabela de Locais de Ocupação LGBTQIA+ em Florianópolis.

¹² Não cabe, aqui, fazer uma listagem completa dos referenciais bibliográficos utilizados para a cartografia de territórios LGBTQIA+ em Florianópolis. Ao fim do texto, dentro das Referências Bibliográficas, cria-se uma seção específica contendo essa informação.

É claro, essa é uma pretensão bastante complexa, pois dependo fortemente de materiais produzidos em um contexto acadêmico, que, por vezes, não representam plenamente a realidade da vida urbana desses grupos, ou têm informações imprecisas. Por exemplo, a maioria das descrições não apresenta o endereço exato dos locais; também, algumas das casas noturnas descritas nos trabalhos encerraram suas atividades em momentos posteriores às publicações.

Inicialmente, minha proposta para preencher as lacunas de informação existentes era realizar entrevistas e coletar depoimentos de LGBTQIA+ – das mais diversas idades, gêneros, raças, classes e sexualidades. Infelizmente, por causa da pandemia da covid-19, esses processos metodológicos foram comprometidos. Mesmo após o arrefecimento dessa pandemia, com a chegada de vacinas para a população e a flexibilização das medidas de distanciamento social, escolhi não aplicar entrevistas devido a minha própria dificuldade de sociabilização pós-isolamento, fato ocasionado por um processo depressivo.

Sendo assim, associada à revisão bibliográfica tradicional, a saída para aprofundar essa cartografia foi realizar uma verdadeira arqueologia *on-line* para descobrir fontes e registros da presença LGBTQIA+ no município. Busco referências em alguns campos por vezes incomuns, como redes sociais e *websites*; registros de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que informam período de funcionamento e até mesmo o endereço de certas casas noturnas, alguns registros datando da década de 1970; portais de notícia dos primórdios da era digital; recortes de jornais e de revistas antigas; programações de festas e de carnavais, bem como minhas vivências urbanas, individuais e coletivas. A partir dessas informações sobre os mais de 140 pontos de ocupação LGBTQIA+ encontrados em Florianópolis entre 1970 e 2020, desenvolvo uma cartografia das territorialidades LGBTQIA+ através dessas décadas, utilizando o *software* QGIS.

De modo complementar, realizo uma coleta de imagens para completar e ilustrar as análises de apropriação, as cartografias e as vivências LGBTQIA+ em Florianópolis. A coleta de imagem é desenvolvida tanto em campo, para registro da situação atual dos espaços estudados, quanto a partir de acervos fotográficos e históricos. Combinando as metodologias apresentadas, analiso as estratégias de apropriação urbana, as práticas e os estares LGBTQIA+ em Florianópolis. Com isso, pretendo compreender como as histórias e as vivências urbanas perduram, e como nós, LGBTQIA+, lutamos por nosso direito à cidade.

As cartografias aqui propostas são ferramenta para expor de forma empírica a perpetuação da ocupação urbana LGBTQIA+ em Florianópolis. Com isso, pretendo demonstrar que essas áreas permanecem predominantemente circunscritas às mesmas regiões ao longo das décadas, mesmo ocorrendo mudanças quanto aos lazeres, às vivências e aos estabelecimentos. Isso é sinal de que, como definem Deleuze e Guatarri (2009), os territórios *desviantes* se organizam como um rizoma:

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas de segmentaridade explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Essas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isso que não se pode contar com o dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom ou mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem o sujeito [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 17).

Já Santos (2012, p. 94), abordando o caso específico de Florianópolis, explica que o território possui uma natureza rizomática e multilinear, na qual “há uma dinamicidade de linhas em movimento e não pontos estáticos de poder e resistência. [...] que se atualiza nas relações entre as pessoas ao ampliar as possibilidades de encontros inusitados” (SANTOS, 2012, p. 94). Ou seja, esses territórios não são simples espacialidades estáticas, mas sim campos em disputa constante, onde se tencionam as relações entre a sociedade heterocisnormativa e os sujeitos *desviantes*.

Partindo disso, chego ao cerne da dissertação: compreender no âmbito urbanístico quais os *pedaços* LGBTQIA+ conformados historicamente no Centro Fundacional de Florianópolis; entender os efeitos de medidas pró-LGBTQIA+ no município; teorizar sobre como os processos histórico-sociológicos que incidem de forma interseccional sobre as comunidades desviantes e, por fim, entender como esse sistema complexo culmina em processos gentrificatórios, que privilegiam a branquitude de classe média LGBTQIA+ em detrimento dos LGBTQIA+ não brancos de baixa renda.

Nos próximos capítulos, desenvolvo mais profundamente cada uma das temáticas brevemente apresentadas nessas considerações iniciais. Para isso, o texto se estrutura em três partes.

Na **Parte I – Notas Para Um Tema**, introduzo a temática abordada ao longo da dissertação; apresento os aparatos metodológicos utilizados para a construção desta pesquisa; exponho os aparatos conceituais através da construção de um léxico e, por fim, elucido algumas compreensões de gentrificação desde o surgimento do termo.

Na **Parte II – Do Silêncio ao Burburinho: clandestinidade e ascensão LGBTQIA+ em Florianópolis**, investigo os vestígios da presença LGBTQIA+ na capital de Santa Catarina, desde o início da formação do *pedaço* até o surgimento de movimentos sociais dessas populações na cidade, entre as décadas de 1970 e 1990.

Na **Parte III – Alto e Claro (Branco Demais): assimilação, gentrificação e apagamento de (algumas) identidades LGBTQIA+ em Florianópolis**, abordo dois processos de gentrificação ocorridos no território *desviante* do Centro de Florianópolis, e tento compreender como esses processos incidiram sobre a comunidade LGBTQIA+.

Para concluir, em **Reticências: considerações finais de um tema infundável**, costuro as temáticas abordadas nos capítulos anteriores, tentando compreender como nós, sujeitos *desviantes*, podemos resistir ao apagamento sistemático que atinge nossas comunidades.

2. APARATOS CONCEITUAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM LÉXICO

Este capítulo reúne um conjunto de instrumentos teóricos que informam a narrativa utilizada para ler Florianópolis como estudo de caso. A presente dissertação lida com temáticas complexas, que perpassam interseccionalmente questões de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de gentrificação e suas ramificações. Pensando nisso, desenvolvo o presente capítulo como uma revisão dos conceitos-chave do trabalho. A conformação deste capítulo ocorreu de forma natural: deu-se como uma exploração cartográfica da própria literatura, na qual estive submersa ao longo do mestrado, em minha busca por compreender o tema aqui estudado. Por isso, esses conceitos são desenvolvidos como um léxico crítico-teórico dos termos que envolvem temas pertinentes à presente dissertação, formando um arsenal de instrumentos para compreender a formação das territorialidades desviantes.

Esse léxico forma a base instrumental para traçar uma cartografia não normativa do espaço urbano e descrever o projeto perverso através do qual as pautas de movimentos sociais LGBTQIA+ são revertidas em *commodificação* de identidades desviantes, levando a consequente gentrificação dos territórios que estes ocupam, assunto abordado no capítulo seguinte. Compreendo que o tema é bastante extenso, então defino nove conceitos-chave, tratados na seguinte ordem: Raça; Classe; Sexualidade e LGBTQIA+; Gênero e *Performatividade*; Interseccionalidade; Desvio; Território ou *Pedaço*; Neoliberalismo Progressista; e *Pink Money* e o Mercado Cor-de-Rosa.

2.1. RAÇA

O conceito de raça é um tema sobre o qual há imensas controvérsias, sobretudo porque é possível delinear a origem desse conceito em nossa sociedade. Segundo o advogado e consagrado autor Silvio Almeida (2020), este foi um termo cunhado em meados do século XVI, quando se deu a expansão mercantilista burguesa dos estados europeus. Ganhou força especialmente durante o século XVIII, quando se ampliou o processo de dominação colonialista promovida por essas mesmas nações. Ao afirmar a Europa como o centro sociocultural e político do

mundo, ocorreu a formação de um cenário ideal que “transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas” (ALMEIDA, 2020, p. 25). Isto posto, desmerece-se toda a produção de povos não brancos – seja cultural, acadêmica, científica, política, antropológica, social etc.

Além disso, formam-se discursos para justificar opressão e exploração desses grupos, que segundo Almeida (2020, p. 31) usam a raça como um elemento para “naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. Ou seja, constrói-se um sistema que se baseia nas características físicas dos sujeitos para formar uma estrutura de dominação alicerçada no que Adilson Moreira denomina *racialização*.

A racialização seria uma forma de construção e de diferenciação dos indivíduos, prática que possui um objetivo específico: a raça é uma marca que representa as relações de poder presentes em dada sociedade. Não há, portanto, brancos e negros, mas sim mecanismos de atribuição de sentido a traços fenotípicos para que a dominação de um grupo sobre outro possa ser legitimada. Assim, devemos entender a raça como uma construção social que procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características físicas distintas. (MOREIRA, 2020, p. 41).

Como resultado dessa construção social, o racismo surge como uma decorrência lógica da estrutura vigente: o racismo é estrutural. Moreira (2020) compreende que raça e racialização são categorias simbólicas, com conotações particulares de acordo com os contextos culturais em que se organizam, mas que estabelecem uma hierarquia de poder parcial àqueles cuja pele é branca. Alinhado a esta reflexão, Almeida (2020, p. 41) afirma que para a manutenção desta estrutura, “o grupo dominante terá de assegurar o controle da instituição, e não somente com o uso da violência, mas pela produção de consensos sobre a sua dominação”. Ou seja, além da repressão sistemática e violenta à população negra por parte do Poder Público – a título de exemplo, entre 2013 e 2021 no Brasil, das 43.171 vítimas fatais de intervenções de policiais, 84,1% eram pessoas negras (BUENO; LIMA, 2022) – cria-se um sistema cultural, econômico, político, institucional, histórico, em síntese plurifacetado para garantir a subjugação de grupos não brancos.

Dentro dessa ordenação racistamente constituída, ocorre um fenômeno que a psicóloga Maria Aparecida Silva Bento (2002) denomina pacto narcísico, uma espécie de daltonismo seletivo em que mesmo os pesquisadores mais progressistas

não enxergam a racialização branca. Para ela, “a racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco” (BENTO, 2002, p. 47). Devido a esse mecanismo intrínseco ao racismo estrutural, dentro da sociedade brasileira, naturaliza-se que quem é branco não precisa refletir ou falar sobre raça.

Em vista disso, surge um acordo silencioso intrínseco à branquitude, em que o racismo passa a ser encarado como um problema do negro. Bento (2002, p. 105-106) define esse acordo como “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais [...] que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e interesses”. Tal qual o mito grego de Narciso – sujeito vaidoso que só sabia adorar a si e, ao ver sua imagem refletida em um corpo d’água, apaixonou-se por si mesmo e definhou admirando seu reflexo –, a branquitude mantém um autoenaltcimento excessivo e assim compactua com a opressão e a subalternização de corpos não brancos (sobretudo corpos negros).

Sendo uma pessoa branca, parte da classe média, pertencente a um grupo de alta escolaridade e majoritariamente branco (embora sejamos LGBTQIA+), reconheço-me como parte do problema e busco desfazer este pacto narcísico, expondo as diferenças de tratamento relativo à forma de racialização dos indivíduos, particularmente dos LGBTQIA+. Entendo, é evidente, que há outras características que suscitam o preconceito e a opressão, atingindo os indivíduos de forma interseccional. Em meio a essas categorias, além da raça, encontram-se classe, sexualidade, gênero, entre diversas outras. Nas próximas seções do texto, abordarei essas subdivisões, que culminarão na conceituação de interseccionalidades.

2.2. CLASSE

Para explicar o que são classes, primeiramente precisamos compreender como estas são formadas. O cientista social Octávio Ianni (1973, p.11) afirma que esse processo está diretamente ligado à forma “pela qual se organizam as estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política)” do sistema vigente. Esse fenômeno é chamado de estratificação social, e nele “se criam as condições de classificação e mobilidade sociais” (IANNI, 1973, p. 11). Como exemplo, o autor faz uma comparação entre o sistema de castas indiano, a sociedade estamental feudal – ambas com mobilidade social baixa ou ausente –, e a sociedade de classes

sociais, em que se observa mais possibilidades de mobilidade social. Apesar disso, ponderemos que a condição histórico-social que controla a pretensa mobilidade entre classes sociais é indissociável da luta de classes. As pesquisadoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2019) salientam que:

Em geral, classe social é um termo usado para dar a ideia de que existem distâncias sociais significativas na sociedade. Isso quer dizer que indivíduos e grupos são diferentes entre si e ocupam lugares diferentes na sociedade. Entretanto, sociologicamente, não se pode falar em classes sociais sem pontuar a existência de relações desiguais entre elas. Na prática, isso quer dizer que há sempre uma relação de dominação entre uma classe e outra. A diferença na possibilidade de acesso ao poder político, ao poder econômico, aos bens culturais, a educação e, outros prestígios valorizados em nossa sociedade, marcam a diferença entre as classes sociais (LAKATOS, MARCONI, 2019, p. 280).

Considerando os referenciais teóricos que embasam esta dissertação, é impossível conceituar classe e divisão social do trabalho sem utilizar os escritos de Karl Marx e de Friedrich Engels, responsáveis pelo Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez em Londres no ano de 1848. Para Marx e Engels (2010, p. 40-41), “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”, que àquele período por eles foram divididas “em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado”. Lakatos e Marconi (2019) explicam que a teoria marxista assume a divisão social do trabalho como estruturador central da organização social do sistema capitalista, em que os grupos sociais diferem primeiramente entre os burgueses, aqueles que detêm os meios de produção e exploram a mão de obra de terceiros; e os proletários, os que não detêm os meios de produção e têm sua força de trabalho apropriada. Nesse processo de exploração, a classe dominante constrói uma ideologia “cuja finalidade é ‘racionalizar’ sua dominação política e econômica e ‘explicar’ à classe subordinada as razões pelas quais ela deve aceitar tal situação” (LAKATOS, MARCONI, 2019, p. 283).

Devemos compreender que, desde a primeira publicação do *Manifesto Comunista*, ocorreram diversas mudanças sociais que causaram uma maior estratificação das classes sociais. Na verdade, dentro de suas próprias obras, Marx discorre sobre um modelo tricotômico de classes, em que há uma terceira classe social, intermediária, que não é proprietária nem proletária. A filósofa Marilena Chauí afirma que a definição do que é essa classe média é variada, pois:

sua realidade e seu sentido se modificam quando acompanhamos as mudanças do e no modo de produção capitalista. [...] Esse movimento histórico passa da classe média definida como pequena proprietária à classe média assalariada e, hoje, ao seu estilhaçamento e à sua precarização, invalidando os critérios do rendimento, da ocupação e da escolaridade para defini-la. (CHAUÍ, 2014, p. 11-12)

Já o economista Márcio Pochmann (2014, p. 16) afirma que no Brasil ocorre uma tentativa de alargamento do que se entende por classe média “em favor da substituição das políticas sociais universais por aquelas de menor custo, ou seja, focalizadas estritamente nos fundamentalmente miseráveis da estrutura social”. Em outras palavras, constrói-se a ideologia de que trabalhadores assalariados mais bem remunerados estão mais próximos da classe dominante do que do proletariado. Com essa ideia proliferada, é mais fácil justificar a redução de investimentos e o sucateamento de serviços públicos essenciais, tais quais o Serviço Único de Saúde (SUS), a educação pública, os serviços de assistência social, entre outros. Para explicar com um exemplo, podemos pensar na disparidade salarial de acordo com aquilo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) determina como classes sociais, conforme o número de salários-mínimos que recebem.

Tabela 1 – Classes sociais de acordo com o Critério de Faixas de Salário-Mínimo

Classe	E	D	C	B	A
Nº Salários-Mínimos (SM)	Até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	10 a 20 SM	Mais de 20 SM
Renda Fam. Em 2022(R\$)	Até R\$ 2.424,00	R\$ 2.424,00 a R\$ 4.848,00	R\$ 4.848,00 a R\$ 12.120,00	R\$ 12.120,00 a R\$ 22.240,00	Mais de R\$ 24.240,00

Fonte: Acervo pessoal, elaborado com base em dados do IBGE (2018) e da Agência Senado (2022).

Vejamos a diferença entre quem está na classe “E” e quem está na Classe “C”: por mais que o poder de compra da “C” seja expressivamente maior que a “E”, sua renda ainda está bem abaixo do que aquela dos donos dos meios de produção – grandes empresários, proprietários de bancos e multinacionais, entre outros. Mesmo tendo a condição de pagar planos de saúde e escolas particulares, em emergências até os assalariados mais bem remunerados necessitam de serviços públicos para a manutenção de seu bem-estar. Apesar disso, por causa da construção discursiva que expande a percepção do que é classe média, muitos destes pertencentes à classe “C” se veem como mais próximos dos mais ricos – para além da classe “A”, falo dos milionários e dos bilionários – do que da classe trabalhadora. Retomando Pochmann, este salienta que houve um processo de

inchamento das classes sociais devido às políticas públicas promovidas pelos governos progressistas.

A recuperação da economia nacional desde 2004, com o abandono das políticas de corte neoliberal e a influência de importantes políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, o Bolsa Família, o crédito ao consumo urbano e à agricultura familiar, as compras públicas, impactou diretamente a estrutura social. Ao mesmo tempo, a volta da mobilidade social, sobretudo na base da pirâmide social, foi motivada pela queda significativa na quantidade de miseráveis e pela ampliação do emprego formal, ainda de menor rendimento. A melhora na renda impactou o consumo de grande parte da população de baixa remuneração, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil. (POCHMANN, 2014, p. 32)

Sem embargo, desde o golpe que gerou o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, ocorre um processo de empobrecimento da classe trabalhadora. Principalmente a partir de 2019, início do governo Jair Bolsonaro, e durante a pandemia que se iniciou em 2020, observam-se uma diminuição do rendimento mensal médio *per capita* e o crescimento da inflação. Segundo a Agência de Notícias do IBGE (2022), os dados publicizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que o rendimento mensal médio dos brasileiros diminuiu de R\$1.417 para R\$1.353 *per capita*. Além disso, a inflação oficial registrada pelo IBGE (2022), no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2021, foi de 10,06%, maior taxa desde 2015. O IBGE (2022) afirma que “o 1% da população brasileira com renda mais alta teve rendimento 38,4 vezes maior que a média dos 50% com as menores remunerações”. Esses dados explicitam o abismo existente entre os mais ricos e as classes trabalhadoras, possibilitando a compreensão de que não se deve aceitar levianamente a ideologia de expansão da percepção de classe média. Explorada a questão político-discursiva da divisão de classes brasileiras, resta a dúvida: o que, nesta dissertação, entende-se por “classe média”?

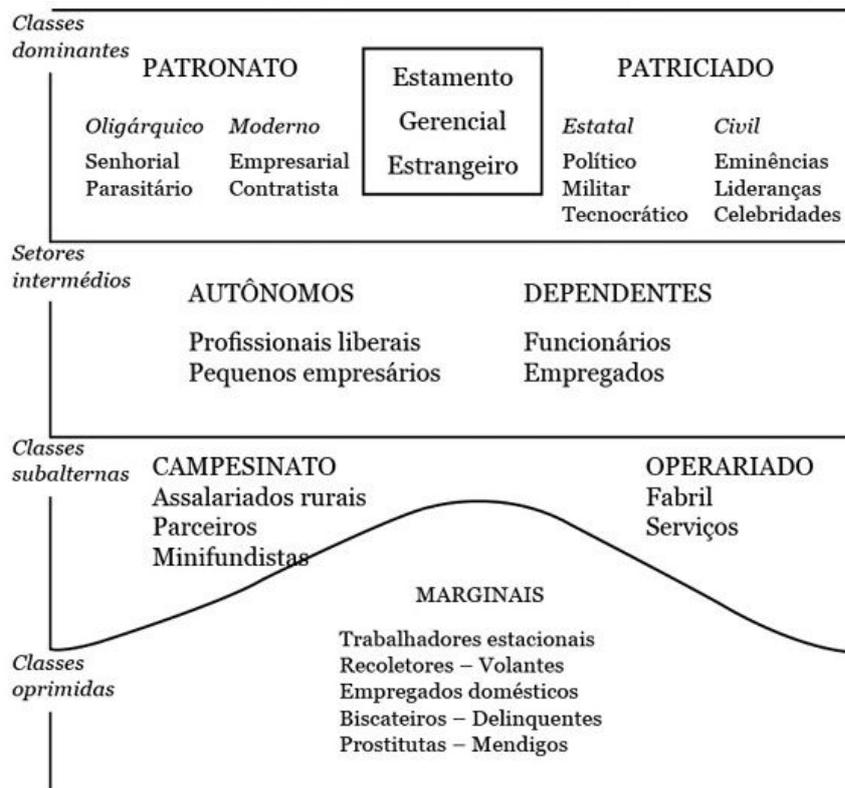
2.2.1 CLASSE MÉDIA

Para responder, sigo uma combinação entre a interpretação do IBGE supracitada e a teoria de estratificação social brasileira desenvolvida pelo consagrado antropólogo Darcy Ribeiro (2014). Conforme o diagrama presente na Figura 2, o autor divide as classes em quatro grandes bolsões: as classes

dominantes, as classes intermediárias, as classes subalternas e as classes oprimidas.

Aí estão seus quatro estratos superpostos, correspondentes às classes dominantes, aos setores intermédios, às classes subalternas e às classes oprimidas. Os primeiros, cujo número é insignificante, detêm, graças ao apoio das outras classes, o poder efetivo sobre toda a sociedade. Os setores intermédios funcionam como um atenuador ou agravador das tensões sociais e são levados mais vezes a operar no papel de mantenedores da ordem do que de ativistas de transformações. As classes subalternas são formadas pelos que estão integrados regularmente na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores, geralmente sindicalizados. Seu pendore é mais para defender o que já têm e obter mais, do que para transformar a sociedade. O quarto estrato, formado pelas classes oprimidas, é o dos excluídos da vida social, que lutam por ingressar no sistema de produção e pelo acesso ao mercado (RIBEIRO, 2014, p. 213-214).

Figura 2 – Diagrama de Estratificação Social Brasileira sob a hipótese de Darcy Ribeiro (2014)



Fonte: Ribeiro (2014).

As classes dominantes são representadas por duas subcategorias: o patronato, empresários que exploram economicamente os trabalhadores; e o patriciado, em que estão aqueles que ocupam cargos de poder, como oficiais militares de alta patente, políticos, líderes religiosos. Já os setores intermediários são formados por profissionais diversos com uma remuneração substancial, como

oficiais militares de baixa patente, policiais, professores universitários, profissionais liberais, e esses grupos estão suscetíveis a uma mentalidade de admiração à classe dominante, “procurando tirar disso alguma vantagem” (RIBEIRO, 2014, p. 212). Nas classes subalternas, estão aqueles que possuem uma fonte de renda estável, como pequenos proprietários, gerentes, trabalhadores especializados, entre outros. Na base da pirâmide da estratificação social, estão as classes oprimidas, majoritariamente pessoas negras, que sofrem a exploração de sua força de trabalho, tais quais empregadas domésticas, profissionais de limpeza, operários, trabalhadores da construção civil, pessoas em situação de prostituição. Ribeiro (2014, p. 213) afirma que o sistema vigente “os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la”.

Combinando a compreensão de Darcy Ribeiro e a subdivisão de faixas de renda desenvolvida pelo IBGE, explico o que compreendo nesta dissertação por classe média: são os sujeitos situados nas classes “B” e “C”, profissionais de variados campos de trabalho, com remunerações expressivas, situados na parcela intermediária da estratificação social. Estes têm acesso ao consumo cultural e aos lazeres urbanos através de seu poder de compra. Para concluir esta seção, trago novamente Ribeiro (2014), que salienta que historicamente as elites econômicas brasileiras conservam um temor da ascensão das classes historicamente oprimidas. Para ele, esse pânico se expressa através da brutalidade autoritária contra quaisquer insurgências que proponham a mudança da ordem social vigente. Assim como raça, novamente podemos perceber que classe é um dos elementos que motivam a exclusão social e a repressão de determinados grupos. A seguir, compreenderemos outro desses fatores: a sexualidade.

2.3. SEXUALIDADE E LGBTQIA+

A sigla LGBTQIA+ representa um grupo bastante diverso de pessoas, dentro de um espectro amplo de gêneros e de sexualidades. Até porque, dentre as “letras”, abordam-se tanto definições de gênero, quanto de sexualidade. Cada um de nós – sejam Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, pessoas *Queer*, Intersexuais, Assexuais, entre tantas outras – apresentamos particularidades em nossos reconhecimentos. É impossível abordar as teorias de sexualidade e de

gênero sem adotar como centrais dois pensadores bastante prolíficos no assunto: o filósofo e historiador Michel Foucault, que estudava temas como loucura, controle, biopoder e sexualidade; e a filósofa Judith Butler, que aborda em seus estudos questões de gênero, de sexualidade, de teoria *queer* e de filosofia política.

Nas décadas de 1970 e de 1980, Michel Foucault (1999) escreveu uma série de estudos nos quais construía uma genealogia histórica da sexualidade no contexto ocidental. Segundo o autor, desde a época clássica a junção entre saber, poder e sexualidade tinham a repressão como forma principal de ligação. Até o século XVII, Foucault (1999, p. 9) evidencia que as práticas sexuais eram expressas de forma menos secreta, “as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade”.

A partir do século XVIII, a repressão do sexo passou a ser uma ferramenta de imposição de ordem, baseada na moral cristã e necessária ao sucesso do sistema capitalista. Para Foucault (1999), moral cristã é o conjunto de princípios estruturantes das normas sociais hegemônicas, como a heterocisnormatividade e a família tradicional. Isso significa que a ascensão do capitalismo fez com que o único padrão de sexualidade considerado aceitável fosse o matrimônio monogâmico, heterossexual, com o sexo voltado apenas para a procriação, como forma de gerar continuamente a força de trabalho economicamente útil à sociedade burguesa.

Leis naturais da matrimonialidade e regras imanentes da sexualidade — não sem lentidões e equívocos — começam a se inscrever em dois registros distintos. Afigura-se um mundo da perversão, secante em relação ao da infração legal ou moral, não sendo, entretanto, simplesmente uma variedade sua. Surge toda uma gentalha diferente, apesar de alguns parentescos com os antigos libertinos. Do final do século XVIII até o nosso, eles correm através dos interstícios da sociedade perseguidos pelas leis, mas nem sempre, encerrados frequentemente nas prisões, talvez doentes, mas vítimas escandalosas e perigosas presas de um estranho mal que traz também o nome de “vício” e, às vezes de “delito”. (FOUCAULT, 1999, p. 40-41).

Para instaurar a ordem nesta sociedade disciplinar, como chama Foucault (2004), surgem certos dispositivos de controle materializados de forma *panóptica*. O panóptico é um conceito criado por Jeremy Betham no século XVIII, em que se propunha a “penitenciária ideal”. Consistia em uma edificação em formato de semicírculo, com uma torre no centro. As celas ficariam no semicírculo, e na torre ficaria apenas um guarda. Sob a sensação de vigília constante, os prisioneiros teriam um bom comportamento permanente. Para Foucault, essa proposta é uma

estratégia de poder e de dominação, para vigiar, controlar e punir aqueles que desobedecem às normas socialmente estabelecidas. Ou seja, pensar nos dispositivos panópticos de controle é entender que nessa sociedade disciplinar seus sujeitos estão sob constante vigília, em um modelo moralizante de controle dos comportamentos vistos como desviantes. Isso incide sobre os LGBTQIA+, cujas práticas sexuais e identidades de gênero conflitam com aquilo que é considerado aceitável ou pudoroso segundo os “discursos reguladores” da moral cristã que guia a sociedade ocidental.

Nos últimos dois séculos, as ferramentas de controle ainda se baseiam na moral cristã, mas se aprimoram para responder de forma pretensamente “racional” as sexualidades desviantes. Em outras palavras, aquilo que até o século XVIII era considerado pecado ou crime recebe um véu de cientificidade a partir do século XIX, ao ser encarado a partir de perspectivas médicas patologizantes. Foucault (1999, p. 67) aponta que “a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização”, e o “homossexualismo” surge como uma categoria de desvio psiquiátrico a partir de um artigo de Westphal, publicado em 1870.

Outro indicativo dessa medicalização, apresentado pelos pesquisadores Guilherme Paiva de Carvalho e Aryanne Sêrgia Queiroz de Oliveira (2017), é que a partir de 1948 tanto a homossexualidade quanto a transgeneridade foram incluídos como personalidades patológicas de desvios sexuais, sob as alcunhas “homossexualismo” e “transexualismo”, no Cadastro Internacional de Doenças (CID), documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) que guia a prática médica em diversos países. A homossexualidade só foi retirada desse cadastro em 1990, e a transgeneridade apenas em 2018. Alinhados ao que Foucault teorizou, os autores afirmam que práticas ditas desviantes da norma são oprimidas através de “discursos que estabelecem relações de poder/saber” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p. 105).

A teoria foucaultiana é bastante prolífica para compreender como ser constrói a narrativa-discursiva de controle e de repressão das práticas e das orientações sexuais que rompem com o padrão heterocisnormativo vigente na sociedade capitalista. Esses discursos, entretanto, não são apenas divisões binárias entre certo e errado, dito e silenciado, poderoso e impotente. São, na verdade, narrativas polivalentes que partem de origens distintas. Para Foucault,

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Esta multiplicidade discursiva pode ser entendida como questão intrínseca ao movimento LGBTQIA+. Somos sujeitos diversos, cujas vivências são interseccionadas por diversas outras questões, como prazeres, afetos, percepções distintas de acordo com nossa multiplicidade de raça, de classe, de credo, de sexualidade e de gênero. Como tanto, nossas próprias lutas por direitos sociais foi (e ainda é) ligada a outros movimentos sociais.

Nos anos 1960 e 1970, a sociedade ocidental passou por intensos conflitos sociais em busca de direitos para aqueles que sofriam de opressão social. A conjuntura política era de busca por equidade de gênero, racial, de sexualidade, bem como movimentos dos direitos civis, das lutas anticoloniais por liberação, da chamada “segunda onda” do feminismo. Defendendo a liberdade sexual das mulheres, o movimento feminista também pautava, em partes, o fim da opressão de LGBTQIA+ (HOOKS, 2015). É no contexto desta luta pelo fim da repressão sexual que os LGBTQIA+ surgem como movimento organizado e começam a ocupar os espaços urbanos de forma mais expressiva. É, nesse momento histórico, que se inseriram as obras de Michel Foucault aqui abordadas. O autor foi um dos expoentes dos estudos de gênero e de sexualidade, ao lado de autores como Simone de Beauvoir, Jacques Derrida e Julia Kristeva. Suas obras serviram como referência para pesquisadores em múltiplos campos de estudo. Uma das autoras influenciadas por essa geração é Judith Butler, pessoa não binária cujas teorias *queer* e de gênero se fundamentaram e questionaram tanto o filósofo francês quanto os outros autores mencionados. É nos escritos dessa autora que se embasa a seção a seguir.

2.4. GÊNERO E PERFORMATIVIDADE

Um dos pontos cruciais das obras de Butler foi a compreensão de que as categorias de gênero, de sexualidade e de sexo são construções socioculturais. Em seu primeiro livro, intitulado *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da*

Identidade, a autora abre caminho para a discussão dos sujeitos constituídos discursivamente, já que Butler (2019, p. 19) afirma que “em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas”. Esse debate ampliou a inclusão de pessoas transgêneras, travestis e intersexuais dentro do campo de gênero, pois questionava o próprio sujeito “mulher”, até então “compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2019, p. 18).

Analisando a teoria *queer* e a desconstrução de gênero presente nas obras de Butler, a pesquisadora e doutora em literatura Eurídice Figueiredo (2018) explica que tanto o sexo quanto o gênero são construtos sociais baseados em papéis instituídos desde a infância através de instrumentos de poder. O sistema imposto através desses instrumentos configura uma classificação que pressupõe uma mimese entre sexo “biológico” e gênero, como se gênero refletisse ou se restringisse a sexo. As aspas são utilizadas pois o próprio conceito de sexo “biológico” é parte de uma ideologia utilizada para reafirmar cientificamente a pretensa binaridade de sexos. Em outras palavras, o discurso estabelecido socialmente como “natural” afirma que um corpo que nasce com uma vagina é condicionado a ser “mulher” e aquele que nasce com pênis compulsoriamente se torna “homem”. Como explica Butler,

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2019, p. 27).

A autora explicita que, para que esse discurso se estabeleça como “racionalidade universal” e hegemônica, ele depende da heterocisnormatividade compulsória, amplamente reproduzida em nossas relações interpessoais, na mídia, nas leis e na sociedade como um todo, tanto de formas diretas quanto sutis. Para compreender, podemos pensar em nossas próprias experiências de gênero, individuais ou coletivas: “é menino ou menina?”; “esse vai ser garanhão” ou “essa vai dar trabalho pro pai”; ou, parafraseando o discurso normativo e moralista de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro, “menino veste azul e menina veste rosa”. Esse contexto social influencia na própria identidade e na construção das expressões individuais de gênero. Dessa forma, o gênero é uma categoria *performativa*, um feito resultante da

“estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2019, p. 69). Isso quer dizer que “ser mulher” ou “ser homem” não são definições indiscutíveis, e sim produções discursivas reafirmadas repetidamente através de atos, de gestos e de expressões.

Nesse contexto, os corpos e as identidades *queer* são socialmente oprimidos e vistos como abjetos, descartáveis e desumanizados, em uma tentativa de os excluir ou adequá-los à “norma”. Os pesquisadores Flavio Henrique Firmino e Patrícia Porchat (2017, p. 58), explorando os conceitos presentes nos escritos de Butler, salientam que a reafirmação de gêneros e de sexualidades normativas depende da opressão de certas “configurações entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo [...] Trata-se de um regime de poder, portanto, que garante a existência de certas identidades ao preço da exclusão de outras”. A partir desse raciocínio, entendemos que a “naturalidade” dos gêneros é, na verdade, uma fabricação que depende da perpetuação da lógica binária e da heterocisnormativa. Para Butler (2019, p. 236), não existem gêneros verdadeiros ou falsos, pois o “gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos [que são] somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”.

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória.

Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente *incríveis*. (BUTLER, 2019, p. 243-244).

Em outras palavras, por ser uma construção social, esta *performance* de gênero estabelecida como norma pode ser subvertida, questionada e desconstruída. A mera existência de pessoas LGBTQIA+ – sejam elas transgêneras, travestis, não binárias, lésbicas, bissexuais, *gays*, intersexo, assexuais, pansexuais, *queer* – por si só abala essa sociedade normativa, já que esses sujeitos “redesdobram e

desestabilizam as categorias sexuais e as categorias originalmente derogatórias da identidade homossexual” (BUTLER, 2019, p. 212).

Judith Butler ofereceu, através de sua teoria de *performance* de gênero, um novo marco para o entendimento das categorias de gênero, de sexualidade e de sexo como construções socioculturais passíveis de mudança. Por suas obras, compreende-se que os LGBTQIA+ são um grupo cuja própria existência põe em xeque a noção de identidade *natural* heterossexual e cisgênera. A autora destaca, entretanto, que o gênero não é a única categoria definidora dos sujeitos. Na verdade, os sujeitos são interseccionados por diversos outros cruzamentos identitários que influenciarão em suas experiências sociais.

Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2019, p. 21).

Por este trecho, compreende-se que os sujeitos são interseccionados por diversos outros cruzamentos identitários que influenciarão em suas experiências sociais. É justamente essa interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade que será abordada na próxima seção deste texto.

2.5. INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA, DE CLASSE, DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE

A interseccionalidade é um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), dentro da teoria crítica do Feminismo Negro. Em sua análise, a autora utilizou alguns casos judiciais como base para demonstrar que as vivências de mulheres negras encontravam especificidades e diferiam tanto das experiências de vida de mulheres brancas quanto daquelas de homens negros. Segundo ela, as opressões infligidas sobre as mulheres negras não podiam ser explicadas de forma individualizada – apenas pelo sexismo ou apenas pelo racismo – mas sim como um sistema, uma coalisão de diversas experiências identitárias que se interseccionam.

Carla Akotirene (2020), citando Patricia Hill Collins, define a interseccionalidade como um conjunto interligado de opressões, que envolvem características de gênero, de raça e de classe, dentre outras. A autora reforça a importância de reconhecer a história desse conceito para não sucumbir às tendências eurocêntricas de apropriação intelectual dos conhecimentos produzidos pelas mulheres negras. Além disso, reconhece que a interseccionalidade se conecta com outras formas de opressão:

O Feminismo Negro dialoga concomitante entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo (AKOTIRENE, 2020, p.23).

Já Helena Hirata (2014), na esteira desses estudos de raça, define a interseccionalidade como um modo de compreender as múltiplas identidades e as desigualdades sociais através de um enfoque integrado de gênero, de classe e de raça, bem como podendo incluir outras categorias, como a sexualidade e a religião. Afirma ainda que a “interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 69). Isso tem sido evidenciado pelas feministas negras norte americanas como Crenshaw (1989) e Patrícia Hill Collins (2018), que consideram a interseccionalidade como uma ferramenta engajada de luta política contra o racismo, o sexismo e as variadas formas de opressão.

Na esteira da interseccionalidade, Brugé, Canal e Paya (2015) demonstram que, ao longo dos anos, órgãos governamentais têm se deparando com a crescente complexidade das temáticas tratadas no desenvolvimento de políticas públicas. Os chamados “problemas malditos” – ou *wicked problems* – são questões multidimensionais cuja solução parece sobrepujar a capacidade governamental. Essas questões envolvem diversos atores sociais e causas múltiplas, bem como um nível de complexidade que não aceita uma única solução (BRUGÉ; CANAL; PAYA, 2015). Utiliza-se o termo “problemas malditos” para designar questões de racismo, de sexismo, de LGBTQIAfobia, e de opressões estruturais que se interseccionam e

de justapõem-se causando a exclusão social de certos setores da sociedade. A resolução dessas reivindicações depende não só da ação pública¹³, mas também da participação de movimentos sociais e de grupos vulneráveis, e da mudança social como um todo.

É necessário compreender que os problemas malditos são multicausais (BOTELHO; NASCIMENTO¹⁴, 2016), ou seja, as opressões não são sistemas isolados, mas sim se sobrepõem nas distintas vivências (HIRATA, 2014; ALMEIDA, 2020). Por exemplo: um homem cisgênero, branco e de classe média, e uma mulher transgênera, negra e de classe baixa, têm experiências sociais distintas, embora ambos sejam alvo de exclusão, de violência e de preconceitos que impactam em suas formas de ser e de estar no mundo, complexificando o que se considera como questões sociais. Para um tratamento pleno de questões sociais, deve-se compreender essas diferenças de modo interseccional e buscar soluções que possam se aplicar às ações públicas de forma transversal.

Nesta dissertação, adota-se o conceito de interseccionalidade para compreender como a ocupação urbana no município de Florianópolis se conforma, segundo as categorias de gênero, de sexualidade, de raça e de classe. Busco entender como os fenômenos de inclusão e de exclusão urbana, operacionalizados através de processos de gentrificação, impactam diferentemente os LGBTQIA+, segundo as diversas categorias identitárias que os atravessam. A seguir, abordarei o conceito de *desvio*, categoria que incide sobre sujeitos LGBTQIA+ de forma multifacetada.

2.6. DESVIO

Para explicar a que se refere ao desvio tratado nesta dissertação, primeiramente devemos compreender de qual *desvio* falamos, de que raiz teórica este termo surge. Com esse intuito, mergulhamos mais uma vez nos escritos de Michel Foucault (2009; 2015). Na conferência *Outros Espaços*, o autor apresenta o conceito da heterotopia, uma junção das palavras em latim *hetero* (outro) e *topos*

¹³ Ações públicas são programas de atuação que articulam sociopoliticamente diversos atores, individuais ou coletivos, e combinam leis específicas, recursos administrativos, financeiros e humanos, de modo a intervir de forma satisfatória na efetivação dos direitos de certos grupos ou territórios (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012).

¹⁴ Por questões políticas, o autor escolhe utilizar a grafia do seu nome em letras minúsculas.

(lugar). Para o autor, ao contrário das utopias – lugares imaginários que idealizam possibilidades de mudança, sonhadas sociedades aprimoradas, mas irreais em suas essências –, as heterotopias são locais efetivamente criados, *contraespaços* que, por sua própria natureza, estimulam-nos a viver de formas que contestam a sociedade que (n)os gera. São

espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (FOUCAULT, 2009, p. 415).

Essas heterotopias assumem duas formas principais: as de crise, que são efêmeras, sem referências geográficas e, por vezes, pessoais, como o ciclo menstrual ou a adolescência; e as de *desvio*, as quais Foucault (2009, p. 416) afirma que são aquelas “na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida”. Alguns exemplos destas são as prisões, as clínicas psiquiátricas, os asilos, dentre outros. Embora Foucault não tenha citado diretamente as vivências e os territórios LGBTQIA+ como heterotopias de desvio ou de *desviantes*, é possível que tracemos este paralelo a partir de outros teóricos. O psicólogo Daniel Kerry dos Santos (2012), ao estudar um bar florianopolitano frequentado por homens gays mais velhos e a comunidade *ursina*¹⁵, afirma que:

No entanto, a criação de novas corporeidades é possível quando, interpelado por uma heterotopia, o corpo se afeta por outras forças, compõe-se a partir de outras relações, estiliza outros movimentos, deseja de outros modos. Isso porque essa heterotopia, em oposição às posições/espacos utópicos, cria condições para modos de vida que se fazem no cotidiano vivido dos sujeitos, com a vibração dos corpos em encontros reais, sejam eles eróticos, afetivos, sexuais, amigáveis.

[...]

Os corpos dos gays velhos e dos gays ursos (que muitas vezes, no final das contas, acabam se confundindo) produzidos socialmente como desviantes do que se considera desejável e aceitável (entre gays jovens e entre velhos heterossexuais), constituem-se como máquinas desejanças, no interior daquilo que Foucault (2009b, p. 416) chamou de heterotopia do desvio [...] Nesse sentido, enunciados biopolíticos passam a ser contestados a partir da própria matéria, que se desterritorializa e se abre para outras possibilidades de prazer e de experiências. (SANTOS, 2012, p. 115-116).

¹⁵ *Ursino* é um termo relativo a um segmento da comunidade gay denominada ursos. Esse termo foi criado para descrever o tipo físico desses homens que, dentre outros indicadores, geralmente (embora não necessariamente) são corpulentos, possuem pelos e barba. Muitos expressam suas sexualidades através de um estilo de vida intrinsecamente ligado à identidade e à cultura ursina. Para mais informações ler, Santos (2012).

É importante salientar que Santos não segue uma visão limitante dessas heterotopias, como se o espaço desviante fosse o único a que estes sujeitos podem acessar. Na verdade, o autor defende o desvio como uma ferramenta de mudança, tal qual descreve Paul Preciado (2011). Para este, é essencial compreender que a potência das multidões *queer* está justamente em não se encaixar na norma, em subverter a biopolítica/sexopolítica vigente e, dessa forma, *desviar* aquilo que nos afirma *desviantes*. Nas palavras de Preciado (2011, p. 15), nossas forças como sujeitos *queer* surgem do poder de “investir nas posições de sujeitos “abjetos” (esses “maus sujeitos” que são os soropositivos, as “sapatas”, os “viados”) para fazer disso lugares de resistência ao ponto de vista “universal”, à história branca, colonial e *straight* do “humano””. É por esses motivos que adoto nesta dissertação os termos *desvio* e *desviantes* para designar os comportamentos daqueles sujeitos que fogem às normas socialmente impostas. Através de suas vivências, estes produzem as potências para mudar e serem mudados pelos locais que ocupam, em um fluxo contínuo de metamorfose mútua. E essas territorialidades LGBTQIA+ são exatamente o que abordo a seguir.

2.7. TERRITÓRIO OU PEDAÇO

Antes de mais nada, na presente dissertação, escolho trabalhar a partir de dois termos principais, presentes em diversos estudos *queer* brasileiros, para denominar as áreas urbanas LGBTQIA+: território e *pedaço*. Outro termo bastante utilizado é *gueto*, mas que não tomo como central, pois, em consonância com Córdova, Lago e Maluf (2010), acredito que tal palavra não define precisamente o tipo de ocupação que se conforma em Florianópolis.

O conceito de “gueto”, apesar de muito utilizado, não parece dar conta das redes de sociabilidade por onde circulam os homossexuais da cidade e parece excluir seus participantes de uma sociedade mais ampla, até porque estes *pedaços* não são exclusivamente frequentados por gays, lésbicas ou travestis, e sim compartilhados com homens e mulheres com outras orientações sexuais e de diferentes características, idades, classes sociais, etnias (CÓRDOVA; LAGO; MALUF, 2010, p. 262-263).

Em outras palavras, é difícil definir os *pedaços* LGBTQIA+ da cidade como *guetos* justamente por serem territorialidades de complexa caracterização, sem limites sócio-geográficos claros. Não são espacialidades estáticas, onde há apenas um tipo de ocupação ou de sujeito, mas sim territórios em disputa contínua. Em sua

tese, o cientista social Bruno Puccinelli (2017, p. 19) afirma que “não se trata, pois, de um espaço com significados fixados por um grupo minimamente coeso, mas de disputas e relações de poder em torno de quem o define”. Para ele, a noção de território está relacionada aos espaços que logram significados devido aos usos a eles atribuídos. Respalhando esse raciocínio, ao analisar os espaços cartografados por mulheres lésbicas florianopolitanas, a psicóloga Juliana Perucchi (2001) explica a construção simbólica desses *pedaços*:

Essa noção de territorialidade possibilita pensar os movimentos dos códigos e as transações (trocas) simbólicas — que constituem e são constituídas pelas relações entre pessoas em um determinado espaço social — como engendrados em um plano de reconhecimento entre as pessoas, onde significados são construídos a partir das experiências e legitimados (ou não) pelo grupo. Assim, tal noção parece possibilitar o entendimento das concepções dos sujeitos que frequentam o *gueto* como histórica e culturalmente construídos, no contexto das relações sociais (PERUCCHI, 2001, p. 66).

Perucchi destaca, ainda, que esses espaços permitem que sujeitos LGBTQIA+, que encontram discriminação e desvalorização em outros ambientes, tenham suas subjetividades reconhecidas. Para a autora, é ali que se consolida o estado ideal para legitimar as práticas coletivas e as construções discursivas desse grupo, cuja liberdade é cerceada em espaços dominados pela moralidade heterocisnormativa. Neste ponto, devemos compreender a categoria de “região moral”, essencial quando pensamos em territórios LGBTQIA+.

Em sua dissertação e livro homônimo *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*, Néstor Perlongher (1987, p. 47) afirma que o conceito de “região moral” está diretamente relacionado ao centro das cidades, com áreas de usos diversos – administrativos, comerciais, institucionais, entre outros – que também funcionam “como lugar de reunião das populações ambulantes que “soltam”, ali, seus impulsos reprimidos pela civilização”. Para o autor, esse tipo de encontro se dá em regiões centrais justamente por estas serem locais privilegiados de sociabilidade, já que são nodos de saturação semiológica. Assim, propiciam a fuga, a subversão e o desvio às normatividades. A essa territorialidade mista, que relaciona questões geográficas e sociais, espaço público que permite a vazão das vidas privadas, pode receber a denominação de *pedaço*. O antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (1998) define o *pedaço* como um domínio além do público/privado, uma terceira categoria:

intermediário entre a rua e a casa [...] o *pedaço* é o lugar dos colegas, dos chegados. Aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem, quem são, de onde vêm, do que gostam e do que se pode ou não fazer.

[...]

os frequentadores desses “*pedaços do centro*” não necessariamente se conhecem (como ocorria no bairro), mas se reconhecem: venham de onde vierem, trazem na roupa, na postura corporal, na linguagem, os sinais exteriores de seu pertencimento. Por causa dessa ênfase mais nos aspectos simbólicos, aqui o *pedaço* é menos dependente da variável territorial: se for o caso, muda-se de ponto e pronto (MAGNANI, 1998, p. 12).

Para Magnani (2002), dois componentes principais configuram os *pedaços*: primeiro, o componente de ordenação espacial, demarcado por equipamentos e locais; segundo, as redes de sociabilidade que ali ocorrem. Dessa forma, “as características desses equipamentos definidores de fronteiras [...] mostravam que o território assim delimitado constituía um lugar de passagem e encontro” (MAGNANI, 2002, p. 20-21). Em outras palavras, o *pedaço* se forma através da percepção e do reconhecimento das subjetividades individuais/coletivas daqueles que ocupam essas territorialidades. Como afirma o psicólogo Daniel Kerry dos Santos (2012):

O território conforma-se justamente pelos agenciamentos do desejo ali presentes, ao mesmo tempo em que outras formas desejantes se produzem exatamente pela existência do território.

[...]

Assim, considero o território um local inventado e movimentado por esses agenciamentos, que estão descentrados de uma subjetividade individual e de um desejo totalizado. Trata-se da proliferação de máquinas desejantes, na qual o desejo produz social e vice-versa. Uma “nova” (est)ética torna-se, portanto, possível, apontando para técnicas de si que recompõem outras corporeidades, ou seja, que criam formas de estilizar os corpos produzindo modos desejantes, ampliando universos e territórios e inventando modos de vida. Tudo num fluxo que atravessa e constitui a realidade local. (SANTOS, 2012, p. 121-122).

No caso dos *pedaços* LGBTQIA+, a partir das leituras supracitadas, compreendo que as espacialidades cartografadas por essa comunidade formam uma complexa rede de sociabilidade. Apropriamo-nos de locais criados a partir de uma lógica heterocisnormativa, subvertemo-la e – como sujeitos desejantes, com sociabilidades, vivências e cultura próprias às nossas comunidades – produzimos novos significados para os locais. E assim se constituem os territórios ou os *pedaços* LGBTQIA+. Na próxima seção, exploramos o que ocorre quando as identidades desses sujeitos passam a ser encaradas como mercadoria.

2.8. NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Nancy Fraser e Axel Honneth (2003) definem dois eixos principais das lutas por justiça social: as políticas de redistribuição e as de reconhecimento. Nas políticas de redistribuição, busca-se a partilha de recursos e de renda de modo igualitário entre os cidadãos, como forma de atingir a equidade social. Já as políticas de reconhecimento visam à valorização das diversidades de raça, de gênero, de sexualidade, de etnias, dentre outras, de forma que não haja dominância cultural de grupos específicos, em busca da inclusão social através do respeito à diferença.

Fraser (2007), entretanto, tece críticas a essas políticas de reconhecimento, quando não estão aliadas às de redistribuição. Para a autora, durante a segunda onda do feminismo, a aproximação entre esse movimento social e as políticas identitárias coincide com o período de ampliação da agenda neoliberal. Isso fez com que os movimentos sociais se afastassem de demandas político-econômicas, o que provocou um enfraquecimento das ideias de redistribuição. Dessa maneira, “essa abordagem não pôde opor-se de maneira efetiva nem à selvageria das políticas de livre-mercado nem ao chauvinismo de direita que emergiu com elas” (FRASER, 2007, p. 293).

Para definir esse fenômeno, Fraser (2018) cunhou o conceito de Neoliberalismo Progressista. O termo descreve o pacto entre movimentos sociais – feministas, ambientalistas, antirracistas e LGBTQIA+ – e setores financeiros neoliberais. A aspiração desse bloco “progressista”, hegemônico a partir da ascensão do neoliberalismo nos anos 1980, foi a reafirmação de direitos alicerçada em políticas de reconhecimento. No Neoliberalismo Progressista, priorizam-se as políticas de reconhecimento sem, todavia, associá-las a propostas de redistribuição de recursos. Isso quer dizer que se reafirmam os direitos de grupos socialmente excluídos sob bandeiras de representatividade, de empoderamento, de diversidade, entre outras, sem que fossem propostas ações públicas que buscassem a inclusão efetiva e a redistribuição de renda a esses sujeitos.

A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas "diversificá-la", "empoderando" mulheres "talentosas", pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. E esse ideal era inerentemente específico a cada classe: voltado para garantir que indivíduos "merecedores" de "grupos sub-representados" poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo

igual aos dos homens brancos heterossexuais de sua própria classe. Vencer individualmente as opressões que os atingem. (FRASER, 2018, p. 47).

Visando afirmar suas próprias identidades através da ascensão individual, sujeitos socialmente oprimidos poderiam atingir a igualdade dentro de suas classes de renda, como fruto de suas ações pessoais. Este sistema desconsidera, contudo, que as múltiplas opressões que esses atores sociais enfrentam influenciam em sua possibilidade de conquistar esses avanços. Apenas os portadores de determinado nível de capital, tanto econômico quanto sociocultural, teriam sua emancipação privilegiada dentro da sociedade capitalista.

Nesse cenário, surgem nichos de mercado voltados especificamente para certos grupos identitários, como é o caso dos LGBTQIA+. Este é um público que busca reconhecimento de suas subjetividades através dos locais que frequenta (LANZARINI; RIAL, 2010). No Brasil, estima-se que os LGBTQIA+ têm poder de compra de mais de 100 bilhões de dólares (OUTLEADERSHIP, 2018), tornando-os interessantes ao mercado devido ao seu alto potencial de consumo. É o que trataremos a seguir.

2.9. PINK MONEY E O MERCADO COR-DE-ROSA

Nos anos 1990, com o reconhecimento que as pautas LGBTQIA+ geravam um consumo que resultava em altos lucros para a iniciativa privada, surgiram os termos *Pink Money* e Mercado Cor-de-Rosa (ou *Pink Market*). O primeiro define poder de compra dos LGBTQIA+, o segundo identifica a rede de produtos, de empresas, de comércio e de serviços que se forma através da apropriação das pautas de gênero e de sexualidade, que na cidade se reverte na gentrificação dos bairros historicamente ocupados por LGBTQIA+¹⁶ (SINIGAGLIA; PRATA, 2020; GOIS; FERRAZ, 2021). Em conjunto com estes, também se destaca o termo *pinkwashing*. Associado ao termo *greenwashing*, característico do Neoliberalismo Progressista no campo ambiental, o *pinkwashing* designa as práticas através das quais empresas utilizam diversidade e inclusão como discursos publicitários, sob o argumento da representatividade, para promover a comercialização de seus

¹⁶ A gentrificação em bairros LGBTQIA+ será aprofundada no próximo capítulo.

produtos, de seus serviços, entre outros, sem oferecer um retorno efetivo aos LGBTQIA+ (SINIGAGLIA; PRATA, 2020).

Após explicar esta série de anglicismos que permeiam o consumo LGBTQIA+, refletimos sobre como esses fenômenos à guisa do Capitalismo Cor-de-Rosa incidem na sociedade e na cidade, reconfigurando o espaço urbano a partir da *commodificação* das pautas LGBTQIA+. Segundo Sinigaglia e Prata (2020, p. 98), o Mercado Cor-de-Rosa funciona “através da especulação de vulnerabilidades sociais e do medo social instaurado nesta população”, invocando os temores da LGBTQIAfobia e o desejo por visibilidade como ferramentas para motivar o consumo. No contexto urbano, o Mercado Cor-de-Rosa se constrói na rede de bares, casas noturnas, lojas, restaurantes e outros comércios voltados para ou amigáveis a esse público, ditos LGBTQIA+-*friendly*. Esses estabelecimentos se autodenominam espaços seguros para expressar livremente os gêneros e as sexualidades em sua diversidade e oferecem experiências e produtos que atendem às subjetividades LGBTQIA+. Recebem com hospitalidade a comunidade LGBTQIA+, mas apenas aqueles que têm condições financeiras para pagar pelo consumo cultural que envolve suas vivências.

Assim como no restante da sociedade, a distribuição do poder de compra dos LGBTQIA+ é marcadamente relacionada aos fatores de gênero, de raça e de classe. A inclusão através do consumo privilegia a incorporação social de um cidadão-consumidor corporificado no homem gay, cisgênero, branco, de classe média, aprofundando ainda mais a marginalização dos que não se encaixam nesse padrão (MARSIAJ, 2003; MONTANER; MUXI, 2014). Assim, aqueles que são negros, travestis, transgêneros, de baixa renda não alcançam os mesmos graus de reconhecimento social, vendo um abismo se formar entre os discursos midiáticos de diversidade e de inclusão LGBTQIA+ e a consolidação de seus direitos civis.

Logo, percebemos que, no contexto do Neoliberalismo Progressista, os LGBTQIA+ são reconhecidos como um importante mercado em potencial, mas que a distribuição de renda dentro dessa comunidade é marcadamente desigual, seccionada por fatores de raça, de gênero e de classe. Isso faz com que o mercado privilegie os consumidores de classe média, em geral homens cisgêneros, brancos, gays, intensificando ainda mais a marginalização de outras pessoas presentes na sigla LGBTQIA+. Para subverter a lógica do Neoliberalismo Progressista, é essencial que se combinem políticas de redistribuição e de reconhecimento.

Nesse contexto, retomo as ponderações de Nancy Fraser para refletir sobre como fugir das armadilhas representadas pelo Neoliberalismo Progressista. Para a autora, é essencial que se forme uma nova lógica, na qual “combinando redistribuição igualitária com reconhecimento não hierárquico, esta opção tem pelo menos uma chance de lutar pela união de toda a classe trabalhadora” (FRASER, 2018, p. 58). Ou seja, é através da associação interseccional entre as demandas de classes trabalhadoras e de movimentos sociais emancipatórios – antirracistas, feministas, LGBTQIA+, ambientalistas –, que se encontram reivindicações convergentes para fortalecer as lutas por justiça social.

No próximo capítulo, refletiremos sobre alguns dos reflexos urbanísticos do capitalismo. Mais especificamente, abordaremos a gentrificação, seus fatores econômicos, socioculturais e a relação dos LGBTQIA+ com esse processo.

3. UM CONCEITO POR SI SÓ: GENTRIFICAÇÃO E SUAS FACETAS

A gentrificação é um fenômeno que incide sobre áreas urbanas em processo de valorização imobiliária, onde ocorrem (ou ocorreram) obras de renovação urbana. Por se tratar de um conceito denso e extenso, escolho o abordar como um capítulo à parte do léxico teórico conceitual. Para explicar o conceito de gentrificação de forma detalhada, desenvolvo-o a partir de quatro momentos: primeiramente, exploro a origem do termo a partir dos escritos de Ruth Glass; a seguir, abordo como ocorrem a gentrificação e as questões de classe e de raça que permeiam esse processo, a partir das contribuições de Neil Smith; depois, relaciono a ligação entre as facetas socioculturais da gentrificação e a perda de autenticidade dos locais gentrificados, baseando-me nos escritos de Sharon Zukin; por fim, falo da gentrificação dos bairros ocupados por LGBTQIA+, a partir de Amin Ghaziani e Bruno Puccinelli – processos que rompem com a característica desviante da ocupação urbana LGBTQIA+, que incorporam e ressignificam essas pautas para os fins do Neoliberalismo Progressista.

3.1 GENTRIFICAÇÃO E AS ORIGENS DO CONCEITO

O termo gentrificação foi citado pela primeira vez por Ruth Glass, socióloga britânica cujo campo de trabalho era o planejamento urbano, no livro *London: Aspects of Change*, publicado em 1964. O volume reúne dez artigos produzidos por diversos acadêmicos, que exprimem a complexidade do ambiente urbano de Londres dos anos 1960, com o objetivo de contribuir para o campo da teoria urbana (BARTON, 2015). Em artigo homonimamente intitulado *Aspects of Change*, Ruth Glass descreve a homogeneização da vida urbana na cidade britânica. Segundo a autora, esse processo ocorre não apenas nos fatores sociais – modos de vida, lazeres e interesses –, mas também no ambiente construído, com o aumento da frota de veículos particulares e a multiplicação dos subúrbios nos arredores dos centros urbanos. Além disso, com as reformas urbanas decorrentes do pós-Segunda Grande Guerra, os distritos residenciais habitados por operários se tornaram almejados por pessoas de classe média. Nesse processo, as propriedades antigas que abrigavam diversas famílias de baixa renda, passaram a ser compradas,

reformadas e convertidas em apartamentos e em pequenas casas, comercializadas a preços exorbitantes. É justamente nesse processo de aprimoramento de edificações e de regiões que se dá o que Glass chamou de *gentrification*. Segundo a autora,

O status social atual e o valor dessas moradias estão frequentemente em relação inversa ao seu tamanho, e, em todo caso, enormemente inflacionados em comparação com os níveis anteriores em seus bairros. Uma vez que este processo de 'gentrificação' começa em um distrito, ele continua rapidamente até que todos ou a maioria dos ocupantes originais da classe trabalhadora sejam deslocados, e todo o caráter social do distrito seja alterado (GLASS, 2010, p. 22-23, tradução nossa).

Com a valorização imobiliária dos bairros, seus ocupantes originais não têm mais condições de financiar os crescentes custos de vida e são levados a viver em outros locais. Glass ainda afirma que as reformas liberais dos anos 1960 potencializaram a especulação imobiliária em todo o território londrino, com a desestatização do planejamento urbano e a facilitação do *laissez faire*¹⁷. Já os locais que não interessavam ao investimento privado foram abandonados à própria sorte, crescendo em densidade e decrescendo em qualidade de vida. Aqueles que não podiam mais pagar os preços dos bairros gentrificados, passaram a morar nesses locais. Esses bairros, em constante estado de deterioração, frequentemente abrigavam as populações mais pobres da cidade, desde imigrantes, pessoas de cor, estudantes, a prostitutas e outros grupos socialmente marginalizados. Observa-se, então, esse duplo movimento de valorização e de desinvestimento, que reinscreve divisões socioespaciais no tecido da cidade. A análise original de Glass permite identificar alguns aspectos-chave de um processo de gentrificação: a expulsão dos ocupantes originais; a mudança de público; e a influência do capital privado sobre esse processo. Esses aspectos são semelhantes aos que hoje observamos ocorrer no Centro de Florianópolis perversamente pela mobilização das pautas LGBTQIA+, como observaremos mais adiante, no próximo capítulo.

Segundo Brown-Saracino (2010), a gentrificação é um processo gradual e progressivo, que se inicia a partir de certos estabelecimentos, edificações ou áreas, e se espalha pelo bairro. Pode ser definida como a sucessão de mudança de características socioculturais, econômicas e de público de bairros ou de regiões previamente ocupados por populações de baixa renda, cujas demandas não eram

¹⁷ Expressão em francês utilizada para simbolizar o liberalismo econômico

atendidas pelo Estado. A partir de investimento público ou privado, ocorrem projetos de requalificação urbana – ou “revitalização” – que tornam a área mais desejável às classes médias. Por consequência, o custo de vida local se torna mais caro, desde aluguéis, alimentação, lazer, serviços, entre outros. Assim, ocorre a expulsão urbana das classes sociais que originalmente habitavam o bairro, devido à impossibilidade de financiar esses valores acrescidos. Simultaneamente, a entrada de classes médias desencadeia as mudanças socioculturais do bairro.

Para alguns, o processo de gentrificação pode parecer desejável, já que se observa significativa melhora nos indicadores de qualidade de vida, de crescimento do valor da terra e do consumo local, novas oportunidades de entretenimento, renovação urbana das regiões em gentrificação. Entretanto, como aponta Neil Smith:

A linguagem de revitalização, reciclagem, modernização e renascimento sugere que os bairros afetados eram de alguma forma desvitalizados ou culturalmente moribundos antes da gentrificação. Embora este às vezes seja o caso, muitas vezes também é verdade que comunidades muito vitais da classe trabalhadora são culturalmente desvitalizadas através da gentrificação, à medida que a nova classe média despreza as ruas em favor da sala de jantar e do quarto. A ideia de "pioneiros urbanos" é tão insultante aplicada às cidades contemporâneas quanto a ideia original de "pioneiros" no oeste dos EUA. Agora, como naquela época, isso implica que ninguém vive nas áreas que estão sendo "desbravadas" – ninguém digno de nota, pelo menos (SMITH, 1996, p. 30, tradução nossa).

Para Smith, a ideia de “revitalização” ou de renovação urbana sugere que anteriormente não havia vida nos bairros que passam pelo processo de gentrificação, ou que para alguns as classes de baixa renda não são valiosas o suficiente para terem sua cultura reconhecida. Ao longo do texto, Smith também aponta a centralidade das categorias epistemológicas de Raça e de Classe no estudo da gentrificação, já que a exclusão urbana decorrente desse processo atinge majoritariamente a classe operária e de forma interseccional. É o que abordaremos a seguir.

3.2. GENTRIFICAÇÃO, PROCESSOS E FACETAS DE CLASSE E DE RAÇA

Smith (1996) define a gentrificação como uma expressão urbana do capitalismo pós-moderno, cuja característica central é a exaltação do consumo. Para ele, é um processo de reconsolidação de determinadas áreas em benefício da vida

urbana de classes médias e médias altas, em que a cidade se torna um bem de consumo e o mercado imobiliário um meio de investimento financeiro. Assim, o lucro é uma das motivações essenciais à incorporação tanto de capital proveniente de agentes públicos quanto da iniciativa privada para a efetivação de “revitalizações” e de obras em áreas em gentrificação (SMITH, 1996; SMITH, 2006; BROWN-SARACINO, 2010).

Sendo assim, Smith (1996) afirma que quando o neoliberalismo assume o posto de sistema socioeconômico dominante a partir da década de 1980, as melhorias urbanas e os terrenos se tornam *commodities*. Isso gera dinâmicas cíclicas de investimento e de desinvestimento nas regiões urbanas. Esses ciclos funcionam segundo a variação entre a renda potencial e a renda efetivamente capitalizada. A renda efetivamente capitalizada é o valor sobre a terra que os proprietários impõem a seus inquilinos ou a seus compradores, a partir de uma combinação entre a renda auferida do solo e do uso atual. Já a renda potencial é o maior valor que a terra poderia custar caso fosse utilizada da melhor forma possível (ou o melhor dentro de um sistema de capitalização do solo).

No primeiro ciclo, quando a vizinhança é recém-construída, o valor dos imóveis tende a crescer, ao passo que são efetuadas melhorias à infraestrutura do local. Com o passar do tempo, entretanto, os avanços na produção, a obsolescência de estilos e o desgaste físico levam a uma desvalorização. Então, inicia-se um segundo ciclo em que os proprietários dos imóveis passam do papel de moradores ao de locadores, o que indica o processo de desinvestimento na região. Ou seja, o capital passa a ser direcionado às outras regiões da cidade, intensificando o processo de declínio econômico no local.

Nesse momento, conforme escreve Smith, agentes imobiliários iniciam uma prática que consiste em explorar o racismo do mercado imobiliário¹⁸. Por esse termo, o autor quer dizer que agentes imobiliários criam a percepção de que está ocorrendo um influxo de moradores negros e latinos em certos bairros. Motivados por suas percepções racistas sobre os novos habitantes, residentes brancos da região decidem vender suas propriedades a preços baixos para os ditos agentes imobiliários. Estes revendem essas propriedades a preços inflados às próprias minorias negras, latinas e populações de baixa renda, cujas opções de compra são

¹⁸ Tradução livre para o termo *racism of the housing market* utilizado por Smith (1996).

limitadas devido ao racismo do mercado imobiliário. Nesse momento, o valor excessivo das propriedades faz com que os novos proprietários tenham dificuldades em realizar manutenções necessárias. Conseqüentemente, a renda efetivamente capitalizada diminui ainda mais e aprofunda-se o desinvestimento. Em resumo, devido à ação dos de agentes capitalistas, o processo de desinvestimento se desdobra como uma profecia autorrealizada, já que esses atores motivam os medos racistas que levam à venda e à deterioração dos imóveis.

A própria desvalorização dessa zona urbana gera as condições necessárias à revalorização da área. Segundo o autor, o diferencial de renda – ou *rent gap* – é a diferença entre a renda potencial e a renda efetivamente capitalizada. A gentrificação ocorre quando essa diferença atinge um nível ideal, em que os custos de compra e de manutenção dos imóveis será baixo o suficiente para render ganhos expressivos a partir de sua reabilitação. Assim, o fluxo de (re)investimento se direciona aos bairros em que o diferencial de renda proporcione o maior lucro potencial.

Em sua análise das características econômicas da gentrificação, o professor de direito urbanístico, Álvaro Luis dos Santos Pereira (2014), também chega a conclusões similares às de Smith, identificando a gentrificação como um processo de reinício do investimento e de mudança social em regiões urbanas que estavam em processo de degradação há longos períodos. Segundo o autor, a hipótese do diferencial de renda precisa atingir um ponto crítico para se efetivar.

Alcançado esse estágio, os possíveis acréscimos de renda com o reinvestimento no antigo centro passam a suplantam aqueles que poderiam ser obtidos com a abertura de novas frentes de urbanização nas franjas periféricas. Configurado esse cenário, a direção dos fluxos de capital se inverte, e o antigo centro desponta como nova "fronteira" (PEREIRA, 2014, p. 310).

Pereira explica que há uma parceria entre agentes públicos e privados para construir um cenário socioeconomicamente ideal à gentrificação. Em paralelo, forma-se um discurso cuja função é impossibilitar a resistência a esse processo. O fluxo de renda proveniente dessa parceria privilegia as classes médias e altas, geralmente brancas, intensificando o desinvestimento e conseqüente deterioração das regiões ocupadas por classes baixas, negras e latinas. Assim, o próprio sistema capitalista retroalimenta as necessidades de desinvestimento e de reinvestimento necessário para a gentrificação e a conseqüente acumulação de capital dos agentes privados.

Esse processo, conforme argumenta Smith, apesar de ter suas raízes fundamentadas na luta de classes, é um fenômeno complexo que conecta outras categorias analíticas, como raça, gênero e sexualidade.

As classes devem ser vistas não como "caixinhas", conjuntos extremamente determinados com limites precisos e regras binárias exatas para inclusão e exclusão. Em vez disso, as classes se assemelham a conjuntos difusos que são definidos mais ou menos nitidamente, dependendo das condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas (SMITH, 1996, p. 103, tradução nossa).

Dito de outro modo, o próprio conceito de classe não deve ser visto como uma categoria fixa e bem definida, mas como uma categoria interseccional em si mesma. Como exemplo, cita que as áreas ocupadas por LGBTQIA+ surgem como espaços de resistência à opressão em meios urbanos e de construção geográfico-identitária dessa população, que nesses locais forma comunidades de apoio mútuo de seus membros. Mesmo se tratando de um grupo socialmente oprimido, outras formas de opressão incidem sobre os membros dessa comunidade, fazendo com que as experiências sejam variadas dentre seus sujeitos. Ou seja, ainda que essa comunidade seja diversa, questões de raça, de gênero e de classe fazem com que alguns LGBTQIA+ sofram maior marginalização do que outros. Isso se reflete na própria ocupação urbana dessas populações, que privilegia gays e lésbicas brancos, cisgêneros e de classe média (SMITH, 1996; HENNING, 2008). O exemplo demonstra que, mesmo que o contexto sociocultural influa no processo, essas categorias só fazem sentido quando aliadas ao diferencial de renda e às questões de classe inerentes à gentrificação.

Além disso, a busca pela diversidade dentro de espaços em gentrificação é contraditória, pois esse processo gera uma tendência à homogeneização tanto dos espaços urbanos quanto dos próprios habitantes desses espaços. Desse modo, é possível traçar um paralelo entre a gentrificação e o Neoliberalismo Progressista. Pode-se dizer que, na verdade, os dois fenômenos são facetas de um mesmo sistema capitalista, que se traça de progressista ao explorar a diversidade e a representatividade apenas sob a ótica individualista e meritocrática, sem, entretanto, garantir a efetivação dos direitos sociais e coletivos de grupos socialmente oprimidos, bem como uma distribuição de renda igualitária.

A contribuição de Neil Smith no campo de estudo é bastante expressiva por demonstrar como ocorre a gentrificação, a partir da hipótese do diferencial de renda.

Além disso, em seu estudo a adoção dos fatores de classe e de raça é central para explicar a gentrificação. Entretanto, alguns autores tecem críticas ao modelo proposto pelo autor. Sharon Zukin (1995), por exemplo, argumenta que o modelo de Smith simplifica o processo apenas para relação mecânica entre renda potencial e renda efetiva, tratando como secundários outros fatores que influem na gentrificação.

Em certa medida, essas questões se referem aos assuntos usuais da política econômica urbana: os valores de propriedades e as forças que os impulsionam para cima ou para baixo, as relações entre as classes sociais, e a convergência de interesses entre as leis do Estado e as pessoas e instituições com poder econômico. No entanto, questões de representação também remodelam as preocupações tradicionais da política econômica urbana. Os valores das propriedades não são determinados apenas economicamente; eles respondem a culturas públicas intangíveis, culturas de etnia e gênero, bem como de classe social. [...]

Adotar uma abordagem materialista nos obriga a procurar estruturas de poder fora do campo cultural. No mínimo, devemos procurar coerências estruturadas entre o poder cultural e outros tipos de poder (ZUKIN, 1995, p. 291, tradução nossa).

A autora busca compreender como e onde se inicia esse processo, quem está envolvido nele, e quais fatores influenciam, para além da perspectiva econômica. Tal abordagem será tratada a seguir.

3.3. GENTRIFICAÇÃO E CULTURA

Desde seu primeiro livro, intitulado *Loft Living: culture and capital in urban change*, Zukin (1982) se debruça sobre as facetas socioculturais e os agentes responsáveis por potencializar a gentrificação em determinados espaços urbanos, combinando conceitos de classe e de cultura em seus escritos. Inicialmente, teorizou a transformação de áreas urbanas industriais em áreas residenciais em Nova Iorque entre as décadas de 1960 e 1980. Para a autora, a popularização do *loft* como local de moradia surgiu a partir de donos de pequenos negócios e de grupos que buscavam formas alternativa de morar, particularmente a comunidade de artistas. As regiões industriais, previamente em situação de desinvestimento, passaram a ser vistas como fontes de lucro em potencial, conjuntura construída com a publicização da categoria artística como vanguarda cultural e da glamourização de seu estilo de vida. Então, com participação do mercado imobiliário, da mídia e das melhorias urbanas promovidas por órgãos estatais, os bairros industriais se tornaram espaço

desejáveis às classes médias. Assim, desencadeou-se a gentrificação. Após a difusão dessa forma de morar, grande parte da classe artística que originou essa forma de habitação foi obrigada a abandonar os *lofts* devido à alta nos custos de vida que incidiu sobre esses bairros.

Zukin (1995, 2009) destaca que, ao longo do século XX, a partir da ampliação do pensamento neoliberal, a cultura passou a ser crescentemente compreendida como um bem de consumo, que influencia a sociedade tanto simbólica quanto mercadologicamente. Nesse cenário, a diversidade étnica, racial, de gênero, de sexualidade, entre outras, passa a ser estetizada: usurpam-se símbolos e estilos de grupos socialmente oprimidos que, tirados de seu contexto sociopolítico, tornam-se artigos comercializáveis em um mercado “descolado”. Isto se aplica ao mercado da moda, da música, da mídia, como também aos espaços urbanos, nos quais esse processo resulta na gentrificação. Para a autora, as paisagens culturais urbanas funcionam como um vetor para gerar outros bens de consumo, mas só recebem investimentos quando podem gerar lucros.

Nesse processo, a cultura popular é transformada em *commodity*, passa por uma reconstrução histórico-narrativa e torna-se uma versão higienizada e pouco autêntica de si mesma. Nessa versão, constrói-se também uma política do medo urbano, em que a percepção de perigo e violência é amplificada através dos discursos midiáticos, políticos e sociais. Assim, a classe média passa a demandar maior segurança e vigilância para “controlar a criminalidade”. Consolida-se um policiamento violento que incide mais duramente sobre aqueles que não têm poder de compra: pessoas de baixa renda, sobretudo negras. Como consequência, contraditoriamente, excluem-se dessas culturas aqueles que as originaram, marginalizando-os ainda mais (ZUKIN, 1995, 2009).

Nas áreas onde vivem *hipsters* e gentrificadores há um novo ar cosmopolita: tolerante, descolado, casual. E isso não é ruim. Mas, pouco a pouco, os antigos bairros étnicos para os quais estes sujeitos se mudaram estão morrendo, junto com as fábricas onde os moradores de longa data exerciam seus negócios e os bares irlandeses, bodegas latinas e restaurantes de *soul food* negra, onde fizeram suas “casas longe de casa”. As pessoas que pareciam tão enraizadas nesses bairros estão desaparecendo (ZUKIN, 2009, p. 7-8, tradução nossa).

Referindo-se a Nova York, Zukin (2009) descreve o que decorre da gentrificação. Bairros como Brooklyn e Harlem, cuja ocupação urbana foi historicamente marcada pela presença de pessoas negras, latinas e operários,

passam a ser cobiçados por pessoas brancas que buscam territórios “autênticos”. Baixos custos de aluguel, cultura urbana fervilhante, gastronomia multiétnica e diversidade são alguns dos atrativos da localidade. Então, ocorre um influxo de jovens trabalhadores da indústria criativa, artistas, boêmios, *hipsters*, atraídos por um estilo de vida “autêntico” e uma diluição (ou evasão) dos antigos habitantes e de sua cultura, por assim dizer. Usa-se do capital cultural para apropriar a memória e o patrimônio do bairro, mantendo o imaginário urbano da localidade pregressa, diversa e multicultural, apenas o discurso de uma versão idealizada do que o bairro costumava ser.

A teoria de Sharon Zukin traz importantes avanços para compreender a importância de fatores socioculturais na ocorrência da gentrificação. A autora destaca a ampliação da cultura como bem de consumo a partir do fim do século XX, ligado ao crescimento do neoliberalismo. Além do investimento capital do mercado imobiliário e das melhorias urbanas promovidas pelo Poder Público, a gentrificação é motivada pela criação de um imaginário do estilo de vida que leva a autenticidade como central à vida urbana de certos grupos de classe média. Assim, os grupos que geram a cultura e o próprio espaço que motiva o influxo dessa classe média, abandonam seus bairros originários devido ao aumento dos custos de vida. A própria autenticidade almejada passa a ser apenas um discurso genérico construído a partir do que os bairros costumavam ser. Por abordar aspectos socioculturais e diversidade, o ponto de vista de Zukin é essencial para estudar a gentrificação de áreas urbanas ocupadas por LGBTQIA+.

Associando as questões de consumo cultural e o Neoliberalismo Progressista, podemos ligar o Mercado Cor-de-Rosa à comercialização de certas áreas urbanas a partir da criação de uma imagem local LGBTQIA+-*friendly*. O cientista político e teórico urbano Richard Florida (2002) cunhou o conceito de Classe Criativa para descrever os grupos ligados a esse tipo de consumo e à renovação urbana de áreas degradadas da cidade. Para ele, cientistas, professores, escritores, artistas, arquitetos, engenheiros, trabalhadores da alta tecnologia, dentre outros, constituem grupos de alta escolaridade e de alto poder de consumo que buscam locais com vida urbana ativa para se estabelecerem. Dentre os valores principais desse grupo, estão a meritocracia e a busca por representatividade racial, de sexualidade e de gênero são valores principais desse grupo, promovendo o reconhecimento da diversidade de seus membros através do consumo.

Assim, a indústria criativa e tecnológica, junto de setores LGBTQIA+ da população, passam a buscar bairros nos quais suas individualidades sejam valorizadas. Florida (2002, 2012) salienta o desejo desses grupos por morar em regiões que ofereçam empregos, comércio, lazer, entretenimento e cultura. Assim, áreas que dispõem dessas amenidades atraem a Classe Criativa e, conseqüentemente, maiores investimentos de atores públicos e privados que visam obter lucros a partir do poder de compra desses grupos.

Apesar de propor uma classificação importante da Classe Criativa, Florida defende a ideia da diversidade sob um ponto de vista individualista e meritocrático, aproximando-se das ideias do Neoliberalismo Progressista (FRASER, 2018). Assim, o autor é bastante questionado por não apresentar uma visão crítica da gentrificação que decorre dessa forma de ocupação urbana, bem como por não abordar a interseccionalidade de opressões de raça, de classe, de gênero e de sexualidade. Na próxima subseção, traremos uma visão crítica da gentrificação que incide sobre áreas ocupadas por LGBTQIA+.

3.4. GENTRIFICAÇÃO E OS LGBTQIA+

Nos estudos urbanísticos de bairros historicamente ocupados por LGBTQIA+, o sociólogo e professor Amin Ghaziani (2014) analisa a relação entre a ocupação urbana LGBTQIA+ e a gentrificação. O autor destaca que desde os anos 1970 a presença LGBTQIA+ era indicativo do início da gentrificação de certas áreas das cidades estadunidenses. Para ele, os *gaybourhoods*¹⁹ surgiram como espaços seguros para expressar livremente as diversas sexualidades e os gêneros sem medo de violências motivadas por preconceito, suas sociabilidades, culturas, lazeres e vivências. Além disso, viabilizam a organização social LGBTQIA+, a atuação em grupos de apoio e em organizações não governamentais, e a formação de espaços de debate e de atuação política.

Ghaziani aponta para uma mudança de paradigma social nos últimos anos, através da qual políticos, empresários e a própria sociedade mudam sua percepção da homossexualidade. Para o autor, as identidades LGBTQIA+ vêm paulatinamente

¹⁹ Ghaziani (2014) utiliza a combinação das palavras *gay* e *neighbourhoods*, descrevendo os *gaybourhoods* como os enclaves urbanos historicamente ocupados por LGBTQIA+

passando por um processo de assimilação na sociedade heteronormativa. Isso faz com que a presença desses grupos esteja mais distribuída dentro da sociedade como um todo. Assim, os *gaybourhoods* passam por um processo semelhante ao descrito por Sharon Zukin em enclaves étnicos: através da incorporação dos LGBTQIA+ como parte do consumo cultural, esses bairros passam a ser percebidos como regiões de lazer e de turismo.

Além dos fatores econômicos e culturais decorrentes da gentrificação, o autor destaca a percepção de uma parcela da comunidade que assume a assimilação e escolhe viver em locais não considerados amigáveis a esse grupo social, por se entenderem culturalmente mais próximos aos heterossexuais do que aos LGBTQIA+. Estes entendem que o objetivo final da existência LGBTQIA+ é, na verdade, integrar-se à sociedade heterocisnormativa. Ghaziani questiona essa posição, pois aponta os *gaybourhoods* como catalizadores da cultura e da comunidade *queer*, essenciais tanto para a arte, a escrita, a música, quanto para o desenvolvimento teórico-histórico LGBTQIA+. Além disso, o autor destaca a importância dessas regiões como refúgios para pessoas que sofrem opressões interseccionalmente fora desses enclaves, principalmente lésbicas, pessoas transgêneras e jovens *queer* negros.

Entretanto, o autor reconhece a participação dos LGBTQIA+ na gentrificação. Afirma que esses grupos podem desencadear o princípio dessa progressão, mas são os heterossexuais que o intensificam:

*Gays se mudam para áreas degradadas da cidade, segundo o argumento convencional [da gentrificação], onde os valores das propriedades são baratos e onde eles podem viver com sua própria espécie sem julgamento moral, medo ou discriminação. Eles arrumam a área e, uma vez que se forma uma certa quantidade de comodidades e conveniências com apelo mais amplo, pessoas heterossexuais são atraídas para ali. À medida que mais héteros chegam, no entanto, eles superam os custos de vida dos gays e, através dos processos culturalmente destrutivos de gentrificação, o bairro perde sua sensibilidade *queer*. [...] Dinâmicas de classe complexas estão claramente em jogo aqui, e elas interagem com a política, com um desejo de territorialidade e medos sobre a perda da comunidade (GHAZIANI, 2014, p. 144, tradução nossa).*

Com um influxo de pessoas brancas, heterossexuais, de classe média – descritos pelo autor como “supergentrificadores” (GHAZIANI, 2014, p. 25) – os próprios *gaybourhoods* passam por um processo de “heterificação”²⁰, que causa a

²⁰ Tradução livre para o termo *straightening* utilizado por Amir Ghaziani (2014).

diluição da cultura, da história e mesmo das identidades LGBTQIA+ nesses bairros. Além do aumento nos custos de vida intrínseco à gentrificação, a própria migração de heterossexuais faz com que muitos LGBTQIA+ deixem seus bairros por não se sentirem seguros nessas áreas. Esse mesmo processo atinge os comércios direcionados aos LGBTQIA+ – como livrarias, bares, casas noturnas e *sex shops* – fazendo com que estes percam clientela e, eventualmente, alterem os bens e os serviços oferecidos ou encerrem suas atividades. Ghaziani destaca que os LGBTQIA+ que emigram de regiões histórico-simbolicamente consideradas *gaybourhoods* passam a integrar comunidades inclusivas em outras regiões da cidade, onde haja baixos aluguéis e populações etnicamente, culturalmente e economicamente heterogêneas. Consequentemente, com a entrada de uma nova população, iniciam-se investimentos comerciais e em melhorias urbanas na região. Assim, ciclicamente, desencadeiam-se processos de gentrificação do qual os LGBTQIA+ são simultaneamente causadores e vítimas.

Como exemplo paradigmático, pode-se observar o caso do *Greenwich Village*, em Nova York. O bairro é conhecido por ter sido palco para a Revolta de Stonewall. Banes (1993) relata que o *Greenwich Village* passou a ser considerado uma zona boêmia a partir da década de 1960, atraindo poetas, escritores, artistas e estudantes de toda sorte. Apresentava alto grau de tolerância à diversidade para a época, o que permitia aos seus frequentadores menos obrigação de conformação aos padrões sociais e representava um microclima menos hostil para os LGBTQIA+. Como documentado no filme *Stonewall Uprising* (2010), na década de 1960, era considerado crime a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos com qualquer cliente reconhecidamente homossexual no recinto, então os LGBTQIA+ sofriam violência e constantes apreensões por parte das autoridades de segurança pública, como ocorreu na noite de 28 de junho 1969. Durante uma batida policial no *Stonewall Inn*, iniciou-se uma revolta contra a brutalidade policial e as investidas LGBTQIAfóbicas do governo local. Os levantes persistiram nos três dias seguintes, de forma cada vez mais violenta, com enfrentamentos entre os LGBTQIA+ e a tropa de choque. Com o progresso do protesto, ampliava-se o apoio popular aos LGBTQIA+ e, por fim, a polícia recuou. Esse momento representa um marco na luta pelos direitos civis LGBTQIA+, já que foi um dos primeiros levantes a ganhar tamanho destaque na mídia. Posteriormente, 28 de junho se tornou o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+.

Ghaziani (2014) observa que entre os anos 1980 e 1990 ocorreu uma mudança que atingiu diretamente alguns *gayborhoods*, como é o caso do *Greenwich Village*: devido à pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), que atingia fortemente a comunidade LGBTQIA+, muitos habitantes desse enclave faleceram. Como consequência, diversos imóveis voltaram ao mercado imobiliário. Pessoas brancas, heterossexuais e cisgêneras passaram a ocupar essa região, vista como um local atrativo devido à cena cultural do bairro e à ótima infraestrutura urbana. Por isso, a partir dos anos 1990, desenvolveu-se ali um processo de gentrificação, com a renovação de diversos equipamentos urbanos. Já os LGBTQIA+ migraram para bairros ao norte do *Village* em busca de custos de vida menores. Nesses enclaves, também se desencadeou a gentrificação decorrente da ocupação LGBTQIA+.

Puccinelli (2017) demonstra a ocorrência de um processo semelhante na República, bairro de São Paulo. Há décadas, percebia-se alta incidência de ocupação LGBTQIA+ nessa região. Ali, já nos anos 1980, havia casas noturnas, bares, saunas, bem como a sede da Somos, grupo pioneiro na defesa dos direitos civis de gays e de lésbicas brasileiros. Um recorte de classe e de raça incidia sobre a área: pessoas de alta renda, predominantemente brancas, ocupavam a região do Largo do Arouche, enquanto a Praça da República era frequentada por LGBTQIA+ negros de baixa renda, além de prostitutas e de usuários de drogas.

Devido à pandemia de AIDS, ao longo dos anos 1980 e 1990, a região passou a ser fortemente associada à doença. A crise econômica, a crescente violência urbana e o uso de drogas motivaram uma emigração das classes médias para outras áreas da cidade. Isso “ajudou a operar o discurso da degradação e do abandono e, conseqüentemente, da necessidade de "revitalização" e recuperação por meio de reformas e outros usos de antigas edificações” (PUCCINELLI, 2017, p. 73). Tal discurso desencadeia a gentrificação e motiva o retorno à cidade das classes médias desde os anos 2000.

A partir da percepção dos LGBTQIA+ de classe média como um mercado consumidor desejável, a iniciativa privada passou a promover a identidade LGBTQIA+ como um bem de consumo cultural, de forma semelhante à teorizada por Sharon Zukin. No meio urbano, em São Paulo, isso foi representado pela construção de novos empreendimentos imobiliários na região do Largo do Arouche. Segundo Puccinelli (2017), cerca de 30 projetos do tipo foram edificadas na região desde

2000, uma quantia expressivamente maior do que nas duas décadas anteriores. Sob um discurso de diversidade e de inclusão característico do Mercado Cor-de-Rosa, essas novas unidades são vendidas a altos preços para pessoas que possam pagar. Contrariando os altos custos de vida, o espaço público do bairro é ocupado por jovens LGBTQIA+ de baixa renda, frequentemente negros, oriundos da periferia urbana de São Paulo. Na tentativa de expulsar esses grupos, setores do mercado imobiliário e do governo propagam discursos que retratam o Largo do Arouche e a Praça da República como regiões de insegurança e de decadência moral, em necessidade de obras de requalificação urbana. Uma obra do tipo foi proposta em 2017, durante o mandato de João Dória, cujo plano era transformar o Largo em um *boulevard* descrito como uma *Petit Paris*.

A despeito das pressões promovidas tanto por agentes públicos quanto privados, surgem movimentos de resistência à higienização do Largo, como o Coletivo Arouchianos. O Coletivo surgiu em 2016, com os objetivos de manter viva a memória LGBTQIA+ no Largo do Arouche, de opor-se às tentativas de expulsão dessas populações e de demarcar o espaço como patrimônio cultural LGBTQIA+. Em 2019, a reforma do Largo ficou paralisada por cinco meses. Nesse momento, em parceria com o Instituto Pólis e a Rede Paulista de Educação Patrimonial, o Arouchianos articulou a resistência às obras de renovação urbana supracitadas. Esses grupos propuseram que se criasse um projeto diferente para o espaço, guiado pela participação popular, pela contenção da gentrificação no Centro de São Paulo e pelo reforço da memória LGBTQIA+ no Largo do Arouche (SÃO PAULO, 2019). Após longos debates, a obra foi parcialmente implantada e entregue em meados de 2020 (ANGIOLILLO, 2020).

O Largo do Arouche, estudado por Bruno Puccinelli, é um território em disputa urbana. Por um lado, empreiteiros e setores do governo estimulam a renovação urbana e a gentrificação da região em busca de lucros. Por outro lado, os movimentos sociais promovem debates e resistências a esse processo. É inegável que estes sejam imprescindíveis para a manutenção do Bairro da República como um espaço de memória e de resistência LGBTQIA+ na cidade de São Paulo.

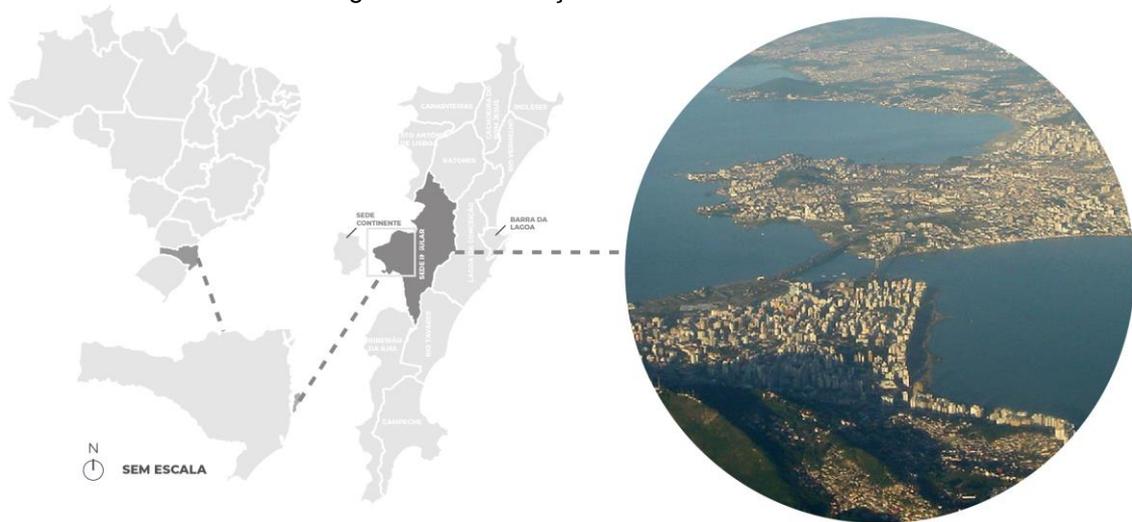
Os casos paradigmáticos do *Greenwich Village*, em Nova York, e da República, em São Paulo, comprovam algumas das teorias propostas ao longo deste capítulo. Em primeiro lugar, podemos perceber que a exclusão urbana atinge os LGBTQIA+ de maneira interseccional, e questões de raça, de gênero, de

sexualidade e de classe incidem diferentemente sobre cada sujeito. Em segundo lugar, o processo de desinvestimento e de degradação dos bairros levou-os a um momento-chave em que os custos de manutenção da região eram baixos o suficiente para que os lucros provenientes da renovação urbana fossem expressivos, fenômeno que pode ser explicado pela hipótese do diferencial de renda. Em terceiro lugar, o consumo cultural e a transformação da cultura em *commodity*, característicos do Neoliberalismo Progressista e do Mercado Cor-de-Rosa, motiva a busca por bairros LGBTQIA+ por serem considerados locais de vida urbana ativa, com diversidade sociocultural. Com o afluxo de *hipsters* e da Classe Criativa, esses bairros passam por um aumento dos custos de vida e, até certo ponto, por uma evasão dos LGBTQIA+ que ali habitavam. Entretanto, como explicitado tanto por Ghaziani quanto por Puccinelli, esses territórios são importantes espaços de resistência, e como tal estão em constante disputa, principalmente entre os LGBTQIA+ negros, periféricos e de baixa renda, e a iniciativa privada em parceria com o Poder Público. Os movimentos sociais promovem resistência aos processos de gentrificação que incidem sobre os territórios urbanos LGBTQIA+, como forma de resguardar os espaços historicamente ocupados por esses grupos. No próximo capítulo, traçaremos um panorama da história da ocupação urbana LGBTQIA+ em Florianópolis, como forma de compreender a aplicação prática dos conceitos apresentados nesta seção.

**PARTE II – DO SILÊNCIO AO BURBURINHO: CLANDESTINIDADE E
ASCENSÃO LGBTQIA+ EM FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis é capital de Santa Catarina, estado do sul do Brasil. O município tem a maior porção de seu território em uma ilha, cuja extensão aproximada é de 54 km do norte ao sul e 18 km de leste a oeste. A população estimada da cidade é de 508,8 mil habitantes e 1,06 milhão de habitantes na região metropolitana (BRASIL, 2020). Um dos principais pedaços LGBTQIA+ florianopolitano se configura no centro fundacional da cidade (Figura 3), espaço historicamente marcado pela presença religiosa cristã que definiu os traçados urbanos das cidades coloniais brasileiras.

Figura 3 – Localização da área de estudos



Fonte: Acervo pessoal.

Em *Ilha de Santa Catarina: Permanências e Transformações*, o arquiteto e urbanista Almir Reis (2012) expõe que a porção medial da ilha é marcada por relevo acidentado e vegetação densa, e as planícies estão nas áreas costeiras, próximas ao mar. Inicialmente, o território era ocupado por povos indígenas carijós, mas com a colonização lusa intensificada no século XVII esses povoados progressivamente sofreram dois destinos: ou foram perseguidos pelos colonos e retraíram-se para o interior do estado (VEIGA, 2010), ou foram escravizados (BUENO, 2012).

Segundo Eliane Veras da Veiga (2010) – arquiteta e urbanista, Mestre em história – a colonização se acentuou a partir de 1673, quando Francisco Dias Velho aportou na Ilha de Santa Catarina. O local elegido para erigir o centro fundacional do povoamento foi a Baía Sul, área de planície onde existe a maior proximidade entre a porção insular e a continental do município, “exatamente nesta porção de terra entre as duas baías”, pois a Ilha oferecia vantagens para “a defesa [...] as facilidades de

apresentar um excelente porto [...] e a própria topografia convidava à instalação da comunidade” (VEIGA, 2010, p. 35).

Veiga (2010) e Reis (2012) destacam que o traçado do centro fundacional de Florianópolis se origina do modo de urbanização luso-brasileiro (Figura 4). Essa configuração está estruturada a partir de um fator religioso: em local privilegiado da baía, instala-se uma cruz que demarca o local para a primeira igreja. Defronte a esta, estabelece-se um grande espaço comunal. Ao redor desse espaço, constroem-se edificações públicas e residências dos mais ricos. Partindo da praça, abrem-se caminhos perpendiculares que conformam quadras relativamente regulares, onde se alocam residências de camadas populares e comércios.

Figura 4 – Recorte parcial da gravura intitulada *Plano da Villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina*. José Custódio de Sá e Faria, 1754.

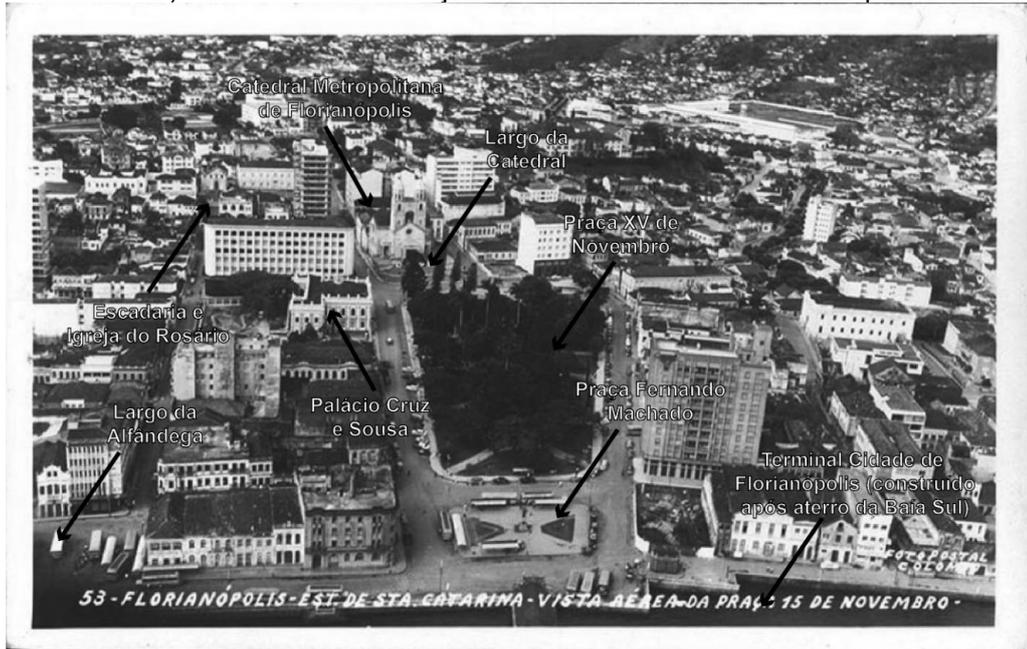


Fonte: Veiga (2010, p. 162).

Traduzindo-se ao Centro de Florianópolis, essa configuração funciona da seguinte forma (Figura 5): a Igreja de Nossa Senhora do Desterro (atual Catedral Metropolitana) é construída em uma área mais alta, voltada para o mar e a baía; à sua frente, estende-se um terreno comunal, formado pelo Largo da Catedral e pela Praça XV de Novembro; ao redor desse terreno, estão as casas de famílias

abastadas e os edifícios do governo, tais quais: o Palácio do Governo (Palácio Cruz e Sousa) e a Casa de Câmara e Cadeia. Perpendicularmente, a leste e a oeste da praça, estendem-se ruas que concentram casarios, estabelecimentos comerciais e de lazer.

Figura 5 – Cartão postal contendo foto aérea da região da Praça XV de Novembro (Centro fundacional) nos anos 1960. Inserção dos nomes dos locais efetuada pela autora.



Fonte: Postal Colombo (196-).

Esse cenário, onde as presenças simbólicas da colonização ainda permanecem, mas agora somadas a múltiplas camadas urbanas, é o palco de conflitos decorrentes das ocupações urbanas por sujeitos desviantes há muito tempo. Conforme postula Giorgia de Medeiros Domingues, apresentada nas considerações iniciais desta dissertação, conflitos decorrentes das ocupações urbanas por sujeitos desviantes ocorrem há muito tempo em Florianópolis:

Diante da impossibilidade de normatizar determinadas parcelas da população, **a solução** encontrada **era excluí-las das áreas centrais** da cidade e impossibilitá-las de circularem em determinadas regiões. O histórico do local parece ser muito esclarecedor nesse sentido. A começar pelos bairros que nele se encontravam; **considerados os mais tenebrosos pela insalubridade, por seus moradores, seus hábitos e vícios.**

A presença de prostitutas, negros, mendigos, alcoólatras, loucos, mulheres-homens, vendedores ambulantes, **homossexuais**, menores abandonados e boêmios nas ruas do centro da cidade aborrecia as elites locais. Por isso, como medida de segurança para as classes mais abastadas, os antigos bairros da região central da cidade iam sendo alvo sistemático de rápidas mudanças, o que implicava também na retirada em bloco de toda população habitante de áreas como a Pedreira, Tronqueira, Toca e Figueira. Desta forma, os lugares nos quais os membros das classes perigosas viviam,

sobreviviam e mantinham suas redes de sociabilidades eram demolidos e transformados em ambientes propícios para o passeio e lazer das famílias mais abastadas. **Diante de tal projeto modernizador homogeneizante, restava àqueles que não se enquadravam no modelo idealizado agir, reagir, resistir ou se sujeitar** (DOMINGUES, 2010, p. 75-76, grifos nossos).

No caso dos territórios LGBTQIA+, a repressão a esses sujeitos se estabeleceram de duas formas principais, podendo ocorrer simultaneamente: através de violência legitimada pelo estado ou das “revitalizações” do espaço urbano. Em etnografias desenvolvidas desde os anos 1980, concentram-se relatos que registram batidas policiais em bares LGBTQIA+ desde os primórdios da consolidação de um dos *pedaços* no centro fundacional, principalmente a partir dos anos 1970. Já no caso do enobrecimento urbano²¹, observam-se referências a dois ciclos de expressivas intervenções na região central, um a partir da segunda metade dos anos 1990, que visava ao retorno ao centro da população de classe média e ao afastamento das ocupações não normativas, e outro em processo de consolidação, cujo início se dá ao redor do ano de 2015, e insere certa parcela da população LGBTQIA+ pertencente à classe média. É desses momentos distintos que tratarei nos próximos dois eixos do texto. Nesta parte II, abordarei as ocupações urbanas desde 1970, quando territórios desviantes começaram a ser percebidos como tal, até meados dos anos 1990, quando ocorre a ascensão dos movimentos sociais *homossexuais* florianopolitanos. Já na parte III, debaterei os dois ciclos de gentrificação ocorridos a partir de meados dos anos 1990.

Antes de prosseguir, devo ressaltar dois pontos importantes para os próximos capítulos desta dissertação. Primeiro, para denominar a militância, utilizarei em itálico os termos *movimento homossexual* ao longo dos capítulos 4 e 5, e *GLS/GLBT* no capítulo 6. Isso pois considero que seria anacrônico denominar esses movimentos como LGBTQIA+, porque esse termo só ganhou notoriedade a partir da década de 2010. Alinhado ao que diz Trevisan (2018, p.14), “pareceu-me importante que as gerações LGBT posteriores possam aferir como as gerações anteriores se expressavam, de acordo com as especificidades do seu tempo”. Segundo, descrevo e analiso essa história por uma perspectiva interseccional, que abarca as categorias

²¹ Silvana Rubino (2015, p. 37) usa enobrecimento urbano como palavra análoga à “revitalização”, e explica que “o enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade”.

de raça, de classe, de gênero e de sexualidade. No quarto capítulo, a seguir, discorro sobre o período da clandestinidade *homossexual* em Florianópolis.

4. ENTRE SUSSURROS: O PERÍODO DE CLANDESTINIDADE

Para entendermos os *pedaços* em Florianópolis e os processos de gentrificação atuais, é preciso compreender a trajetória histórica LGBTQIA+ brasileira. Em seu consagrado livro *Devassos no Paraíso*, João Silvério Trevisan (2018) reconta esse processo, remontando aos tempos coloniais. Trevisan afirma que desde muito antes do século XX as sexualidades desviantes podiam ser observadas em todas as categorias populacionais do contexto brasileiro, desde a sociedade colonial, em que se verificava, em meio aos povos indígenas, dentre pessoas escravizadas, nos meios eclesiásticos, dentro de portos e de igrejas, nas elites e nas camadas populares. É claro, esses “costumes” não eram aceitos levemente: registram-se perseguições contra essas sexualidades por parte da igreja católica desde o século XVI. Ocorre que se instaurou o Santo Ofício da Inquisição – primeiro na Europa, no início do século, e posteriormente no Brasil, a partir de 1591. A Igreja cobrava que seus fiéis ou confessassem seus pecados, ou denunciassem aqueles que feriam a moral católica. Trevisan (2018, p. 135) registra que “o resultado era, naturalmente, assustador pelo clima de vigilância e controle social instaurados”.

Ao longo dos séculos XVI ao XIX, a chamada *sodomia*²² era criminalizada no Código Penal, sendo a punição à morte por fogo e o confisco das posses do *sodomita* e de seus familiares. Em 1830, a *sodomia* foi retirada do Código Penal, fazendo do Brasil o primeiro país latino a descriminalizar esse ato. Não obstante, a *homossexualidade* passou a ser enquadrada sob outros crimes de atentado à moral e aos bons costumes. Alinhado à corrente no restante do mundo, no início do século XX, se fortalece a medicalização das *inversões sexuais*:

Surgiu então a figura clínica do homossexual, termo lançado pela primeira vez em 1869, na Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, e desde então amplamente utilizado pela ciência, inclusive no Brasil. A instauração do homossexualismo enquanto categoria científica pretendia a obtenção de enfoques mais rigorosos e menos subjetivos.

[...]

Em qualquer dos casos, o objetivo era rigorosamente o mesmo: alcançar uma definição científica para que o especialista pudesse intervir, física ou psicologicamente, contra a anomalia. (TREVISAN, 2018, p. 173).

²² Sodomia é o termo utilizado nesse contexto histórico para designar sexo anal.

Trevisan destaca que essa medicalização incidia categoricamente sobre todas as formas de *inversão* de gênero e de sexualidade, surgindo um complexo sistema psiquiátrico-policial. Utilizando o discurso científico da medicina psiquiátrica como base para suas decisões, “os juízes encontraram muito material para justificar sentenças punitivas que não disfarçavam preconceitos dos mais arcaicos” (TREVISAN, 2018, p. 185). Assim, se justificava o trancafiamento desses sujeitos desviantes à norma em manicômios judiciários, onde se trataria suas *inversões*. Ou seja, utilizaram-se métodos de controle e de repressão que combinavam meios psiquiátricos, judiciários e policiais orquestrados para consolidar a opressão contra os sujeitos *homossexuais*. Na verdade, pode-se dizer que a repressão estava – ou melhor, ainda está – tão estruturalmente imbricada na sociedade brasileira que os próprios LGBTQIA+ sofriam (e ainda sofrem) com a LGBTQIAfobia internalizada.

Ora, nenhuma homossexualidade nasce em crise; antes, torna-se conflitiva no contexto social, inclusive como resultado do pânico sofrido pelas condenações (ancestrais e atuais), que foram internalizadas. Assim, a atitude “curativa” e punitiva perante a homossexualidade esquece convenientemente que os “pavorosos crimes” porventura cometidos por homossexuais são resultantes perversos menos da “perversão sexual” em si do que da situação trágica em que o desejo desviante tem sido envolvido pela repressão social, durante séculos (TREVISAN, 2018, p. 197).

Apesar disso, devemos compreender que mesmo dentro desse estado estruturalmente LGBTQIAfóbico, sujeitos desviantes encontraram e encontram formas de subverter o domínio patriarcal e exercer seus gêneros e suas sexualidades às suas maneiras. Dentro dos meios artísticos da segunda metade do século XX, por exemplo, “a bichice, empunhada como transgressão, foi elemento deflagrador de certa invenção poética subversiva” (TREVISAN, 2018, p. 308) por grupos como o *Dzi Croquettes*, Secos e Molhados e artistas como Ney Matogrosso e Cazusa.

Outro ambiente de certa *permissividade* era o carnaval de rua. Segundo Trevisan (2018, p. 361), no Brasil “o carnaval europeu [...] desviou-se, para se tornar a última festa profana antes do outono [...] se tornou aqui mais um clímax orgíaco coroando o longo e quente verão”. Partilhando dessa visão, o antropólogo Marco Aurélio da Silva (2003) explica que a cultura LGBTQIA+ começou a *penetrar* na sociedade tradicional durante essa festividade, podendo ser observada no Rio de Janeiro a partir da década de 1930. Para Silva (2003, p. 288), isso se deve ao clima de “ruptura com o rigor da vida cotidiana”. Em outras palavras, no carnaval

cartografa(va)m-se *pedaços* temporários onde flexibilizam-se temporariamente os dispositivos de vigilância do panóptico patriarcal, suscitando a expressão dos *desvios* durante a “festa da carne”²³. Para além da sazonalidade carnavalesca, Trevisan destaca que as territorialidades *desviantes* perenes também existiam:

Nas grandes cidades brasileiras, sempre ocorreram paqueras — inclusive entre homens — em lugares públicos inespecíficos. [...] Paralelamente, existiam parques, banheiros públicos e locais tradicionalmente propícios à pegação homossexual — como a Galeria Alaska, a Cinelândia, o Buraco da Maísa e o Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, ou a Galeria Metrôpole, a praça da República, a praça Roosevelt e o parque Ibirapuera, em São Paulo, lugares com possibilidade de trepar à luz da lua, correndo risco [...] de assaltos por parte de ladrões e da polícia (TREVISAN, 2018, p. 378).

É importante destacar que, por começarem a se consolidar no período de maior repressão da ditadura militar brasileira, a vivência dessas territorialidades precisava ser *discreta*, e os únicos que reconheciam seus significantes eram aqueles que possuíam *olhos treinados ao desvio*. Segundo Perlongher (1987), principalmente a partir de meados do século XX, nos centros urbanos, surgem “regiões morais” que passam a ser consideradas propícias às sociabilidades desviantes. Nesses territórios, sujeitos geralmente anônimos aderiam à prática conhecida como *cruising*, na qual pessoas flanam – palavra traduzida do francês *flâneur*, que denomina o andar errante, sem rumo nem sentido definido – por espaços públicos, em busca de parceiros desconhecidos para a prática de relações sexuais. Ali também ocorria a prática de prostituição, tanto de michês quanto de travestis. Nessas territorialidades, bares e comércios locais eram apropriados pela comunidade *homossexual*, criando uma rede complexa de homossociabilidade. É precisamente esse fenômeno, com suas especificidades locais, o que observaremos no contexto florianopolitano descrito a seguir.

4.2. FLORIANÓPOLIS ENTRE SUSSURROS: O PERÍODO DA CLANDESTINIDADE

Em primeiro lugar, é preciso perguntar: qual história da comunidade LGBTQIA+ em Florianópolis? Antes dos anos 1970, contamos apenas com relatos

²³ Expressão utilizada pejorativamente por alguns grupos evangélicos para deslegitimar o carnaval como festa profana e pecaminosa. Aqui, o termo é utilizado de forma irônica.

orais, principalmente de homens *gays*. Isso se deve ao caráter excludente da sociedade, configurado em uma multiplicidade de fatores que permeiam raça, gênero, classe e sexualidade, entre outros. Desse modo, parcelas da população que sofrem certas opressões tendem a ter suas vivências ignoradas e suas histórias não registradas, limitando-se, portanto, ao acervo de testemunhos e de relatos orais. Uma sociedade que privilegia(va) o homem cisgênero, resulta(va) no apagamento histórico das vivências de mulheres cisgêneras, bem como de pessoas transgêneras e travestis ao longo da história.

Segundo o psicólogo e Doutor em Ciências Humanas, Luis Fernando Neves Córdova (2006), até os anos 1960, os espaços de homosociabilidade em Florianópolis costumavam ser pouco definidos devido à hostilidade e às perseguições policiais. A *homossexualidade* estava bastante circunscrita à clandestinidade, nos encontros casuais e anônimos entre homens cisgêneros, *gays* ou bissexuais, encobertos pelo véu da noite. Nesse contexto, os encontros aconteciam, em geral, de duas formas: ou se iniciavam em espaços heteronormativos, a partir do flerte entre pessoas do mesmo sexo; ou ocorriam em festas privativas organizadas em casas e em apartamentos particulares. Quanto às mulheres cisgêneras lésbicas e às pessoas transgêneras e travestis, não há registros de sua presença nesse período (CÓRDOVA, 2006), outro fato que expõe esse processo de apagamento mencionado acima.

Nas décadas de 1970 e de 1980, com o *boom* do Movimento de Liberação Sexual, pessoas com gêneros e sexualidades desviantes passaram a reivindicar seus próprios espaços, ainda que timidamente. Logo, o território urbano *homossexual* florianopolitano começa a se consolidar predominantemente no centro fundacional da cidade. Durante o dia, a região da Praça XV de Novembro e suas adjacências eram utilizadas pela população heterocisnormativa, como local de estar, de lazer e de passagem (Figura 6). Segundo a antropóloga Regina Maria Erdmann – cuja dissertação de 1981 trazia uma etnografia do *pedaço homossexual*, fazendo-a uma das pioneiras nos estudos *homossexuais* em Florianópolis –, nas proximidades havia diversos polos de atratividade populacional, devido à posição do local.

Durante a noite, entretanto, essa região era utilizada para outra finalidade:

A Praça XV de Novembro é um dos locais mais abertos e onde todas as pessoas se encontram, pois é praticamente de passagem obrigatória para quem se dirige ao centro comercial ou para quem se encaminha para o Terminal Urbano, não só para se locomover para o Continente, como

também para o interior da Ilha. Devido à sua posição centralizadora e estratégica, ela polariza também muitos locais públicos ou semipúblicos, como os muitos bares, lanchonetes, casas de suco, restaurantes e outros locais [...] onde se encontram pessoas comuns, mas que a determinadas horas pode ser um local quase exclusivamente de encontro de homossexuais, um lugar de paquera, de pegação, nas imediações da Catedral (ERDMANN, 1981, p. 42).

Figura 6 – Foto aérea da região do Centro fundacional na segunda metade dos anos 1960



Fonte: Propague 50 Anos/Acervo Carlos Damião.

Através da leitura de textos como Erdmann (1981), Silva (2003) e Córdova (2006), podemos imaginar como se construía essa paisagem urbana. No período diurno, a Praça XV de Novembro e suas adjacências proporcionavam diversas experiências à população que ali transitava: abrigo do sol oportunizado pelas copas das árvores, bancos distribuídos na praça; áreas de descanso e de conversa entre os transeuntes; diversos restaurantes nos arredores; a bela vista da Catedral Metropolitana, no alto de suas escadarias; e o Largo da Catedral, onde se concentravam fiéis antes e após as missas. Além da Praça, as ruas movimentadas do comércio, os cinemas, os cafés e as casas de jogos, a estação intermunicipal de ônibus, chamado Terminal Cidade de Florianópolis, bem como a conexão entre os dois “lados”²⁴ do Centro propiciada pela Praça, tornavam o local em uma espécie de “coração” da cidade.

²⁴ Por “lados”, refiro-me ao Centro Leste, região a leste da Praça XV de Novembro; e Centro Oeste, a oeste da mesma praça.

Figura 7 – Territórios LGBTQIA+ no Centro fundacional de Florianópolis entre 1970 e 1990



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Ao anoitecer, esse cenário se alterava: Praça XV de Novembro, o Largo da Catedral e as ruas nas imediações se destacavam como uma territorialidade expressivamente ocupada pelos *homossexuais*, especialmente no período noturno. Surgiram roteiros de *cruising*, predominantemente frequentados por homens cisgêneros, *gays* e bissexuais, que flanavam pelo espaço buscando parceiros sexuais. Essas regiões também estavam fortemente relacionadas à prostituição de michês e de mulheres transgêneras e de travestis, que ali encontravam clientes. (ERDMANN, 1981; SILVA, 2003). Esses contatos também ocorriam nas ruas da Pedreira – região a leste da Praça XV de Novembro – na Avenida Hercílio Luz, no Largo da Alfândega, no Mercado Público, em certas porções da Rua Trajano, da Escadaria do Rosário e nos cinemas localizados nas proximidades, onde também ocorria o *cruising* (ERDMANN, 1981; SILVA, 2003; CÓRDOVA, 2006).

Em um traçado do pedaço homossexual das décadas de 1970 e de 1980, observa-se que a Praça XV e suas adjacências configuravam o coração dessa territorialidade. A oeste da praça, destacavam-se as ruas Conselheiro Mafra, Francisco Tolentino, Vidal Ramos, Felipe Schmidt, e, a leste, as ruas Victor

Meirelles, Saldanha Marinho, João Pinto, Tiradentes, Fernando Machado, Rua dos Ilhéus, Arcipreste Paiva e Araújo Figueiredo (ERDMANN, 1981). Além disso, essas populações também frequentavam o mictório ao sul da Praça XV, o Terminal de Ônibus Urbanos, o Mercado Público e suas adjacências, o Aterro da Baía-Sul, a Av. Hercílio Luz, a Av. Mauro Ramos e alguns bares, cinemas e lanchonetes da região (ERDMANN, 1981; SILVA, 2003).

Figura 8 – Vista aérea da Praça XV de Novembro e dos arredores na década de 1970



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Florianópolis (197-).

Essa região se destacava pelo véu de discrição que proporcionava no período noturno. Na Praça XV (Figura 8), o escuro da noite e as copas das árvores ocultavam a área interna, a menos que se adentrasse a esse local. Caso fosse visto, um *entendido* – um homossexual que ocultava suas vivências homossexuais de sua vida pública – poderia fingir que estava apenas vagando pela região. As ruas estreitas nos arredores, com comércios fechados e pouca iluminação, tornavam-se fachadas *cegas*, sem olhos observando a rua. Antes de ser construído o Aterro da Baía Sul (1974-1977), o próprio mar viabilizava o anonimato: a ausência de pessoas

e a escuridão da noite tornavam a beira do mar uma “zona secreta”, ideal ao fluxo desses desconhecidos familiares em busca de contatos íntimos.

Como a Praça XV historicamente significou o núcleo de desenvolvimento da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, ela até hoje conserva muitas ruas estreitas e vielas com velhos casarões de estilo colonial e português, contribuindo para que ali se desenrolem hoje, nos becos e cantos escuros, mal iluminados, negociações e transações sexuais sem conta.

[...]

Claro que a Praça XV e os seus arredores não são os únicos lugares públicos de encontro e de interação das várias categorias de homossexuais em Florianópolis. Existe toda uma hierarquia de lugares, dependendo dos horários, dos dias da semana, dos tipos de pessoas que vão interagir e da natureza da ação que terá lugar (ERDMANN, 1981, p. 43).

Nesses locais, em cantos escuros, ocorriam encontros sexuais anônimos. Apropriavam-se até mesmo cinemas e banheiros públicos nos arredores da Praça. As territorialidades próximas ao mictório ao sul da Praça XV, ao Largo da Alfândega e do Mercado Público eram utilizadas para a prática de *cruising* (Figura 9). Eram áreas de estacionamentos e de pontos de ônibus, movimentadas no período diurno pelo fluxo de passageiros e de motoristas, de pedestres e de trabalhadores, mas que eram esvaziadas de ocupações “tradicionais” na parte da noite, grandes estacionamentos, vazios e depopulados, ideais para os encontros casuais.

Figura 9 – Foto aérea do Largo da Alfândega e do Mercado Público de Florianópolis em 1980, área utilizada no período noturno para a prática de *cruising*



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Florianópolis (1980).

Proliferou-se, nesse *pedaço* do centro fundacional, uma vida noturna boêmia, onde abriram-se bares, restaurantes, casas de suco, entre outros, que misturavam públicos diversos como estudantes, intelectuais, jornalistas, pessoas contrárias ao governo ditatorial, comunistas e *homossexuais*. Alguns desses estabelecimentos passam a receber com maior frequência os *entendidos*, como o Escova, na Rua Padre Miguelinho, e o Bar Roma, na Avenida Hercílio Luz, local especialmente importante para *homossexuais* florianopolitanos. Em geral, esses comércios não eram fundados com o intuito de receber os sujeitos desviantes, mas Henning (2009) destaca que:

No contexto de florescimento dos “bares pioneiros” em Florianópolis, uma característica constante para esse surgimento era a dinâmica da apropriação social das casas noturnas pelos gays e lésbicas nas décadas de 1970 e 1980. As narrativas recorrentes dos entrevistados sobre essa dinâmica demonstram uma espécie de orgulho na “tomada” das casas noturnas, antes com frequentadores majoritariamente “hêteros”. Durante a década de 70 e a primeira metade da década de 80, praticamente nenhuma casa noturna foi aberta previamente planejada para o público *GLS*, sendo que os relatos mais recorrentes demonstram que o surgimento de casas noturnas homoeróticas foi um processo complexo de tomada, de conquista e apropriação de espaço, muitas vezes conflituoso.

[...]

não demonstra uma submissão plácida e vitimizada frente à identidade estigmatizada, mas um uso complexo, atuante e tático do estigma, o qual foi manuseado de maneira contextual e contingente como instrumento para afastar os antigos frequentadores “heterossexuais” (HENNING, 2009, p. 5-6).

Pondo em outras palavras, ocorria um processo de *desvio* do próprio uso dos bares: os sujeitos, cujas identidades eram consideradas fora do normal, utilizavam sua não normatividade para *ressignificar* os ambientes normativos. Esses ambientes somavam mais de 25 territórios, bares e boates frequentados pela população LGBTQIA+ de Florianópolis nos anos 1970 e 1980, conforme mapeamento original apresentado na cartografia da Figura 9. Para entender sua dinâmica social, reconstruímos esse cenário observando dois casos, os famosos bares Escova e do Roma.

Vejamos primeiro o pequeno bar localizado na Rua Padre Miguelinho, local mostrado na Figura 10, na página 91 dessa Dissertação. Imaginemos esse cenário: a noite cai e, em frente à maior igreja de Florianópolis, marco da religiosidade católica no município, sujeitos desviantes se distribuem incertamente, flanando pela Praça XV e pelo Largo da Catedral. Em meio aos seus flertes discretos, a sede e a vontade de comer – tanto literal quanto figurativamente – os faziam procurar um

lugar de estar. Na rua estreita à direita da Catedral Metropolitana, enxerga-se uma singela porta que se abre para a rua: ali está o Bar do Escova. Descrições de pessoas entrevistadas por Córdova (2006) indicavam que o Escova não era um lugar tranquilo. Pelo contrário, algumas pessoas o descrevem como um local “barra pesada”:

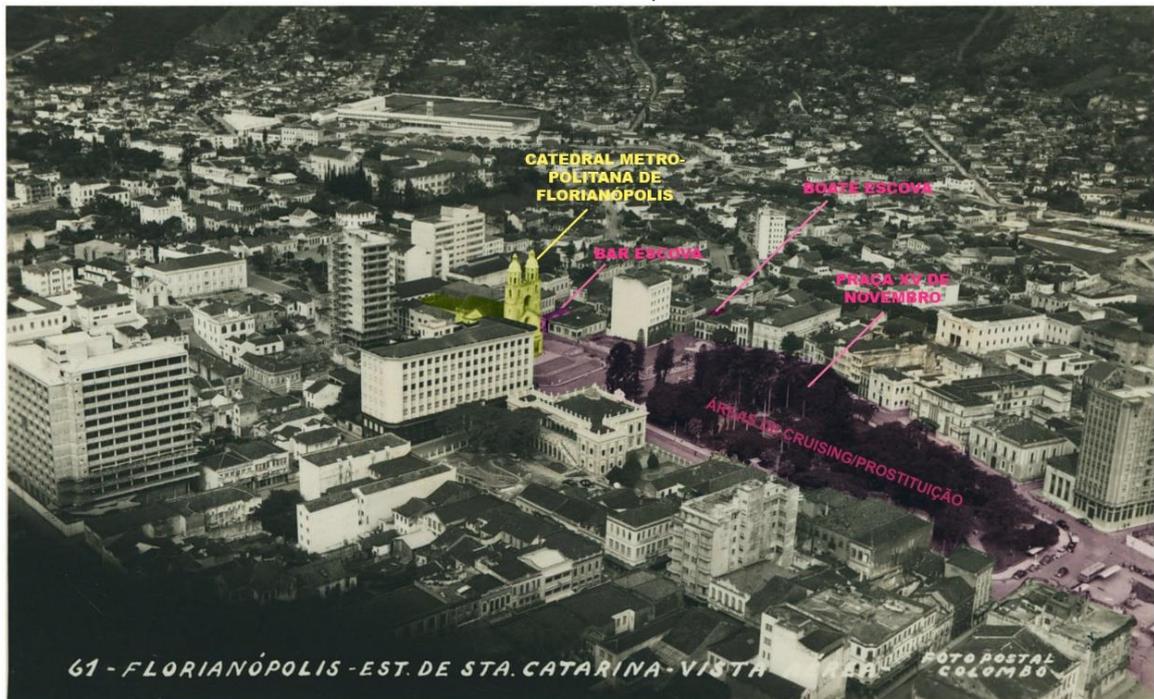
'Em 78, 79, a Casa do Suco era um lugar que também não era um lugar gay, mas que era bastante frequentado. Não rolava, claramente, beijo na boca, nada disso, mas você podia ficar com sua namoradinha de mãos dadas e não tinha mistério. As pessoas que iam naquele bar eram tudo uma moçada mais largada. Ficava em frente ao Cine São José. Do outro lado da rua tinha o Escova, que era um lugar, assim, meio underground. Então, juntava de tudo e tudo estava bacana. Era um lugar de artistas, de drogados e de diversidade sexual, todo mundo convivia. Era o circuito da lama (Mariza, 53 anos) [...]

Era tudo muito incrível, muuuuittto doido. Primeiro porque a cidade ainda não era aberta para esse tipo de coisa e era um lugar, assim, bem *underground*. Era uma coisa até meio assustadora. Frequentavam alguns homens que, acho, não se assumiam, provavelmente escondidos, que iam encontrar travestis. Então, era uma barra meio pesada. (...) No Escova dava medo, mesmo. Teve uma vez que um cara puxou um revólver e saiu dando tiros. Tinha pessoas de todos os níveis, onde se misturava tudo, por falta de opção (Leila, 44 anos) [...]

O circuito abrangia aquela região do centro as ruas Padre Miguelinho, Anita Garibaldi, Fernando Machado, Saldanha Marinho, avenida Hercílio Luz, porque toda a baixaria rolava ali, por isso se chamava circuito da lama. Era uma região ocupada por um pessoal mais underground, por isso se chamava lama, era um lugar, assim, dos artistas da cidade. Vamos dizer, assim, era um lugar do pessoal diferente, de alguma forma. Uns pela prática trabalhista, outros pela prática de uso de drogas, outros pela diversidade sexual. As diferenças estavam ali (Mariza, 53 anos). (CÓRDOVA, 2006, p. 178-191).

Por esses trechos, destaca-se a mistura de públicos que podia se observar nesse bar. Havia travestis, homens *gays*, pessoas negras, de baixa renda, artistas, enfim, pessoas muito diversas em relação às distribuições de gênero, de raça e de classe. Com o tempo, até mesmo mulheres lésbicas passaram a frequentar o Escova, principalmente quando ele mudou de local e de tipo de ocupação nos anos 1980, quando foi fechado e, posteriormente, reaberto como boate a menos de 200 m de distância, na Rua Fernando Machado. Pelos relatos acima, pode-se observar que havia embates e preconceitos até mesmo *entre* os clientes. Esse tipo reação não era *exclusiva* desse estabelecimento, e sim comum a todos os *pedaços homossexuais* da região por serem configurados como *territórios em disputa*.

Figura 10 – Cartão postal distribuído pela Postal Colombo nos anos 1970. Em cores, intervenções e escritos realizados por nós



Fonte: Acervo IBGE (197-). Elaboração própria (2022).

Erdmann (1981) mostra que essas *disputas por territórios* também exprimiam algumas das opressões que incidem sobre os indivíduos de forma *interseccional*. Por exemplo, havia um recorte de classe sobre quem tinha direito ao anonimato, e a quem isso era negado. Enquanto os homens cisgêneros, de classe média, geralmente eram vistos como *entendidos*, isto é, pessoas que escondiam suas práticas homossexuais dentro de seu círculo social, as pessoas de classes baixas, tanto os homens cisgêneros quanto as travestis, eram chamadas de “bichas assumidas”²⁵, pois não lhes era sequer auferida a possibilidade de se esconder. Esse recorte de classe fica evidente através de um relato expresso por Erdmann:

Como se trata de uma pessoa muito relacionada por desfilas até há pouco tempo numa determinada escola de samba do continente, arrazoei que era melhor proteger sua identidade, no que deixou a meu critério, frisando "que não tenho nada a perder... meu comportamento é público e notório". Considera-se "bicha assumida" e sabe que o termo em Florianópolis é estigmatizador, mas estende esse estigma "aos outros nomes também... faça o que quiser, o povo fala sempre". Critica severamente "todos os que não tem coragem de se assumir" especialmente dirigida aos entendidos que para ele "são artistas que estão representando o tempo todo", mas faz concessões "porque simplesmente o cara não pode, seria o mesmo que se

²⁵ Devo explicar que, nessa época, ainda não se compreendia que as travestis eram parte de uma identidade transgênera, que difere da que foi designada à pessoa no nascimento. Portanto, devido ao estigma social transfóbico que as atingia, as travestis ainda eram referidas como “bicha assumida” em décadas passadas.

suicidar". Remete as diversas categorias a classes sociais, garantindo que "entendidos você vai encontrar de classe média pra cima porque eles têm alguma coisa a perder, ...mas a gente que já é pobre, micho²⁶ mesmo, um título a mais não faz diferença porque ser pobre já é uma desgraça...ser bicha ainda não acrescenta nada [...]" (ERDMANN, 1981, p. 74).

A autora também afirma que nessa época o racismo incidia sobre os negros ainda mais duramente no meio gay, quando comparado ao meio heterossexual. Isso indica que as experiências urbanas LGBTQIA+ no município também eram influenciadas por recortes de raça, além dos de classe e de gênero. Um dos entrevistados por Erdmann (1981, p. 73) chega a se afirmar como "abertamente preconceituoso", dizendo que "de negro não quero saber mesmo", e outros impropérios ainda mais racistas que me recuso a registrar. Ao perguntar sobre questões raciais para outros entrevistados, estes afirmam que "a barra pra eles é mais pesada ainda", e "a discriminação é maior ainda no meio homossexual do que no heterossexual" (ERDMANN, 1981, p. 74).

Além disso, a autora também aponta para a ocorrência frequente de violência contra *homossexuais*, praticada tanto por grupos organizados de espancadores, como também, e principalmente, por policiais, que usavam aparelhos de repressão do Estado para reinstaurar a "ideologia de preservação da família, da moral e das tradições" (ERDMANN, 1981, p. 49). Nesse ponto, podemos traçar um paralelo com os mecanismos de controle e de instauração da sociedade disciplinar como teorizados por Foucault (1999, 2004). Nessa sociedade disciplinar, práticas sexuais e de gênero vistas como desviantes devem ser repreendidas, para que se perpetue a lógica social da heterocisnormatividade.

Na década de 1970, auge da ditadura militar, a resposta "normal"²⁷ das forças de segurança pública contra os sujeitos *desviantes* à heterocisnormatividade era a brutalidade policial. Exemplo disso eram as ações policiais chefiadas pelo delegado José Richetti, em 1980, em São Paulo. Em seu livro *Contra a Moral e os Bons Costumes: a Ditadura e a Repressão à Comunidade LGBT*²⁸, o professor de direito Renan Quinalha (2021, p. 72) afirma que essas operações tinham o intuito de *higienizar* a boca do lixo, "região moral" no centro de São Paulo ocupada por

²⁶ Micho é uma gíria que significa pobre.

²⁷ Aqui, utilizo "normal" entre aspas para indicar que me refiro às normas sociais impostas a partir da ideia de moralidade cristã (FOUCAULT, 1999).

²⁸ Sigla que denomina comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneres e outros.

homossexuais e travestis. Para o delegado Richetti, “o lenocínio²⁹ é um crime social, um crime contra os costumes”, e era preciso “tirar das ruas os pederastas, os maconheiros, as prostitutas” (QUINALHA, 2021, p. 72).

Figura 11 – Retratos prisionais de pessoas detidas pela Polícia Civil de São Paulo



Fonte: Renan Quinalha (2021).

A compreensão desse mecanismo de opressão, e do grau de preconceito que incidia sobre os *homossexuais* nos anos 1970, relegava esses sujeitos a uma posição de clandestinidade, ocupando o espaço urbano majoritariamente em períodos noturnos, quando a sociedade “normal” havia se recolhido às suas casas. Em seu artigo *Points e Babados: reflexões sobre o estabelecimento de um território*

²⁹ Segundo o dicionário *on-line Oxford Languages* (2022), lenocínio é a “ação de explorar, estimular ou favorecer o comércio carnal ilícito, ou induzir ou constranger alguém à sua prática”.

de sociabilidades homoeróticas no centro histórico de Florianópolis, SC, entre as décadas de 1970 e 1980, o geógrafo e doutor em antropologia social Carlos Eduardo Henning traz o seguinte relato:

Segundo Claudio, eram comuns batidas policiais violentas, muitas vezes motivadas por denúncias pela vizinhança de que além da presença de "depravados", ali ainda haveria brigas, tráfico de drogas, prostituição etc. Após o Escova começar a ficar conhecido como um bar voltado a "homossexuais", as batidas policiais, segundo meus entrevistados, ficaram mais frequentes e agressivas, o que obrigaria os responsáveis pelo estabelecimento e não raro alguns dos próprios frequentadores, a pagar propinas para não serem presos, expostos publicamente, agredidos ou humilhados (o pagamento de propina à polícia é algo corriqueiro, segundo entrevistas com alguns donos, gerentes e promoters de casas noturnas GLS, ainda atualmente) (HENNING, 2009, p .7).

Esse tipo de policiamento era comum ao longo da ditadura por todo o Brasil. Não devemos pensar, entretanto, que ali se configurava um cenário de vergonha ou de renúncia de sociabilidades diante das violências estatais que incidiam sobre esses sujeitos. Na verdade, referindo-se aos casos de Florianópolis, Henning (2009) destaca que aquele cenário se constituía como um espaço de resistência social, onde pessoas com gêneros e sexualidades dissidentes se encontravam, exerciam suas vivências e criavam um refúgio social de expressividades desviantes.

Claudio ainda ressaltou que apesar da repressão contínua – alguns conseguiam fugir, outros apanhavam, muitas vezes eram presos – aqueles homens e mulheres interessados em viver seus desejos, seus anseios e suas vidas, tendiam a voltar a se encontrar no Escova, arriscando-se e vencendo o medo, o que demonstra que a consolidação dos espaços homoeróticos em Florianópolis, em especial nas décadas de 70 e 80, foi marcada por um processo específico e expressivo de resistência social e política (HENNING, 2009, p .7).

Outro estabelecimento que representava um espaço de resistência social dos sujeitos desviantes florianopolitanos era o Bar Roma, na esquina da Av. Hercílio Luz com a Rua Fernando Machado. Aberto em 1973, tal qual o Escova, o Roma não tinha a intenção de receber esses públicos. Córdova (2006, p. 183) relata, inclusive, que “houve períodos em que a maioria dos seus frequentadores era de homossexuais e outros onde os garçons tinham ordem de não atender aos seus pedidos”. O mesmo autor traz outros registros, como o caso de Mário e o de Leila, que recordavam vivências e violências sofridas no espaço do bar por parte de outros clientes:

O Roma foi um bar gay, em cima. A parte superior do bar era privativo para gay, tinham mesas onde o dono do bar fazia vistas grossas e deixava os

meninos namorar, deixava as meninas namorar. Nunca teve preconceito lá em cima, embaixo ele pedia pra amenizar a coisa (Mário, 41 anos).

[...]

Apanhamos muito dos homens. Quando eles vinham para cantar ou tentar alguma proximidade e percebiam que as mulheres estavam juntas, ali eles agrediam. A gente foi muito agredida. Continuamos ali, mas fomos muito agredidas. A [nome] levou uma surra em frente do Roma. Eu apanhei no Roma. Fui no balcão, pedi uma cerveja e um cara veio e me deu um soco. Fui defendida por um dos rapazes que estavam por lá que também era gay. Conseguiu botar o cara na rua (Leila, 44 anos) (CÓRDOVA, 2006, p. 184).

Mesmo não sendo pensado para esse público, Silva (2003) afirma que a fama do bar se espalhou entre os homossexuais e os entendidos, e a frequência de gays e de lésbicas aumentou progressivamente, consolidando novamente o *desvio* das sociabilidades. Destaca-se o famoso carnaval do Roma, que teve importante papel na consolidação do território de homosociabilidade que se construiu no leste do centro fundacional de Florianópolis.

Figura 12 – Foto aérea do carnaval do Roma na década de 1980



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Florianópolis (198-).

Foi através do carnaval que estes territórios - o Roma e alguns bares nas proximidades - começaram a ser identificados popularmente como territórios gays, apesar de não serem exclusivos desse público. Conforme explica Carlos, a frequência de "gays" neste espaço do carnaval de rua, começou a ser cada vez maior e o Roma começou a se destacar pelas "montarias" bem elaboradas [...] "Os bares que tinha por ali, viraram um lugar de 'ferro' direto. Acho que foi por causa do carnaval" (SILVA, 2003, p. 45).

Aos fins da década de 1970, a fama desse carnaval foi transformando a pacata Florianópolis de uma cidade que não oferecia as melhores condições para a

vivência *homossexual*, para uma cidade reconhecida como um espaço convivial e amigável para essas populações, ainda que de forma incipiente. Ao mesmo tempo, uma crise crescia em segundo plano, corroendo silenciosamente a comunidade *homossexual*. É o que veremos no próximo capítulo.

5. CADÊ TUA VOZ: A MAGIA DA ILHA E A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

Durante o período da Ditadura Militar, de 1964 até 1985, diversos grupos socialmente oprimidos – dentre os quais nós, LGBTQIA+ – tiveram de se esconder. Em 1968, o regime militar impôs o Ato Institucional Número 5, o AI-5, considerado um dos mais duros do período da Ditadura Militar brasileira. Na prática, o ato significou o controle de manifestações de cunhos políticos, culturais, sociais, entre outros. Além disso, criou-se o Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), dois órgãos que institucionalizavam a tortura e a censura, supostamente em defesa da “segurança nacional”.

Em nome da família católica e dos bons costumes, usou-se de discurso moralizante para impor papéis de gênero e de sexualidade aos *invertidos* ou aos desviantes. Dessa forma, o governo normatizava reprimendas para subjugar corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Para nós, LGBTQIA+, isso significou a penalização de nossas existências sob acusações de delitos, tais quais crime contra a moral e os bons costumes, vadiagem, tráfico de drogas, entre outros (TREVISAN, 2018). Fomos perseguidos, presos, violentados, torturados e assassinados. Nesse período, nossa existência só podia ser expressa em espaços fechados, longe dos olhares vigilantes da moral católica e do aparato repressivo do regime militar. O convívio e as relações interpessoais ocorriam majoritariamente dentro dos espaços privados de sociabilidade LGBTQIA+, tais quais bares, clubes, casas noturnas, bailes de carnaval e outros locais de frequência noturna.

Foi apenas em 1978 – ainda durante o período da Ditadura Militar, mas após o fim do AI-5 – que começaram a surgir as organizações sociais de direitos humanos, movimentos estudantis e de trabalhadores. Inspirados pelos movimentos LGBTQIA+ internacionais, começamos a nos estruturar. Nesse ano, nasceu o primeiro grupo *homossexual* do Brasil, chamado Somos (Grupo de Afirmação Homossexual). O grupo Somos reunia jovens militantes, que se aglutinavam numa forma semelhante aos clubes fechados e às associações internacionais, tal qual a *Mattachine Society*, dos Estados Unidos da América. Os membros “procuravam acentuar suas diferenças para aí encontrar sua identidade – elementos que podem

ser considerados como sistema de defesa frente ao ambiente hostil” (TREVISAN, 2018, p. 317).

Inicialmente, pessoas de diversos gêneros e sexualidades se reuniam sob o mesmo grupo. Entretanto, com o passar do tempo, o machismo recorrente dos homens gays motivou as lésbicas a formarem um núcleo exclusivamente feminino dentro do SOMOS (TREVISAN, 2018). O subgrupo Lésbico-Feminista (LF) surge em 1979, e passa a ser autônomo em 1980. Sua atuação buscava questionar os padrões heteronormativos da sociedade, bem como questionar o patriarcado e o sexismo (CAMPOS, 2014). Posteriormente, o LF perde força e algumas das militantes, encabeçadas por Rosely Roth e Miriam Martinho, fundam o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), em 1981.

Dentre uma das muitas ações do GALF, estiveram a criação do ChanaComChana, folhetim escrito e distribuído por lésbicas, a partir de 1981. Foi o primeiro periódico do Brasil voltado exclusivamente para lésbicas. A publicação contou com 12 edições, lançadas entre 1981 e 1987. Trazia temas lésbicos recorrentes em artes, esportes, literatura, participação política, entre outros, bem como cartas, depoimentos, charges, poesias e ilustrações sobre a existência lésbica.

Trevisan (2018) e Quinalha (2021) explicam que, mesmo com a mobilização social desses sujeitos, a violência motivada pelo conservadorismo e pelo preconceito contra homossexuais continuava incidindo sobre estes através do uso da repressão policial, da cobrança de subornos e assédios contínuos. É o caso das perseguições perpetradas em São Paulo pelo delegado Richetti, como apresentado no capítulo anterior. Essas perseguições também ocorriam por parte da sociedade civil e dos comerciantes, cujos estabelecimentos eram frequentados por *homossexuais*. É o caso do Ferro's Bar, local que ficou conhecido como cenário do levante lésbico, que foi apelidado *Pequeno Stonewall Brasileiro*, nos anos 1980, em referência à Rebelião de Stonewall, ocorrida em 28 de junho de 1969, e considerada um marco do movimento de direitos homossexuais.

Para descrever esse levante, uso como referência a dissertação de Núbia Carla Campos (2014), o artigo de Patrícia Lessa (2008) e o próprio folhetim ChanaComChana (1983). O Ferro's Bar era, há muito, um ponto de encontro de grupos de esquerda em São Paulo. Antes do golpe militar de 1964, o bar era frequentado por comunistas. A partir do fim da década de 1960, entretanto, passou a ser um ponto de encontro para lésbicas. As membras do GALF costumavam

frequentar o bar, e lá passaram a vender o boletim ChanaComChana. Essa situação, entretanto, incomodava os funcionários do local. O porteiro costumava agir com violência, com ameaças e puxões para que as mulheres se retirassem do local. A situação foi se agravando, até que, no dia 23 de julho de 1983, o dono do bar se envolveu na repressão e, acusando as mulheres de desordeiras, expulsou-as do bar e chamou a polícia. Nesse dia, porém, a polícia deu razão às militantes.

A polícia, contou o relato do boletim, como raramente ocorria, disse ao dono do bar que todas as pessoas deveriam ser tratadas de forma igual e que não poderia fazer nada contra as militantes.

No boletim, relatou-se ainda que foram várias as discussões havidas dentro do GALF acerca do ocorrido e de como elas poderiam agir, pois eram inúmeras as vezes que sofriam agressões pelo fato de serem lésbicas. E queriam ter o direito não somente de vender o boletim no Ferro's, mas também de entrar em contato com lésbicas de todas as classes sociais e de diversas vivências pessoais e acreditavam que tal interação poderia se dar em ambientes como o bar (CAMPOS, 2014, p. 97).

Apesar dessa pequena e rara vitória, cansadas de serem tratadas com hostilidade, as mulheres do GALF organizaram um protesto. Tiveram o apoio de outros grupos feministas e de homossexuais, e também de políticos como Irede Cardoso e Eduardo Suplicy. Encabeçadas por Rosely Roth, realizaram um *happening*³⁰ no dia 19 de agosto de 1983. Mesmo sob repressão do porteiro, forçaram a entrada no bar. Rosely subiu em algumas cadeiras e discursou assertivamente (Figura 13), repudiando a violência lesbofóbica, e exigindo o direito a ocupar o bar e a vender o ChanaComChana. O dono, acuado em meio aos protestantes e aos jornalistas, admitiu que o bar dependia da clientela lésbica para se manter em funcionamento. Concordou finalmente em permitir a venda do ChanaComChana em seu estabelecimento. Para Rosely, o fator essencial para o sucesso do levante foi a união e a força das militantes, que exigiam seus direitos cumpridos.

³⁰ O *Oxford Dictionary* define *happening* como um evento ou *performance* artística pouco usual, que ocorre de maneira espontânea, com algum ou nenhum planejamento.

Figura 13 – Rosely Roth, militante lésbica, em uma cadeira para discursar contra a opressão sofrida no bar



Fonte: Marcela Tosi (2016).

Paralelamente ao surgimento do SOMOS, em 1978, um grupo de homossexuais começou o *Lampião da Esquina*, primeiro jornal voltado ao público LGBTQIA+ do Brasil. Foi através de publicações como o *Lampião de Esquina* e o *ChanacomChana* que militantes pautavam suas reivindicações e buscavam por mais apoio. Este era o cenário observado aos fins da década de 1970 e início dos anos 1980 no Brasil, com a flexibilização da ditadura que possibilitou a formação de alguns grupos e de publicações homossexuais. Nesse mesmo período, a fama de Florianópolis amigável aos homossexuais começou a se consolidar.

5.1. A MAGIA DA ILHA: OS PRIMÓRDIOS DO TURISMO *HOMOSSEXUAL*

Aos fins da década de 1970, a “Ilha da Magia” passava a ser reconhecida como um destino ideal para aqueles *homossexuais* que buscassem destinos turísticos dentro do Brasil. Fazendo um rápido *desvio* do mote desta dissertação, considero interessante conhecer a origem do apelido de Florianópolis, a “Ilha da Magia”. Segundo Alan Michelmann (2015), o termo foi cunhado pela agência de publicidade AS Propague em meados dos anos 1980, com o objetivo de atrair turistas para o município. Baseados nas obras de Franklin Cascaes acerca do folclore local, que retratavam histórias de bruxas, de vampiros, de lobisomens, de

curupiras, de demônios e de festas profanas de criaturas, a agência decidiu adotar a *cena bruxólica* como um dos atrativos do município. Uma das histórias populares que narram essa *cena* é o conto das Bruxas do Itaguaçu (Figura 14), que, como conta o museólogo Gelci José "Peninha" Coelho, decidiram fazer um bacanal e excluir o diabo:

Diz a lenda que as bruxas da região queriam fazer uma linda festa aos moldes da alta sociedade.

O local para o encontro festivo seria a praia do Itaguaçu, em Florianópolis, o mais belo cenário da terra. Todos seriam convidados, os lobisomens, os vampiros e as mulas-sem-cabeça. Os mitos indígenas também compareceram, entre eles estavam os curupiras, os caiporas, os boitatás, e muitos outros. Em assembleia, as bruxas decidiram não convidar o diabo pela razão de seu imenso fedor de enxofre e pelas atitudes antissociais, pois ele exige que todas as bruxas **lhe beijem o rabo** como forma de firmar seu poder **debochadamente absoluto**.

A orgia se desenrolava, quando surge de surpresa **o diabo** que entre raios e trovões, raivosamente irritado **pela atitude marginalizante** das bruxas, as castiga, transformando-as em pedras grandes, que até hoje flutuam nas águas do mar verde e azul da praia do Itaguaçu.

Daí o nome do lugar na língua indígena: ITA = Pedra + GUAÇU = Grande – PEDRAS GRANDES (COELHO, s. l., placa fixada no local pela prefeitura).

Figura 14 – O Salão de Festas das Bruxas do Itaguaçu, descrito no folclore florianopolitano



Fonte: Thiago Braga Fotografia (2016).

As Bruxas do Itaguaçu, petrificadas pelo diabo e entregues eternamente aos prazeres carnis de sua libertinagem saturnal, são uma figura metafórica para refletir sobre a forma que o sexo e a sexualidade estão imbricados na cultura florianopolitana, até mesmo em suas paisagens naturais e culturais, que ajudam a

entender qual a “magia da ilha”. Outro caso: em 1979, uma reportagem do Lampião escrita por Alceste Pinheiro propunha um roteiro cultural para aqueles *homossexuais* que decidissem frequentar Florianópolis (Figura 15). No texto, Pinheiro (1979, p. 6) define a cidade como “pequena, porém (in)decente [...] das menores capitais é, sem dúvida, das mais gostosas [...] Florianópolis é pródiga em cantões e amor se faz em qualquer lugar. Sempre com a excelente hospitalidade local”.

Figura 15 – Recorte do jornal Lampião da Esquina, 1979. Reportagem “Escolha Seu Roteiro”, escrita por Alceste Pinheiro. Grifos meus.

ESCOLHA O SEU ROTEIRO

FLORIANÓPOLIS

Pequena porém (in) decente. Essa seria a melhor definição para Florianópolis. Das menores capitais, é, sem dúvida, das mais gostosas. Quase no extremo sul, nada tem de germânica. É bem diferente das Blumenais, Joinvilles e Itajais. Pelo contrário. Lourcos, mulatões, negões misturam-se calçados afóra. O banheiro da praça principal, aquela que fica em frente a uma paróquia da santa madre igreja, cercada de prédios centenários e públicos, parece mais um arco-íris. De alemão mesmo só o istanreiger, meio aporuguesado, da melhor qualidade. Daqueles que dá vontade de trepar.

Para tomá-lo, sugiro dois lugares: os botecoquins da Praia da Joaquina, onde deve dividi-lo com as suculentas batidas e os deliciosos camarões, daqueles que impolam, e o bar dos vendos, em uma ruazinha lateral à mesma paróquia da santa madre. De dia vá a Joaquina. É a mais próxima do centro e para onde vai o povão mesmo. Lá se pode ver os surfistas com os quais se dormirá à noite. Isso se fores exigentes. Se não precisares de colchão podes descolar lugar por ali mesmo. Porque Florianópolis é pródiga em cantões e amor se faz em qualquer lugar. Sempre com a excelente hospitalidade local.

A noite a cidade é um convite. Vá ao bar dos vendos de passagem. Ou melhor: muitas passagens, se tiveres preparo físico porque as pessoas mudam a toda hora e é sempre bom ver caras novos (e que caras!) . Fora isso, vá pelos caminhos. A cidade é segura e ninguém vai te atacar. A não ser se quiseres. (E experimente, porque os ataques são ótimos). O melhor passeio, acompanhado ou não, é no barranco. Um local roubado ao mar, no qual se pretende construir um aterro. Só que o Estado é pobre e o aterro jamais fica pronto. E isso é que dá mais saudade do velho Rio. Ah, se o Aterro do Flamengo fosse sempre um convidativo barranco!

Para os mais finos também não faltam programas. Há boates funcionando, mas a pegação é mais trabalhosa e pode cansar um pouco. Um exercício de tudo inútil porque pode se conseguir alguém melhor e com mais facilidade, já que os meninos (da burguesia local) são muito lentos e um pouco reprimidos.

Bom mesmo são os moleques das calçadas. Aliás, Florianópolis parece mais uma cinefândia em tamanho maior. Sem os mesenos riscos, é claro, porque lá ainda se acredita na paixão. Em Florianópolis é mesmo difícil se pensar em outra coisa. Todos os lugares são lugares de amor, como definiu-me um florianopolitano (ou será florianopolitense?). No restaurante, no taxi, no correio, no jornalero. Em qualquer lugar as pessoas estão à sua espera e a recepção é sempre a mesma.

E os hotéis! Excetuando-se o Floph, o mais fino (sic) da cidade, todos têm ótimos funcionários. O único problema é que, às vezes, apaixonam-se e começam a fiscalizar com quem estás a entrar, embora gerência e proprietários com isso não se preocupem. E não pense que os preços (dos hotéis, é claro) são muito altos. Novamente tenho de excetuar o Floph porque os outros têm preços bem acessíveis. Eu sugiro o Center Plaza, mas cuidado com um dos empregados da cozinha. Agarra e se apaixona. A vantagem do Center Plaza é que fica ao lado da praça da santa madre igreja, perto do banheiro público, do flipper (bom para os que gostam de adolescentes) e do bar dos vendos. Fica na Felipe Schmidt.

Mas há problemas na cidade. Jamais marque um encontro. Duvido que consigas chegar a algum antes de sucumbires ante um sorriso gostoso

Página 6

e matreiro de um florianopolitano (ou será florianopolitense?). Que todos os problemas fossem esse. O maior ocorre no verão, que seria o melhor período da cidade se os cucaruchas — argentinos, paraguaios e uruguaios — não a tomassem de assalto, com seus carros (horrorosos, por sinal) e caretões. Mas Florianópolis resiste. Os habitantes travam verdadeira batalha para preservar a cidade, armados de pedras que têm sempre destino certo: os automóveis. (E paulistas, gaúchos e, sobretudo, paranaenses não se julguem livres porque a cidade também os detesta. Quase odeia. Porém a cada ano, favorecidos pelos preços convidativos, eles aumentam em número e inconveniência, apoiados, como sempre e em todo lugar, pelo turismo oficial, e estragam a festa.

Por isso vá sempre antes ou depois do carnaval, quando a frequência de turistas oficiais diminui bastante. No chamado tríduo momesco (que nome terrível), a vida em Florianópolis não é legal. A cidade não tem boa estrutura para receber muita gente e a concorrência aumenta. Florianópolis vira verdadeiro congresso. No último carnaval havia até representantes de Nova Torque e Rondônia. Sem esquecer, é claro, aquele famoso industrial amazonense (será que existe isso por lá ?), que aderiu, na ausência da mulher, que preferiu o carnaval carioca, à fantasia mais comum na cidade — a saia e blusa, berrante maquiagem, a sandalhinha tipo caça soldado — e Liza Minelli. Mas ela não viu nada, enfiado que ficou na casa de um compositor local.

E por falar em soldado, a PM local é ótima para quem curte o gênero. Dizem que foi escolhida por uma certa autoridade. Escolha a dedo, que confirma o bom gosto da arenosa peça. Além disso, são educados e estão sempre disponíveis, como aquele que foi ao barranco e, quando se pensava que iria dar o flagrante e, talvez, arrancar algum dinheiro para aumentar o magro e suado orçamento, pediu desculpas e aderiu, solícito e feliz, à festa. E ainda grifou: “Que viva Floripa”. (Alceste Pinheiro).

Fonte: Lampião da Esquina/Acervo do Grupo Dignidade (1979).

Como mencionado nas Considerações Iniciais desta dissertação, em reportagem de 1978, na terceira edição do jornal Lampião da Esquina (Figura 1, p. 13), informava-se que um “órgão sociológico municipal” havia registrado 15 mil homossexuais declarados no município, cerca de 5% da população florianopolitana (STODIECK, 1978). Para a época, o expressivo número figurava como um indicativo

da atratividade do município a esses grupos. Nesse período, consolidou-se o recorte do *pedaço homossexual* do município, cujas territorialidades estavam predominantemente conectadas às áreas próximas à Praça XV de Novembro, ao Mercado Público e ao Aterro da Baía Sul (Figura 16), este último finalizado no fim da década de 1970. Esses territórios continuavam a ser predominantemente experienciados por homens cisgêneros gays e bissexuais, e por travestis, cujos territórios urbanos estavam fortemente associados à prostituição.

Figura 16 – Foto aérea do Terminal Urbano de Florianópolis, em 1980, área utilizada no período noturno para a prática de *cruising*



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Florianópolis (1980).

Simultaneamente, toda a região do bar do Roma – a Av. Hercílio Luz e suas adjacências – passou a ser reconhecida como um espaço de homosociabilidade. O clima de “ferveção”³¹ só crescia na cidade, em especial durante o carnaval. No Roma, a *montação*³² das *drag queens* se proliferava, com figurinos elaborados para alegrar a ocasião especial. No mesmo período, surge o Gala Gay (Figura 20), concurso criado em 1980 que anualmente escolhia as rainhas *drag queen* e travesti de carnaval (SILVA, 2003; CÓRDOVA, 2006). Sua primeira ocorrência foi na Opium, primeira boate florianopolitana pensada para o público *homossexual*.

³¹ Ferveção ou fervo é uma gíria para denominar as festas e as casas noturnas dotadas de uma animação estrondosa.

³² Montação é uma gíria que denomina o ato de vestir-se como uma *drag queen*.

Tentemos imaginar em que cenário ocorria esse concurso: a casa noturna funcionava dentro de um casarão de fachada discreta na Escadaria do Rosário, um belíssimo eixo cênico e religioso da capital catarinense. Olhando escada acima, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, templo de feições barrocas e de interior simples, fundada por florianopolitanos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em 1750. Olhando escada abaixo, a rua se estreitava antes de chegar na altura da escadaria, numa região comercial vazia no período noturno. No horizonte ao longe, o Aterro da Baía Sul, o mar e a cadeia montanhosa do Cambirela. Era no patamar, em frente à Oppium, que se criava uma passarela improvisada, na qual as candidatas desfilavam em frente dos jurados (CÓRDOVA, 2006).

Figuras 17, 18, 19 e 20 – Paisagem da boate Oppium, na Escadaria do Rosário. Canto superior esquerdo, vista escada acima, 2018. Canto inferior esquerdo, vista escada abaixo, 2020. Canto superior direito, edificação onde se localizava a Oppium, 1997. Canto inferior direito, desfile Gala Gay em 1983. Coloração digital em rosa realizada por nós.



Fonte: na ordem da legenda, Zenório Piana (2018), Leo Munhoz/ND (2020), Acervo da Casa da Memória (1997), e Ricardo Medeiros (1983).

Progressivamente, a “Ilha da Magia” ia ficando conhecida pelos *homossexuais* brasileiros por sua cena carnavalesca. Em sua coluna no Jornal de Santa Catarina – apelidado Santa, um jornal semanal que circula no estado desde

1971 –, nos anos 1980, o jornalista Beto Stodieck chamava a atenção para a presença de gays no carnaval florianopolitano, com linguagem bem-humorada e cheia de chistes sexuais.

O intenso público gay que vem chegando às caravanas pro Carnaval – "já não bastam as daqui?!!", além dos que se estabeleceram por conta do verão – não está tendo línguas a medir diante dos inúmeros dias de folia e brincadeira que vêm rolando pelaí.

Bailes, chás, quermesses e encontros se sucedem – não há dias sem confraternização. **A rua então, está pra todos, todas e todassss.** Cada hora, cada esquina – principalmente quando **maioria masculina local, somada às mulheres no Carnaval,** se confundirá com os alegres provenientes dos quadrantes sul, **principalmente da paulicéia que desvaira por aqui.**

E tudo corre por conta do pileque de cada um – aquela coisa de que de bêbado não tem dono... sacam, não? Pois **dando continuidade à temporada oficial de caça ao bofe, a Boate Opium,** nesta sexta, abrirá suas redecoradas, aumentadas e refrigeradas instalações com vistas a um pré-carnavalesco que dará o que falar. Aliás, já está dando: o *bal masqué*, cuja convidada especial é aquela moça global que **é louquinha por uma bichinha,** a Lady Francisco.

A Opium, vocês sabem, é a tal que igualmente atende pelo nome de gato e sapato e fica ali na escadaria do Rosário – nos dias de Carnaval das mais procuradas passarelas desta Ilha tão alegre quanto faceira, refrescante que nem chumaço de vento sul (STODIECK, 1984 *apud* CÓRDOVA, 2006, p. 157, grifos nossos).

Saliento que, apesar de ser predominantemente frequentado por homens gays, essas espacialidades não eram exclusivas. Córdova (2006) destaca que a frequência de mulheres lésbicas e de travestis ocorria em menor escala nos mesmos *pedaços homossexuais*, mas sofriam com o machismo e a transfobia costumeiros à época. Sobre as lésbicas, decaía o estereótipo de briguentas. Uma das entrevistadas pelo autor destaca que o dono da Opium, por exemplo, discriminava as lésbicas e, inclusive, “às vezes, cobrava mais caro para as mulheres, para desestimular elas de irem à boate” (CÓRDOVA, 2006, p. 184). Já as travestis eram estigmatizadas como prostitutas ou violentas. Outra entrevistada afirma que elas eram proibidas de frequentar diversos locais, como o Roma e a Opium, sob o argumento de que iam para brigar ou “procurar clientes”. O autor destaca, entretanto, que:

A argumentação de Karla para a pouca presença das travestis nos ambientes considerados "gueis", porque elas faziam "bafão" ou procuravam briga, representa apenas a generalização de uma imagem negativa. Não há como considerá-la explicativa para tal procedimento. Parece-me que, acima de tudo, **havia, nestes estabelecimentos, uma atitude discriminatória àquelas consumidoras e/ou espectadoras.** É, no mínimo, curioso a existência de critérios de controle e seleção entre sujeitos vistos como marginais (CÓRDOVA, 2006, p. 274, grifos nossos).

Nesse período histórico, Córdova (2006) também registra que as lésbicas sofriam de invisibilização no ambiente urbano. Um dos relatos presentes em sua tese afirma exatamente isso ao dizer que “Lésbica não tinha. Lésbicas não existiam na noite. Eram só bichas. [...] Tinha, mas era reservado, escondido, assim” (CÓRDOVA, 2006, p. 173). As sociabilidades dessas mulheres ocorriam ou nos espaços privativos de suas casas, ou em estabelecimentos comerciais frequentados por outros *homossexuais*, como o Bar Roma, a Opium e o Escova. Além disso, também era usual que frequentassem bailões realizados em clubes espalhados por Florianópolis e na região metropolitana. Para Rosana Godoy (2001, p. 43), estes eram “espaços diferentes dos descritos até o momento, pois não são conhecidos como locais de frequência tipicamente homossexual”. Apesar disso, nesses locais era comum que as mulheres dançassem juntas, o que tornava os bailões ambientes mais permissivos para a formação de redes de homossociabilidade feminina.

Figuras 21 e 22 – À esquerda, Rainha do Primeiro Gala Gay, na Boate Opium, em 1980. À direita, um dos 100 *outdoors* de divulgação do Gala Gay espalhados pelo litoral catarinense no carnaval de 1984



Fonte: Ricardo Medeiros (1980, 1984).

O carnaval era uma exceção, na qual pessoas de toda sorte – *gays*, lésbicas, travestis, brancos, negros, pobres e ricos – se misturavam no *pedaço homossexual* florianopolitano. Um exemplo era o Gala Gay, famoso baile que atraía turistas de todo o Brasil para o carnaval *homossexual* de Florianópolis. Certamente, esta não foi a primeira festa do tipo no País³³, mas é gritante seu papel em consolidar a atratividade turística da “Ilha da Magia” para os sujeitos *desviantes*. No Gala Gay,

³³ Dentre as festas do tipo, Trevisan (2018) destaca os Bailes dos Enxutos que ocorriam no Rio de Janeiro desde 1949, os blocos de homens *travestidos* em roupas femininas em diversos carnavais.

faziam-se desfiles para escolha da rainha *gay* e da rainha travesti levavam a comunidade em peso para a Escadaria do Rosário, e as vitoriosas eram presenteadas com uma faixa de *miss* (Figura 21). Nesse cenário, comprova-se o que descreve Trevisan (2018, p. 362-363) quando diz que “carnaval e *desvio* correm juntos, coisa que se nota num simples passar de olhos, quando se está em meio à festa carnavalesca [...] que encontra entre homossexuais sua expressão mais perfeita e desmedida”.

A divulgação pública da festa, através de *outdoors* (Figura 22) e de colunas de jornal, nos possibilita entender o cenário de “fervo” que se construía e em torno da cidade de Florianópolis, cuja “magia da ilha” enfeitiçava turistas por todo o Brasil. Encontramos um exemplo disso em uma coluna de Beto Stodieck, de 1985:

Imaginem vocês a invasão que acontecerá pelo Carnaval... Só pra terem uma idéia, basta dizer que **não há em São Paulo, bar ou boate – “gay”, casa de massagem e/ou sauna (igualmente exclusiva ao homem), que não tenha fixado às suas paredes cartazes que dão conta de “excursão ao Carnaval de Florianópolis – informações aqui...”**

E eles, os alegres senhores de riso fácil, vida difícil e bigode delator – vêm que vêm, “prometendo” concorrência com os nativos adeptos que, diga-se de passagem, não são poucos, pelo contrário. – Já não bastam as daqui?, resmungou umazinha lá do fundo do baú.

A bagagem numerosa, com certeza quilômetros de vestidos, caudas e fantasias, quilos de maquiagens, gramas mis de purpurinas e similares, metros de saltos e plumas, *everests* de perucas, **toneladas de frescor** – que, com certeza, amenizará o calor reinante.

- E por que esse interesse assim, por Floripa?

- Ora, santa, se há procura é porque **a oferta abunda...** (STODIECK, 1985 *apud* CÓRDOVA, 2006, p. 158, grifos nossos).

É, no meio desse “fervo”, que um mal silencioso cresce. Em meados dos anos 1980, a pandemia da AIDS atinge em cheio os *homossexuais* em diversas cidades, dentre elas Florianópolis. Esse período foi catalisador do surgimento dos movimentos sociais organizados na capital de Santa Catarina, como veremos a seguir.

5.2. A ASCENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

A pandemia da AIDS causou grandes impactos nas vivências LGBTQIA+. Trevisan (2018) registra que, no período dos anos 1980, diversos casos de agressões físicas e verbais ocorreram com *homossexuais* no meio urbano. Um dos

casos, por exemplo, foi um “pixo”³⁴ realizado em um banheiro em São Paulo, em que se lia “Contribua para o progresso da humanidade, mate um gay por dia”. Em outro relato, uma travesti negra foi perseguida, sob gritos que diziam “Cai fora, Satanás! Sai pra lá, peste gay”.

Todo um tecido socioespacial cartografado pela comunidade *homossexual*, nas décadas anteriores, foi sendo fragmentado e rasgado por uma nova onda de preconceito catalisada pela pandemia da AIDS. À condição, deram-se os apelidos cruéis de peste gay ou de câncer gay. O documentário *Cartas Para Além dos Muros* (2019), que retrata o que histórico do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no Brasil, evidencia que a comunidade *homossexual*, que vinha passando por um processo de reconhecimento catalisado pelos movimentos de Liberação Sexual dos anos 1970, viu retroceder o pouco apoio social que tinha obtido até então:

Em resumo, salvo prova em contrário, o doente de AIDS era culpado de sua doença. Se diante da fatalidade do câncer as pessoas sadias sentiam pena, em relação à AIDS elas tendiam a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que a via como doença do corpo resultante de uma alma conspirada. Criou-se então certa mitologia que, infelizmente, tendeu a se cristalizar em forma de arquétipo coletivo: a AIDS é obscena (TREVISAN, 2018, p. 400).

A sociedade heteronormativa afirmou que a AIDS era uma punição à devassidão, ao sexo, à existência de sujeitos desviantes, nos obrigando a voltar para o armário (TREVISAN, 2018). Ou seja, à medida que a síndrome dizimava a população homossexual no mundo, um processo de moralização da sociedade forçou um retorno dessas comunidades à vivência reservada aos espaços fechados.

No gueto homossexual, havia um silêncio cada vez mais pesado. A vida noturna se esvaziou nas cidades mais atingidas, como São Paulo. As saunas gueis foram fechando ou mudando de ramo. As saunas mistas começaram a apresentar aos clientes os resultados dos testes anti-HIV de suas funcionárias – e até seus anúncios aludiam a essa garantia de bom serviço. Michês, travestis e prostitutas começaram a perder seus clientes (TREVISAN, 2018, p. 397).

Os espaços públicos urbanos previamente ocupados por homossexuais passaram a ser associados à AIDS, ao uso de drogas, à prostituição e à violência urbana (PUCCINELLI, 2017). Como consequência, por medo da estigmatização

³⁴ Pixo ou pichação são nomes dados à ação de rabiscar escritas ou desenhos em superfícies diversas (paredes, muros, banheiros, fachadas e monumentos), utilizando tintas cuja remoção é difícil.

social decorrente da síndrome, como podemos compreender pelos recortes da Figura 23, essas regiões foram se esvaziando, e os homossexuais passaram a procurar outros ambientes para suas sociabilizações. Nesse cenário, o papel das casas noturnas enquanto locais de resistência se fortaleceu, pois estes eram os territórios de refúgio e de convivência que restavam.

Figura 23 – Recortes de reportagens de 1987, do Jornal Zero, da UFSC, que demonstram como o surgimento da AIDS influenciou nas vivências *homossexuais* em Florianópolis

SIDA

A Freguesia dos motéis sumiu

No chamado "baixo mundo" de Florianópolis caiu como uma bomba o estardalhaço feito pela grande imprensa sobre um suposto pacto feito entre doentes aidéticos para espalhar o vírus. O movimento dos hotéis e dormitórios que recebem casais caiu quase à metade e muitas prostitutas e homossexuais abandonaram a atividade.

O Hotel Levi, na Rua Bento Gonçalves, 01, é um prédio antigo de dois andares que aluga quartos para casais, a Cz\$ 300,00 o pernoite.

Na saída, entretanto, um vendedor de cosméticos que se hospedara por uma noite no hotel e acompanhou uma parte da conversa confidencia: "Isso aqui é a maior espelunca que eu já vi". E isso que ele trabalha autônomo e freqüentemente se hospeda em hotéis baratos para economizar. "E só dá bicha", completa ele, indo embora.

A exemplo do que acontece na Conselheiro Mafra, a procura pelos travestis da Praça XV também caiu à metade. Volnei, que preferiu ser "Luana", conta que muitos homossexuais abandonaram a praça, com medo da doença. Ela tem seus parceiros quase somente entre homens casados, também homossexuais, e só usa camisinha quando o companheiro pedir. Os travestis, um dos chamados grupos de risco, são os que mais sofrem discriminação. Frequentemente eles são hostilizados e "xingados de AIDS", revela Luana.

A AIDS explodiu. Pacto de morte e sensacionalismo se misturaram na intenção de esclarecer o leitor. E até a Polícia se encarregou de aumentar a confusão.

AIDS

Mudança de comportamento

Pacto provoca restrições e abstinência sexual

Com o aparecimento do vírus HIV, muitos hábitos têm mudado, e verificou-se certo retrocesso em relação à revolução sexual. Uma pesquisa acurada comprovaria, por exemplo, que monogamia voltou a ser prática comum, assim como uma discriminação maior dos homossexuais. "Até deixei de ir ao cabeleireiro", disse um entrevistado. E os homo, como estão vendo isso tudo?

Um deles sintetiza: "Antes eu era passivo, agora sou reflexivo".

Em meio a tanto pânico e sensacionalismo, sempre há espaço para boas doses de irreverência. Um conhecido cabeleireiro homossexual da cidade descreve seu desespero com a situação: "Tou de jejum há tanto tempo, que de vez em quando tenho que botar uma bolinha de naftalina pra evitar o mofo".

Fala também sobre a freqüência de relações sexuais: "Agora tou igual a hiena: transo três vezes por ano e ainda morro de rir!"

Fonte: Jornal Zero/Hemeroteca Digital Catarinense (1987).

Simultaneamente, intensificou-se, novamente, a aplicação de métodos estatais de controle moral aos *homossexuais*. Forças policiais circulavam pelo *pedaço* homossexual, realizando batidas policiais nas mesmas casas noturnas frequentadas pelos "suspeitos de AIDS". Como se lê na reportagem do jornalista Rubens Lunge ao Diário Catarinense, em 1987 (Figura 24), informa-se que o delegado Elói Gonçalves de Azevedo, diretor do Departamento Especializado em Investigações Criminais (DEIC), organizava uma *blitz* em boates florianopolitanas para deter os sujeitos suspeitos de viverem com AIDS.

A partir de meados dos anos 1980, as pessoas que viviam com HIV passaram a sofrer com os estigmas decorrentes da forma que a sociedade encarava a doença. Além de sofrerem opressão em suas relações interpessoais, essas pessoas também se viram abandonadas pelo Estado. Na área da saúde, não havia leitos que abrigassem todos e, segundo Trevisan (2018, p. 396), “frequentemente esses enfermos corriam de hospital em hospital, tratados quase como indigentes e rejeitados”. Segundo o autor, até mesmo dentistas e farmacêuticos se recusavam a atender homens afeminados, com medo de “serem contaminados”.

Figura 24 – Reportagem “Blitz contra suspeitos de AIDS” do Diário Catarinense, 1987



Fonte: Diário Catarinense *apud* Amorim (2009).

Trevisan (2018, p. 422) explica que, diante desse cenário, as “ressonâncias sociais da AIDS” levaram os homossexuais a sofrerem “sobretudo em sua estrutura emocional”, o que “parece ter provocado grande dose de auto-rejeição ao amor desviante, que passou então a ser metáfora de *território da morte*”. Nesse cenário de desespero e de preocupação, muitos LGBTQIA+, agentes de saúde e pessoas que viviam com HIV ou com AIDS estavam dispostos a ajudar perante o momento de crise. Viram a necessidade de fundar grupos de apoio mútuo e de contenção da

doença, tanto para lidar com os preconceitos que os atingiam quanto para pressionar as autoridades por soluções para a síndrome que atingia a comunidade.

Aos poucos, dentro de um sistema de saúde pública injusto e crescentemente ineficaz, o Brasil conseguiu montar uma rede de enfrentamento da aids considerada modelo pela Organização Mundial da Saúde. E isso se deveu, bem ou mal, à mobilização de homossexuais isolados ou de grupos de tendência GLS que lutaram, protestaram, ajudaram a organizar e puseram as mãos na massa. É óbvio que, em função desse novo contexto, muitas coisas mudaram no movimento homossexual. Respondendo às necessidades, inaugurou-se um novo tipo de relacionamento entre homossexuais organizados e órgãos governamentais, o que foi conveniente para ambos. Sem precisar criar novos quadros, o governo repassava verbas aos grupos que começaram a se multiplicar, no estilo ONG, já bastante implantado em outros setores e países (TREVISAN, 2018, p. 343).

Em Florianópolis, a primeira Organização Não-Governamental (ONG) que surgiu foi o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA), em 1987. Inicialmente, o GAPA surgiu com a participação de profissionais de saúde e de voluntários, atuando nos eixos de prevenção, de apoio, de eventos, de estudos e de pesquisas, como mostra o recorte da reportagem *GAPA quer fim do preconceito*, do Jornal Zero da UFSC, retratada na Figura 25. O grupo era voltado tanto ao apoio àqueles que viviam com HIV, quanto para diminuir o estigma da Infecção Sexualmente Transmissível (IST), bem como para efetivar políticas de redução de danos e de contenção da transmissão.

Figura 25 – Reportagem de 1988 do jornal Zero, da UFSC, que explicava a atuação do GAPA



Fonte: Jornal Zero/Hemeroteca Digital Catarinense (1988).

Na década de 1990, outras duas outras ONGs voltadas a este propósito foram fundadas no município: em 1993, a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) surgiu com o intuito de atender

travestis e transgêneras, profissionais do sexo, que viviam com HIV; e o Instituto Arco-Íris, fundado em 1997, para atuar em programas de redução de danos, voltados ao atendimento de sujeitos em situação de vulnerabilidade social que viviam com HIV, como usuários de drogas, pessoas em situação de rua, *homossexuais*, população usuária de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), profissionais do sexo, populações carcerárias, entre outros.

Como uma das políticas de redução de danos, os membros do GAPA, da ADEH e do Instituto Arco-Íris frequentavam territórios de *cruising*, de prostituição e de uso de drogas. Distribuíam camisinhas e lubrificantes, além de seringas e de agulhas descartáveis, itens que diminuíam o risco de contágio tanto por via sexual quanto por compartilhamento de agulhas durante o uso de drogas injetáveis. Como podemos observar na Figura 26, que mostra uma reportagem do Jornal Zero – publicação desenvolvida desde 1982 pelos alunos do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – esse tipo de ação gerava atritos com órgãos governamentais e com os setores mais conservadores da sociedade.

Figura 26 – Recorte do jornal Zero, publicação do curso de Jornalismo da UFSC. A reportagem, publicada no jornal em agosto de 1995, relata o embate entre órgãos do governo e o GAPA

Ajuda a drogados esbarra em lei federal

guerra das agulhas *Gapa quer distribuir seringas para impedir o avanço da Aids entre os consumidores de drogas injetáveis*

No início deste mês a Polícia Federal abriu um inquérito contra a presidente do Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids), Helena Pires, porque ela estaria distribuindo seringas descartáveis para usuários de drogas injetáveis. O Confen (Conselho Federal de Entorpecentes) havia autorizado em setembro do ano passado a troca de seringas usadas por novas. Mas o projeto não chegou a ser posto em prática porque contraria a legislação vigente no país.

O caso de Helena Pires está sendo investigado pelo Conselho de Entorpecentes, do qual Ildo Rosa faz parte, com base no artigo 13 da Lei 6368/76. O artigo diz que é crime distribuir, mesmo que gratuitamente, instrumentos ou objetos que visam preparar substâncias entorpecentes ou que causam dependência física e psíquica. Se for condenada, Helena Pires poderá pagar de 3 a 15 anos de prisão.

A distribuição de seringas é adotada oficialmente em alguns lugares do Brasil, apenas nos estados norte-americanos onde há maior incidência tanto de viciados em drogas intravenosas quanto de aids. É proibida a venda de seringas, sem receita médica é proibida. Este grupo in-

Formas de contágio

sexual	drogas injetáveis	outros
42,7%	42,3%	15%

Insetos e ácaros nos pães de Florianópolis

ZERO
AGO

Fonte: Jornal Zero/Hemeroteca Digital Catarinense (1995).

Motivada pelo preconceito contra travestis e *homossexuais*, a violência policial também incidia sobre esses grupos. Um caso particularmente chocante foi a violência policial sofrida pela travesti Clô, presidenta da ADEH até 1994. Clô havia

deixado de “se montar”³⁵ e de “batalhar”³⁶ algum tempo antes, quando passou a trabalhar no gabinete de uma vereadora. Segundo a dissertação do antropólogo Marcelo José Oliveira (1997), em 24 de maio de 1994, ela estava atuando na distribuição de preservativos e de lubrificantes às travestis nos pontos de “batalha” da porção continental de Florianópolis. As travestis relataram à Clô que estavam sofrendo ameaças de policiais em uma viatura que passava no local. Clô telefonou duas vezes ao Comando da Polícia Militar (COPOM), para reclamar do abuso de autoridade desses policiais. O capitão responsável informou que “tomaria providências” e, ao voltar ao ponto de “batalha”, Clô foi brutalmente espancada, jogada na viatura e levada à delegacia. Lá, segundo nota publicada pela ADEH em 1994 (Figura 27), sofreu tortura psicológica e teve pertences pessoais quebrados.

Figura 27 – Manifestação da ADEH publicada em junho de 1994, em resposta à violência policial sofrida pela travesti Clô, presidenta da instituição

³⁵ Clô tinha uma identidade fluida, expressando seu gênero hora travestida, hora com aparência “masculinizada”. Segundo Oliveira (1997, p. 6-7), naquele momento, ela havia deixado a barba crescer e “se travestia somente quando ia fazer algum trabalho de prevenção e da Associação nas ruas para melhor se identificar com os grupos travestis”.

³⁶ Nessa época, os termos “batalhar” ou “batalha” eram utilizados como gíria para designar a prostituição de transgêneras e de travestis.

BOLETIM DA ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais - Junho de 1994 - Nº 0.



Boca da Noite

CESSAR A VIOLENCIA

A ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais, vem a público denunciar a violência de que foi vítima seu Presidente - Claudio Orlando dos Santos (Clô).

O Fato ocorreu dia 24 de maio passado quando o Clô estava distribuindo caxisinhas na Avenida Ivo Silveira, por volta das 21:00h para um grupo de travestis que lá batalham, quando uma viatura da PMSC, um gol nº 773 chegou ao local. Tendo os travestis corrido e o Presidente ficado, os PMs começaram a ameaçar-lhe de prisão e agredi-lo verbalmente. Clô comunicou o fato ao COPOM da PM falando com o Capitão Edson Luiz, porém nada foi feito. Quando os policiais souberam da comunicação ao COPOM, eles saíram da viatura com os catetetes na mão e partiram para agredir Clô com socos e chutes, o que provocou seu desmaio, tendo sido pigmeado, humilhado, arrasado, tratado como um animal.

Ao chegar na 8ª Delegacia de Polícia Civil, os PMs fizeram uma sessão de tortura psicológica dentro da DP, jogando o seu material no chão e estragando seus pertences pessoais, na presença e com a conivência do Comissário Waldir Vidal.

Posteriormente tentou registrar a queixa no 8ª DP sobre o ocorrido, mas o policial que o atendeu recusou-se a registrar a ocorrência alegando que isso teria que ser feito com a Delegada por tratar-se de problemas com a PM.

Por volta das 23 horas, jogaram-no algemado no porta-mala do Gol 773 e o levaram até a Central de Plantão Policial - CPP, onde o mesmo foi tratado como acusado e não como vítima.

Após alguns dias, as consequências do espancamento foram se agravando o que obrigou a família a interná-lo no Hospital de Florianópolis onde se encontra desde segunda-feira, dia 06/06/94. O horário de visitas é diário a partir das 15:00h.

Com o apoio do Comitê de Ideli Salvati (PT) e do Gabinete do Vereador Márcio de Souza (PT), temos um advogado cuidando do caso, além do acompanhamento da Comissão dos Direitos Humanos da OAB-SC (Ordem dos Advogados do Brasil), para que o inquérito seja levado adiante e os responsáveis sejam devidamente punidos. Também estamos denunciando os fatos à imprensa, que se interessou mais justamente pelo fato de que o Clô está com viagem marcada dia 21 para Nova York, Estados Unidos, onde irá representar a Comunidade Homossexual Catarinense num encontro internacional.

Neste momento é fundamental o apoio e a solidariedade de todos, afinal, poderia ter ocorrido com qualquer um de nós que sofremos a essa discriminação que motivou o espancamento de nosso Presidente, portanto, convocamos a todos para participar da reunião da ADEH neste sábado, dia 11/06/94, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Endereço: Rua Saldanha Marinho, 53 Fone 231187 - sala 201

Ricardo Sebastião e Alexandre Martins
(Diretores)

Fonte: ADEH/Marcelo José Oliveira (1997).

Após o espancamento, Clô tentou prestar queixas à polícia civil do bairro Capoeiras, mas teve seu pedido negado. A queixa só foi registrada quando um advogado foi acionado e, mesmo assim, o processo não avançou. O Instituto Médico Legal (IML) demorou a fazer os exames de corpo delito e isso fez com que os sinais do espancamento ficassem menos evidentes. Por isso, o delegado responsável pelo inquérito alegou que não havia provas suficientes para justificar a punição dos policiais. Após o espancamento, Clô foi internada em um hospital de Florianópolis. Como vivia com AIDS e na época os tratamentos da síndrome ainda eram ineficazes, seu quadro de saúde foi progressivamente se deteriorando. Após meses de uma longa luta pela própria recuperação, Clô perdeu a batalha e veio a óbito em 1995. Para Oliveira (1997, p. 9) “sabemos muito bem que não é somente a travesti a

vítima da repressão, mas o caso é claro com relação ao ‘objeto’ da violência praticada; e, o que é pior, respaldada por alguns setores da sociedade”. Dito em outras palavras, essas violências, respaldadas por grupos conservadores e praticadas contra pessoas de sexualidade e de gêneros desviantes, são fruto da LGBTQIAfobia.

Ao fim da década de 1990, a média de LGBTQIA+ que viviam com o HIV começou a diminuir, enquanto a média de pessoas heterossexuais nessa situação aumentava. Segundo Trevisan (2018, p. 420), “as novas evidências de ‘heterossexualização’ da pandemia também levaram o governo a destinar verbas mais substanciais para os programas de prevenção, agora visando adolescentes e mulheres heterossexuais [...] sobretudo nas populações pobres”. Com a ampliação dos debates e a compreensão de que o HIV não fazia distinções entre homossexuais e heterossexuais, ocorreu certa “desestigmatização”³⁷ do HIV, o que fez com que a ideia de “peste gay” fosse desmoronando.

Apesar da tentativa de apagamento estimulada por uma cruzada moral contra os sujeitos desviantes, com o tempo e a atuação incessante dos movimentos sociais, a partir de meados dos anos 1990, a crise da AIDS começou a arrefecer. Nesse momento, Trevisan (2018, p. 419) informa que “o Brasil passou a ser considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um modelo no serviço de tratamento e prevenção à AIDS em países periféricos”. A sociedade se viu compelida a discutir as sexualidades e os gêneros desviantes até mesmo em suas minúcias, já que a síndrome ampliou a ação e a visibilidade do movimento LGBTQIA+ em todo o mundo.

Aquele "câncer" que parecia ser uma prerrogativa dos gueis obrigou os governos a implementarem políticas de atuação ao seu combate, em cooperação com os grupos homossexuais organizados. Ao mesmo tempo em que trouxe, no seu início, um forte sentimento trágico marcado pela morte, abriu perspectivas para um debate interdisciplinar sobre suas causas e consequências. Por outro lado, parece ser consenso que se há algo positivo que possa ser associado a AIDS, este reside no fato que, em decorrência desta síndrome começou a haver uma maior visibilidade dos homossexuais (CÓRDOVA, 2006, p. 235).

No mesmo período dos anos 1990, um processo ambíguo incidiu sobre as áreas urbanas ocupadas por LGBTQIA+: ao mesmo tempo que essas regiões foram

³⁷ Utilizo o termo “desestigmatização” entre aspas para inferir que, na verdade, pessoas que vivem com HIV continuam sofrendo com os estigmas que circundam essa condição. Para maiores informações, assistir ao documentário *Cartas Para Além dos Muros* (2019).

ligadas às práticas ditas imorais e consolidou-se um discurso que defendia a “revitalização” dessas áreas, um novo conceito de aceitação através do consumo cultural por Gays, Lésbicas e Simpatizantes (*GLS*) começou a se consolidar. A próxima seção deste texto evidencia o momento de consolidação do conceito de *GLS* e a posterior assimilação das demandas dos movimentos sociais organizados em nível institucional. Em paralelo a um processo de “retorno ao centro” e de “revitalização” urbana, há a consolidação de uma espécie de agenda *queer* ao nível de Poder Público e de políticas públicas. No entanto, esse processo também revela a perversidade da subversão dessas pautas em benefício da comercialização identitária.

**PARTE III – ALTO E CLARO (BRANCO DE MAIS): ASSIMILAÇÃO,
GENTRIFICAÇÃO E APAGAMENTO DE (ALGUMAS) IDENTIDADES
LGBTQIA+ EM FLORIANÓPOLIS**

6. FALANDO MAIS ALTO: RETORNO AO CENTRO, ASSIMILAÇÃO GLS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PAUTAS LGBTQIA+

Ao longo dos anos 1970 e 1980, o centro fundacional de Florianópolis passou a ser associado à imoralidade, afastando as “elites” e desencadeando um momento de desinvestimento do capital no local. Betina Adams (2001) destaca que, nos anos 1970, ocorreu um ciclo de desvalorização do patrimônio no centro fundacional de Florianópolis. Como justificativa para desprestigiar o patrimônio, alguns agentes urbanos corroboravam o discurso de que “para alcançar o status da modernidade, era necessário destruir o passado e as janelinhas em guilhotina são substituídas pelas de alumínio” (ADAMS, 2001, p. 99). Nesse cenário, o ar de degradação contribuiu para a formação de uma “região moral” associada às populações *desviantes*.

De forma semelhante à ocorrida ao caso paradigmático do bairro da República, apresentado no terceiro capítulo, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, devido à pandemia da AIDS, construiu-se um discurso de que o Centro de Florianópolis era uma região moralmente decadente, associada à ocupação urbana de grupos socialmente marginalizados, à violência, ao uso de drogas, à prostituição e às práticas de sexualidades não normativas. Como decorrência, o centro fundacional, principalmente a área a leste da Praça XV de Novembro, passou por um período de intenso desinvestimento. Essa situação estimulou um processo de “revitalização” do centro fundacional de Florianópolis, como veremos a seguir.

6.1. RETORNO AO CENTRO E GENTRIFICAÇÃO

O ciclo de desinvestimento tornou o espaço mais precarizado, com edificações degradadas, espaços públicos abandonados, aumento do número de pessoas em situação de rua e aumento da criminalidade. Como explicado pela hipótese do diferencial de renda (SMITH, 1996), ao fim dos anos 1990, a área atingiu tal ponto de desinvestimento que a iniciativa privada percebeu que os lucros obtidos a partir da reabilitação da área seriam expressivos. Segundo o historiador Emerson César de Campos (2014), nesse período, construiu-se um novo discurso que propunha a “revitalização” das áreas degradadas para que ocorresse um

“retorno ao centro” das classes médias. Já Marcelo Eibs Cafrune – em sua dissertação de Mestrado em Direito intitulada *Pluralismo Jurídico e Acesso à Cidade: o Planejamento Urbano e a Resistência em Florianópolis* – afirma que, nos anos 1990, ampliou-se a percepção de Florianópolis como um destino turístico, especialmente aquele voltado às classes médias:

No cotidiano no planejamento urbano e das estratégias de venda da Ilha como destino para o turismo e para a moradia, está evidente uma opção de público-alvo. São desejados os turistas e os moradores que possuem renda média e alta: “a mudança na concepção de turismo da cidade ganha força no início dos anos 90, quando começa a germinar a ideia de privilegiar o turismo de classe e de qualidade, em detrimento do turismo de massa” (FANTIN, 2000, p. 76). Para operar a seleção de públicos há muitos instrumentos específicos, contudo, há que se ressaltar que o imaginário vendido atrai os setores indesejados também, aumentando a presença de turistas e moradores de classes baixas, que, por sua vez, não encontram muitas alternativas de lugar para morar na Ilha, ou em suas regiões centrais [...]

Como resultado do planejamento estratégico, a pobreza passa a ser eliminada da Ilha, tanto pela ação de limpeza urbana para remover física e simbolicamente os indesejáveis das imagens a serem vendidas, seja pelo novo impacto especulativo que passar a dominar o mercado imobiliário e fundiário local. Passam a operar, portanto, simultaneamente, dois processos que agravam a segregação social baseada na renda. De um lado, a especulação imobiliária tradicional, de outro, as novidades resultantes da competição inevitável do mercado de cidades (CAFRUNE, 2012, p. 75-77).

Esse processo histórico que se sucedeu no Centro de Florianópolis está alinhado às várias ocorrências semelhantes em outras cidades, como é o caso do “Viva o Centro”, associação instaurada em São Paulo na década de 1990. Em consonância com o setor privado e com parcelas do governo local, o grupo defendia a intervenção do estado para a “revitalização” de áreas urbanas degradadas. Referindo-se à gentrificação do Centro de São Paulo, o doutor em Ciências da Comunicação, Fabio Raddi Uchôa (2014, p. 53), afirma que essa associação “toma a presença de classes populares no centro como uma ocupação residual, que deve ser afastada [...] investindo na cultura e realizando certas modificações urbanas, de maneira a varrer os empecilhos para a valorização do espaço”. Em outras palavras, o “Viva o Centro” defendia que as regiões centrais de São Paulo deveriam ser higienizadas, expulsando as populações de baixa renda e promovendo os lucros provenientes da comercialização da área. Esse tipo de iniciativa apresenta um viés classista, que advoga pela exclusão de sujeitos urbanos “indesejáveis” à especulação imobiliária.

No caso de Florianópolis, a mobilização em defesa da “revitalização” do centro foi encabeçada por empresários e apoiada por políticas urbanas do Poder Público. Um dos planos concebidos pela prefeitura para efetivar essa “revitalização” foi o Projeto RENOVAR. Segundo cartilha publicada em 1993 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), o programa visava à manutenção do patrimônio histórico do centro fundacional, com ênfase na renovação das fachadas de casarões de estilo luso-brasileiro. Dentre os benefícios concedidos pela renovação, estava a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), a Transferência do Direito de Construir e o direito de alterar a área interna das edificações.

O PROJETO RENOVAR contemplou em um primeiro momento a recuperação da ambiência externa dos conjuntos urbanos históricos. Objetivava-se chamar atenção para sua historicidade e sua inserção no cotidiano da cidade, trazendo visibilidade à sua beleza plástica. Tal ação tem como **resultado a valorização da área, sua maior atratividade, repercutindo naturalmente em aspectos econômicos favoráveis**. Para alcançar tais resultados seriam necessárias intervenções tanto no casario, através da sua recuperação exterior, sobretudo das fachadas e coberturas, como na infraestrutura urbana (ADAMS, 1993, p. 170, grifos nossos).

Adams (2001) também destaca que, entre 1988 e 1999, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e o Serviço de Patrimônio Histórico de Florianópolis (SEPHAN) elaboraram um *Programa de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico*. Algumas das ações desse plano de embelezamento do centro histórico foram a instalação de fiação elétrica subterrânea; a padronização dos calçamentos; a restauração das obras de arte e da própria Praça XV de Novembro; e a “revitalização” do Largo da Alfândega³⁸. Nas figuras 28 e 29, observam-se as mudanças de um trecho da Rua Francisco Tolentino, motivadas pelo RENOVAR e pelas reformas urbanas da prefeitura.

³⁸ Obra entregue no ano de 1992. Desde então, ocorreu um novo processo de reforma urbana no local, entregue em 2020. Abordarei isso no último capítulo.

Figuras 28 e 29 – Rua Francisco Tolentino no fim da década de 1980 (esquerda) e em 2005 (direita).
Restaurações desencadeadas pelo projeto RENOVAR



Fonte: Adriana Fabre Dias (2005).

Observando as figuras acima, fica nítido que a renovação da região central era essencial pela situação em que se encontravam as edificações. De fato, as condições materiais e patrimoniais dos casarões luso-brasileiros precisavam ser “requalificadas”. O problema dessas ações não é a melhoria das estruturas em si, mas sim a construção discursiva em torno da ideia de “revitalização”. Vejamos o trecho a seguir:

Através dessas ações de valorização, o casario histórico foi sendo evidenciado, e o centro foi **reconquistando sua importância de espaço polarizador**. Cresceu o vínculo **do cidadão com a sua cidade** e ampliou-se a presença da atividade de “lazer e conagraçamento”, a exemplo do que está ocorrendo no Mercado Público, e da assídua frequência a locais públicos tais como o “Senadinho” / Ponto Chic, a Praça XV de Novembro e os largos com mesas para dominó. [...] **O patrimônio, valorizado, incorpora-se à vida do cidadão** (ADAMS, 2001, p. 177-178, grifos nossos).

Essas territorialidades foram *revitalizadas* com o intuito de aproximar os *cidadãos* ao centro da cidade. Mas quais são esses cidadãos? Aqueles cujas vivências apetezem à sociedade heterocisnormativa, cujas práticas não ofendem a moralidade “normal”, cujas sociabilidades urbanas afugentam os sujeitos desviantes que ocupavam o espaço anteriormente. Citando Neil Smith (1996, p. 30, tradução livre), “A linguagem de revitalização, reciclagem, modernização e renascimento sugere que os bairros afetados estavam de alguma forma desvitalizados ou culturalmente moribundos antes da gentrificação”. Marcelo Cafrune (2009, p. 65) destaca em Florianópolis a primazia discursivo-ideológica “fortemente orientada por interesses especulativos individuais-setoriais”, cujas benesses sobre a produção espacial favorecem pequena parcela da população que sustenta esse discurso – tais quais políticos, empresários, mídia etc.

Passa a vigorar uma forma de urbanização que incorpora um discurso e duas práticas. O discurso está relacionado à diminuição da intervenção do Estado na economia. Já no campo prático, reivindica-se atuação permanente do Estado para, em um primeiro momento, garantir que a ordem social e a propriedade privada sejam mantidas e, em um segundo momento, incentivar a atividade econômica seja por meio de isenções fiscais, seja por meio de investimentos em infraestrutura urbana para atender aos novos investimentos. O discurso de omissão pretende impedir que o Estado, por exemplo, possa coibir os ganhos especulativos, já que eles comporiam naturalmente a ordem econômica. Já as práticas vigentes atuam diretamente no incremento dos ganhos econômicos dos proprietários e investidores urbanos, à medida que direcionam recursos públicos, pela isenção ou pelo investimento, para atender a interesses privados (CAFRUNE, 2009, p. 71).

A título de exemplo, citemos o caso da Praça XV de Novembro. Émerson Campos (2014) informa que, ao fim dos anos 1990, “ocorreu um processo de ‘revitalização’ da Praça XV, em que tapumes e cercas foram levantados ao seu redor, indicando um controle desse espaço”. Além das obras na praça, associações empresariais, comerciantes, mídia, e associados à prefeitura passaram a promover feiras, atividades e eventos no local para atrair famílias de classe média para a região do centro histórico a procura de lazer. Para que esse processo se consolidasse em Florianópolis, tornava-se necessário à iniciativa pública e privada que algumas populações – descritas por Campos (2014) como “indesejáveis” ou “exóticos” – que ocupavam a praça há mais de 30 anos se afastassem da região. A partir dessas obras de renovação urbana, as populações de classe média voltaram a ocupar a região central do município, o que desencadeou ali um ciclo de gentrificação.

[...] estabelecem **novas estratégias** de ocupação da Praça, **trazendo** para ela parte da população – **camadas médias em especial** – que havia se afastado. Rivaliza com isso as iniciativas mais antigas – desde a década de 1960 – movimentos sociais e/ou reivindicações de classe, solidariedade às chamadas minorias, que ocorrem no espaço da praça a exemplo da Parada do Orgulho **LGBT** (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes), que vêm se desenvolvendo na última década na cidade, quase sempre relacionada ao aumento do turismo; ou ainda dos **movimentos grevistas de diferentes classes de trabalhadores**.

[...]

Houve de fato uma série de intervenções na Praça junto ao Centro Antigo da Capital, onde quase sempre ficou patente a **pretensão de organizar o espaço e principalmente de “limpar” as ruas**, alterando o cenário e as práticas sociais em relação ao comércio desordenado de barraquinhas que circundavam não só a Praça XV de Novembro, mas também os arredores do Mercado Público e da Praça da Alfândega, que se dava desde a década de 1970.

[...]

Na ocupação do Centro e da Praça, além de uma camada média tradicional residente no Centro (e cada dia menor), avolumam-se outras pessoas:

yuppies; famílias jovens com maior escolaridade, estudantes secundaristas e universitários, rivalizando espaço com os resistentes “moradores” antigos da Praça: sem tetos, prostitutas, e outros já citados (CAMPOS, 2014, p. 43-44).

Ocorreu um processo de higienização do espaço urbano, em que foram excluídas algumas práticas *homossexuais* vistas como marginais ou imorais. O *cruising* – prática ligada à vivência identitária de sexualidades desviantes ou não normativas, que estavam fortemente ligadas ao território da Praça XV de Novembro – foi deslocado para localidades mais distantes do centro fundacional, como a Beira-Mar Norte, a cabeceira insular das pontes de acesso a Florianópolis e a Praia Mole. Os pontos de prostituição também passaram por esse processo de “deslocamento” ou de “remoção”, sendo transferidos para a área da Rua Padre Roma, o Norte da Ilha e a porção continental do município. Contraditoriamente, via-se nessas classes médias que “retornaram ao centro” uma certa permissividade, que “simpatizava” com os gays e as lésbicas, como tratarei na próxima seção.

6.2. GLS, A ASSIMILAÇÃO PELO CONSUMO

Criou-se, nos anos 1990, o conceito de *GLS*, que designava *Gays*, *Lésbicas* e *Simpatizantes*. Estimulados por uma lógica neoliberal e pretensamente “progressista”, Comércio e sujeitos de classe média aceitavam e até estimulavam a diversidade e a inclusão, desde que através do consumo. Segundo Trevisan (2018, p. 349-350), “a sigla *GLS* facilitou o terreno para outra novidade da década: a eclosão, em larga escala, de atividades culturais claramente ligadas à homossexualidade, mas de repercussão social para além das fronteiras da *cena guei*”.

Na Figura 30, podemos ver um recorte do jornal Diário Catarinense, de ampla circulação, em que ocorria um desses momentos em que a homossexualidade rompia ao convencional. A reportagem, escrita por Cacau Menezes nos anos 1990, mostrava um casamento entre um homem cisgênero e uma travesti, realizado para causar burburinho na sociedade florianopolitana. Segundo o jornalista, foi uma estratégia de *marketing* para promover uma boate local, mas a ação gerou debate amplo na cidade em torno do casamento homoafetivo.

Figura 30 – Recorte da coluna do repórter Cacau Menezes no jornal Diário Catarinense, estimada em meados dos anos 1990



Fonte: José Ricardo Medeiros (199-).

Em Florianópolis, Córdova descreve que, nos anos 1990, “com a diluição do conceito *GLS*, ampliaram-se os locais de sociabilidade guei na cidade” (CÓRDOVA, 2006, p. 296). A popularização desse conceito fez com que as homosociabilidades se mesclassem, e passamos a ter uma convivência relativamente cordial em alguns ambientes privados costumeiramente voltados aos heterossexuais. Ainda havia, é claro, as baladas exclusivas dos *homossexuais*, mas outros espaços ditos alternativos passaram a ser divulgados como simpaticantes a *gays* e a *lésbicas*. Logo, houve uma multiplicação dos espaços que *GLS* podiam ocupar na cidade, particularmente na zona central, marcadamente relacionado à região próxima ao centro fundacional, entre o Mercado Público Municipal e a Avenida Mauro Ramos. Também surgiram saunas e videoclubes pornô voltados exclusivamente para o público *gay*, espaços privativos que permitiam a prática de *cruising* na região central para aqueles que pudessem pagar pelo consumo no local.

Figura 31 – Locais ocupados por LGBTQIA+ entre os anos 1990 e 2005



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observando o número de locais amigáveis aos *GLS* nesse período – restaurantes, casas noturnas, bares, boates, lojas etc. –, constata-se a formação incipiente do Mercado Cor-de-Rosa florianopolitano. Lanzarini e Rial (2010, p. 9) destacam que os públicos *GLS* da cidade eram interessantes para o empresariado local, já que estes sujeitos “propiciam uma demanda considerável de pessoas que buscam nesses espaços incursões sociais e sexuais mais próximas de suas subjetividades”. Na Figura 31, estão cartografadas as espacialidades frequentadas por pessoas *GLS* ao longo das décadas de 1990 e de 2000.

Apesar da importância da formação dessas redes de sociabilidade, como explicado por Akotirene (2020), devemos nos lembrar que a exclusão social incide sobre os indivíduos de forma interseccional. Isso significa que a distribuição do poder de compra desses sujeitos é marcadamente relacionada aos fatores de raça, de classe, de gênero e de sexualidade. O cientista político Juan P. Pereira Marsiaj (2003) explica que os estabelecimentos comerciais *GLS* tendiam (e tendem) a ser frequentados principalmente por pessoas de classe média e alta. Para ele,

Tal estratégia pode levar à aceitação de um tipo de gay (branco, de classe média), visto como um modelo de cidadão-consumidor, 26 e uma maior

marginalização de todos os outros “devassos” que não se encaixam nessa forma. Em termos mais brasileiros: corre-se o risco de aceitar o gay rico e marginalizar ainda mais a bicha pobre” (MARSIAJ, 2003, p. 141-142).

Falando de outra forma, o Mercado Cor-de-Rosa privilegia a incorporação de um cidadão-consumidor corporificado no homem gay, branco, cisgênero e de classe média. Isso aprofunda ainda mais a marginalização daqueles fora do padrão. Assim, são negados os avanços sociais a LGBTQIA+ de baixa renda, travestis, pessoas negras, transgêneras e mulheres, que não alcançam os mesmos graus de reconhecimento social. Para estes, forma-se um abismo entre os discursos pró-diversidade e a real estabilização de seus direitos civis.

Em sua dissertação, Carlos Eduardo Henning (2008) registra casos desses recortes de gênero, de raça, de classe e de corporalidades que incidiam sobre os locais *GLS* ao longo da década de 2000. Segundo o autor, os bares que atendiam aos homens brancos, de alto poder aquisitivo, se encontravam na avenida Rio Branco e na Rua Major José Augusto de Farias, próxima à avenida Hercílio Luz. Eram denominados pela comunidade local como frequentados por “bichas finas”. Já aqueles ambientes que recebiam a população negra, de baixa renda e as travestis, estavam às margens do centro, próximos das comunidades de baixa renda, e eram conhecidos como espaços de “bichas vale-transporte”.

Outro indicativo, descrito nos trabalhos de Silva (2003) e de Córdova (2006), está no classismo, no machismo e na transfobia dos *GLS* da classe média florianopolitana, que davam apelidos pejorativos para os locais frequentados por camadas populares, negros, lésbicas, travestis e pessoas trans. Alguns exemplos: o Masmorra, aberto entre 1984 e 1989, era chamado Mais Morra ou Mais Pó; o Maçã Verde (1986-sem informações de fechamento) era Maçã Podre; o Notre Vie (1992-1994), bar que tocava músicas *pop* brasileiras, como axé e pagode, era apelidado Podreví; a Ominus (1993-1998) era a Baga ou a Bagaceira. Esse fenômeno demonstra que os grupos de baixa renda sofriam com estigmas sociais como o racismo e o classismo, para além apenas da LGBTQIAfobia, o que indica a interseccionalidade das opressões a que esses sujeitos estão submetidos.

Figura 32 – Concurso *Pop Gay* em 1999, quando ainda era realizado na Av. Hercílio Luz como parte do Carnaval do Roma



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Florianópolis (1999).

Como se pode observar, é incontestável que o preconceito contra os sujeitos incide de forma interseccional. Entretanto, devemos observar que, a partir dos anos 2000, houve uma institucionalização de parte das pautas das comunidades *GLBT*, em que a Prefeitura passou a fazer parcerias e investir em turismo e em eventos *GLS*, estimulados pelo potencial mercadológico que esse público representava. Por exemplo, segundo publicação realizada no portal oficial da Prefeitura Municipal de Florianópolis em 2010, desde 1993 esse órgão governamental passou a organizar o Carnaval do Roma e o Concurso *Pop Gay* (Figura 32), blocos de carnaval que continuaram a tradição do extinto *Gala Gay*. Isso fez com que o evento crescesse cada vez mais e atraísse um público heterogêneo. Na próxima seção, tentaremos compreender os avanços e os limites dessa institucionalização.

6.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PAUTAS LGBTQIA+ E SEUS LIMITES

Nos anos 2000, surgiram grupos de pesquisa ligados às universidades que tinham por objetivo debater as diversidades de gênero e de sexualidade sob um ponto de vista acadêmico. Em parceria com as ONGs e os setores de saúde governamentais, grupos como o Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC) e o Laboratório de Relações de Gênero e

Família da Universidade do Estado de Santa Catarina (LabGef/UDESC), entre outros. Esses grupos oferecem suporte profissional e multidisciplinar às associações que trabalham no município, com ações que vão desde atendimento psicossocial, legal, médico, até rodas de conversa e grupos de acolhimento coletivos. Também foram fundamentais nesse momento para pressionar o governo local a incluir os *GLBT* em políticas públicas.

Assim como ocorrido com o Carnaval do Roma nos anos 1990, na década de 2000, outros eventos receberam o apoio da prefeitura, especialmente as Paradas da Diversidade do município. O antropólogo Glauco Batista Ferreira apresenta considerações acerca da realização desses eventos em sua dissertação, publicada em 2012 e intitulada *Arco-Íris em Disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias*. Segundo ele, a primeira edição do evento ocorreu em 2006 e foi organizada em uma parceria entre sociedade civil e entidades privadas, representadas pela Associação dos Empreendedores Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes de Santa Catarina (AEGLBTS/SC), cuja atuação visava promover o turismo e o consumo *GLS/GLBT* no estado. Na primeira edição, não houve apoio financeiro da prefeitura, mas o órgão cedeu edifícios públicos e realizou a segurança do evento de forma gratuita para a realização. A obtenção de alvarás foi facilitada, porque Tiago Silva (MDB), então assessor de *marketing* da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Florianópolis, era também uma das lideranças da AEGLBTS/SC.

Um conjunto de outros eventos foram associados à parada e realizados para a arrecadação de verbas destinadas à realização desta. Esses eventos foram parte de uma “Semana da Diversidade”. Nesse período, o espaço da antiga Casa de Câmara e Cadeia foi transformado temporariamente em um espaço de informação, de visibilidade e de apoio aos *GLBT* da cidade, chamado Casa da Diversidade (Figura 33). A realização dessa parcela do evento nesse edifício histórico situado na Praça XV de Novembro foi intencional, pois se pretendia dar visibilidade à ligação política da região aos sujeitos desviantes, “uma população que sempre tinha se relacionado e ‘existido’ de forma marginal no centro da cidade, principalmente nas imediações do centro histórico” (FERREIRA, 2012, p. 96-97). Durante a parada propriamente dita, foi estimada a participação de cerca de 20 mil pessoas, dentre elas diversas famílias de pessoas *GLS*, além de outros heterossexuais

“simpatizantes” à causa. Houve até mesmo apresentação da orquestra da polícia militar.

Figura 33 – Casa da Diversidade estabelecida para a Parada do Orgulho LGBTQIA+, cerca de 2008 ou 2009



Fonte: Amanda Leite (2010).

As paradas entre os anos de 2007 e de 2010 passaram a receber apoio financeiro da prefeitura, um esforço para ampliar as receitas obtidas com o segmento turístico do consumo *GLS* no município. Como consequência disso, o evento passou a sofrer críticas de ativistas e de entidades da sociedade civil, que questionavam o caráter de exploração capitalista excessiva do evento. Segundo Ferreira:

Parece haver uma dinâmica em que as manifestações e performances na Parada da Diversidade são avaliadas pelo ativismo e por empresários a partir de códigos morais distintos, que definem o que eles consideram ou não adequados no contexto do evento. Tanto no ativismo LGBT quanto no âmbito do empresariado *GLS/GLBT* existiam códigos morais definidos (às vezes consensualmente e algumas vezes impostos) que avaliavam e buscavam restringir ou incentivar determinadas apresentações e performances corporais no contexto da Parada. Ao que parece, a restrição de algumas manifestações está relacionada com uma tendência presente em ambas as esferas em incentivar um tipo de manifestação mais *mainstream* a respeito de alguns tipos de homossexualidade. Ao mesmo tempo, as diversas experiências e sujeitos LGBT que se pretendia visibilizar, eram de certo modo “homogeneizadas” e dissociados de aspectos relacionados à “promiscuidade”, pornografia e outras

manifestações e vivências sexuais consideradas “bizarras” pelo senso comum e menos valorizadas nestes contextos (FERREIRA, 2012, p. 172).

A crítica dizia respeito à despolitização da parada, pois ali não se desenvolveram debates em torno das identidades, das opressões e dos direitos civis dessas populações. Na percepção dessas entidades, a celebração visava apenas ao lucro de seus patrocinadores, deixando de lado as demandas coletivas por direitos civis de sujeitos desviantes, almejadas pelo movimento social organizado. Além disso, observou-se uma espécie de “higienização” da parada, que passou incentivar a comunidade *GLBT* do município a “se comportar”, por assim dizer.

Além das Paradas da Diversidade e dos eventos carnavalescos, ao longo dos anos 2010, a prefeitura também passou a promover o município como destino de turismo LGBTQIA+ em eventos internacionais de grande porte, como a *Annual Global Convention* da *International Gay and Lesbian Travel Association* (IGLTA), a maior convenção de turismo LGBTQIA+ do mundo. Florianópolis chegou a sediar a 29ª edição do evento, que ocorreu em 2012 com apoio da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) e da PMF. Dentre as cidades que concorriam para sediar o evento, Florianópolis superou São Francisco, destino internacional paradigmático para o público LGBTQIA+, além de grandes cidades brasileiras, incluindo as capitais Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Já em 2013, a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR), órgão do governo estadual, promoveu campanha publicitária que veiculava o estado como “melhor destino LGBT do Brasil” (Figura 34). Segundo entrevista do vereador Tiago Silva (MDB) ao portal de notícias G1 Santa Catarina, em 2013, essa campanha foi desenvolvida porque a Parada da Diversidade de Florianópolis foi escolhida como a mais bonita do Brasil, devido à bela paisagem da Beira Mar Norte do município. Em outra notícia, de 2015, o portal oficial da Prefeitura de Florianópolis informou que a Embratur iria a Los Angeles para divulgar as cidades de Florianópolis, de Recife e de São Paulo como polos de atratividade ao turismo LGBTQIA+-friendly durante a 32ª *Annual Global Convention* da *International Gay and Lesbian Travel Association*

Figura 34 - *Outdoor* instalado ao lado do Parque de Coqueiros, Florianópolis (SC). Na campanha publicitária, a SANTUR anunciava Santa Catarina como melhor destino LGBTQIA+ do Brasil



Fonte: Felipe Corrêa Franzói/Tudo sobre Floripa (2013).

Como resultado dessas iniciativas governamentais, a cidade passou a ser amplamente considerada um dos melhores destinos turísticos LGBTQIA+ no Brasil. Apareceu em portais nacionais como o G1 e a Folha, e até mesmo em revistas internacionais, como no caso da reportagem *A Look At Brazil's Booming (Yet Closeted) Multi-Billion 'Pink Dollar' Gay Market*, publicada na Forbes em 2013. Segundo o jornalista Anderson Antunes, autor da matéria, “*Down in the south of Brazil, Florianopolis has also become a popular gay destination for Brazilians and foreigners. So much so that the city is determined to attract gay tourists, who spend twice as much and stay three times longer than heterosexuals*”. Por esse panorama, fica claro o esforço dos governos locais em criar conexões e divulgar o turismo LGBTQIA+ em Florianópolis, nacional e internacionalmente. Para além do turismo, pode-se observar a institucionalização das pautas LGBTQIA+ também no âmbito legal, como veremos a seguir.

6.3.1. INSTITUCIONALIZAÇÃO LEGAL NO BRASIL

No ano de 2004, durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, propõe-se o primeiro programa governamental de combate à LGBTQIAfobia da história do País, o Brasil Sem Homofobia. O programa surgiu como parte do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, visando “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (CONSELHO, 2004, p. 11).

Desde então, algumas resoluções de impacto nos direitos LGBTQIA+ foram sancionadas em âmbito nacional. Através da ADI nº 4.277/2011, o Supremo Tribunal Federal equiparou a união estável homoafetiva à heteroafetiva no Brasil. Já em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução nº 175, que permite que a união estável homoafetiva se converta em casamento. Em 2016, a então presidenta da república Dilma Rousseff assinou o Decreto Presidencial nº 8.727, relativo à garantia do uso de nome social e do reconhecimento da identidade de gênero de travestis e de transexuais no âmbito da administração pública federal direta. Em 2018, com a ADI nº 4.275, o STF reconheceu o direito de alteração de nome e de gênero no registro civil mesmo sem a realização da cirurgia de redesignação de sexo. Em 2019, o STF decidiu enquadrar a homotransfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989), o que, na prática, significa a criminalização da LGBTQIAfobia. Observando essas decisões, é notável que desde a década de 2000, nosso acesso aos direitos básicos tem crescido. Apesar dos avanços que todas essas legislações representam no contexto brasileiro, devemos fazer algumas observações. Primeiro, como explicam os pesquisadores Henrique Araujo Aragusuku *et al.* (2019), nenhuma dessas iniciativas foi sancionada no âmbito legislativo. Isto significa que não houve aprovação dos itens dentro do Congresso Nacional, o que indica a omissão de parlamentares eleitos com relação às pautas LGBTQIA+. Em segundo lugar, não há dados governamentais que registrem precisamente as estatísticas relativas às comunidades LGBTQIA+, já que até o presente momento, o IBGE ainda não liberou nenhuma pesquisa sobre essa comunidade em âmbito nacional (GGB, 2019). Também não há registros governamentais confiáveis relativos à saúde e à segurança, uma vez que a homolesbotransfobia foi criminalizada apenas em 2019, sob a égide da lei do

racismo³⁹. Pinto *et al.* (2020) ressaltam que os poucos dados coletados pelo governo são relativos à violência, e que o número é subnotificado, já que nem toda violência LGBTQIAfóbica é denunciada. Esses dados também evidenciam que as populações mais atingidas são pessoas trans e lésbicas, sendo as populações negras as mais atingidas⁴⁰. Isso mostra que as violências excedem apenas a sexualidade e “operam de forma interseccional os marcadores sociais de raça/cor, classe, geração, orientação sexual e gênero” (PINTO *et al.*, 2020, p. 9).

Henrique Araújo Aragusuku *et al.* (2020), em seu artigo intitulado *Estado, Políticas Sexuais e Cidadania LGBT no Brasil Pós-Impeachment*⁴¹, expõem que as políticas públicas pró-LGBTI+ propostas durante o governo Lula seguiam a lógica do Neoliberalismo Progressista, em que a realização dos projetos progressistas esbarra na falta de investimento público intrínseca ao neoliberalismo. Isso significa, retomando aquilo teorizado por Fraser (2008), que se priorizaram as políticas de reconhecimento, sem, todavia, associá-las a propostas de redistribuição de recursos públicos, tanto aos sujeitos quanto aos projetos que visam à melhoria da condição de vida destes. Na prática, isso significa que mesmo que os planos e as legislações estejam escritos e publicados, a falta de verba para viabilizá-los limita a possibilidade de mudança social que esses planos teriam. Como explicam os pesquisadores Luiz Mello, Walderes Brito e Daniela Maroja (2012):

as ações e programas esboçados pelo Governo Federal – e também pelos governos estaduais e municipais – **parecem marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais**, tendo em vista: a) **ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado**, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas; b) **dificuldades de implantação** de modelo de gestão que viabilize a atuação conjunta, transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil; c) **carência de previsão orçamentária específica**, materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e d)

³⁹ Ao considerar “raça” como um dispositivo de controle político-social, que não se limita apenas à cor da pele, e sim pune simbolicamente indivíduos unidos por fatores múltiplos, O advogado Paulo Iotti (2019) defende a tese de que a LGBTQIA+-fobia é, na verdade, uma forma de racismo. Iotti (2019) considera os LGBTQIA+ como um grupo *étnico*, por possuírem cultura em comum, dialetos próprios (o *pajubá*) e sofrerem discriminações específicas devido às suas sexualidades e aos seus gêneros. Para ele, “o *heterossexismo* e o *cissexismo* são *ideologias racistas* ao pregarem a heteronormatividade e a cisnormatividade, ou seja, a heterossexualidade e a cisgeneridade *compulsórias*, punindo simbólica, moral e/ou fisicamente quem ‘ousa’ viver a vida de outra forma” (IOTTI, 2019).

⁴⁰ Das vítimas de violências LGBTQIA+-fóbicas, pessoas trans e lésbicas são 46,6% e 32,6% dos casos respectivamente. Além disso, pessoas negras são 50% das vítimas.

reduzido número de servidoras públicas especializadas, integrantes do quadro permanente de técnicas dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p. 418, grifos nossos).

A falta de respaldo governamental marca a fragilidade desses direitos. Ademais, Aragusuku *et al.* (2020) destacam que, na última década, ocorreu uma rearticulação reacionária e o consequente asseveramento do conservadorismo. Fortalece-se uma ideologia em busca de manter o *status quo* de classes privilegiadas e de barrar os avanços sociais voltados às minorias de direitos. A exemplo, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) (BRASÍLIA, 2015; 2019), as eleições de 2014 formaram o congresso mais conservador desde a redemocratização do Brasil, e esse marco foi superado pelas eleições de 2018.

Apesar desse cenário temeroso, lembremos de alguns fatos esperançosos: primeiro, segundo levantamento do Programa Voto com Orgulho (2020), nas eleições municipais de 2020, o Brasil conquistou o número recorde de LGBTQIA+ eleitos. Foram um total de 48 pessoas *queer* eleitas a mandatos, 93 candidaturas eleitas a suplentes, além das 58 candidaturas aliadas à causa LGBTQIA+ que também se elegeram. Em segundo lugar, mesmo que os planos, os decretos e as decisões judiciais não tenham respaldo governamental consolidado, é evidente que a existência destes por si só é um avanço nos direitos das populações LGBTQIA+ brasileiras. Como posto por Mello, Brito e Maroja (2012, p. 424), “no Governo Lula, [...] o aumento da interlocução com representantes da sociedade civil em conferências, [...] amplia o diálogo acerca das decisões políticas”. Ambos os fatores são indicativos de que nossas pautas estão alçando notoriedade, e que a mobilização coletiva é essencial para resistir aos retrocessos promovidos pelos conservadores. Todas as conquistas que tivemos são frutos dos movimentos sociais organizados, tanto no Brasil quanto no caso de Florianópolis, uma cidade que historicamente esteve na vanguarda das lutas LGBTQIA+ no País.

6.3.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO LEGAL EM FLORIANÓPOLIS

Nos últimos dez anos, como frutos da mobilização social da comunidade LGBTQIA+ florianopolitana, foram desenvolvidas, em parceria com o Poder Público municipal, algumas políticas públicas pró-LGBTQIA+. Destacam-se aqui os dois

Planos Municipais de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTQIA+, produzidos em 2012 e em 2019, e a instauração do Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+ (CMDLGBT), em 2016. O Conselho, órgão bastante progressista dentro do panorama de políticas públicas urbanas no Brasil, foi a primeira comissão do tipo criada no estado. Conselhos semelhantes existem em outras cidades do Brasil, como São Paulo (SP), Maceió (AL), Salvador (BA) e Maringá (PR), e nas duas últimas cidades esses conselhos foram criados apenas em 2021. Em Florianópolis, o conselho é integrado por secretarias da prefeitura, entidades da sociedade civil e órgãos de pesquisa das universidades públicas presentes no município. Essas iniciativas têm o objetivo de efetivar os direitos civis da população LGBTQIA+ do município, garantindo o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, à cidade etc.

Apesar de serem bastante progressistas e terem sido desenvolvidas com a participação de grupos que compõem o movimento LGBTQIA+ florianopolitano, destaco aqui algumas problemáticas que interferem na efetivação dos direitos dessas populações. Abordarei especificamente os Planos Municipais de Políticas Públicas, que são as propostas mais completas desse tipo no município.

O primeiro plano foi desenvolvido a partir da I Conferência Municipal LGBTQIA+ de Florianópolis, em 2011. A partir de 11 eixos de ação (Direitos Humanos; Segurança e Justiça; Violência LGBTQIAfóbica; Saúde; Previdência Social, Trabalho e Emprego; Turismo, Cultura, Esporte e Lazer; Comunicação e Mídia; Educação; Nome Social; Juventudes, e Deficiências e Acessibilidade), propunha-se “a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação, à pobreza e promoção da cidadania e direitos humanos” (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 18) para os LGBTQIA+. As diretrizes mais recorrentes visavam capacitações de equipes; campanhas de conscientização; e programas de inclusão de LGBTQIA+ em empresas e na previdência social. Eram ideias generalistas, que não abordavam as especificidades de cada “letra da sigla”. De todas as ideias propostas, uma das poucas que foram efetivadas foi a fundação do Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+.

Já o Segundo Plano foi redigido em 2015, durante a II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT. O documento foi revisado e submetido para apreciação em maio de 2017, mas sua aprovação demorou mais de dois anos para ocorrer. A vereadora Carla Ayres chegou a fazer uma indicação pela

assinatura do plano durante sessão na Câmara de Vereadores, em junho de 2018. Este foi sancionado apenas em julho de 2019, quando o prefeito eleito Gean Loureiro estava afastado e seu vice aprovou-o. Dentro do movimento LGBTQIA+, especula-se que a resistência em aprovar o plano se deve à base aliada do prefeito, constituída por setores evangélicos e da direita florianopolitana.

O plano busca equidade social para pessoas LGBTQIA+ a partir de duas linhas de ação básicas: a sensibilização e a formação continuada de profissionais, e a transversalização das políticas públicas LGBTQIA+ dentro dos sete eixos de ação (Saúde; Previdência Social, Trabalho e Emprego; Turismo, Cultura e Esportes; Educação; Segurança; Comunicação, e Assistência Social). É notável que além de propostas voltadas aos LGBTQIA+ de forma genérica, aborda-se mais diretamente as necessidades específicas de cada *letra da sigla* de acordo com as vulnerabilidades específicas. Houve avanço entre as propostas do I e do II planos – principalmente no quesito de compreender as necessidades interseccionalmente, entendendo as especificidades segundo gênero, sexualidade, raça e classe.

Uma das maiores fraquezas dos dois planos de ação é a ausência de previsão de verbas governamentais para efetivar as medidas propostas. A busca por verbas fica a encargo da CMDLGBT, que deve firmar parcerias com entidades, públicas ou privadas, que possam investir na efetivação destas medidas. Além disso, não são definidos prazos para a realização das ações. O que parece ocorrer é uma desresponsabilização do Estado sobre a efetivação dos direitos humanos LGTBQIA+ no município: ao aprovar as leis que regulamentam tanto os planos quanto a CMDLGBT, a Prefeitura de Florianópolis age como se já houvesse cumprido seu papel, e que o alcance de resultados e metas depende exclusivamente da Comissão e dos movimentos sociais. O caso é semelhante ao apresentado pelo doutorando em ciência política Cleyton Feitosa, em seu livro intitulado Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil. Ao descrever seu trabalho no Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco, uma das entrevistadas relata que:

A dinâmica interna era muito cansativa e os níveis de cobrança advindos do governo eram bem altas. Além disso, a gestão apresentava uma postura indiferente às necessidades estruturais do Centro, assumindo uma concepção gerencialista e meritocrática que concebia o alcance ou não de metas e resultados como sendo única e exclusiva responsabilidade da equipe (FEITOSA, 2017, p. 155).

Isso significa que se impunham grandes cobranças, apesar do baixo investimento no órgão. A falta de aplicação de capital governamental e a obtenção de verba para a concretização das diretrizes propostas apenas por parcerias público-privadas, é reflexo do desenvolvimento de políticas públicas que seguem a lógica do Neoliberalismo Progressista teorizada por Fraser.

Uma das poucas partes efetivadas dos dois planos é o *marketing* turístico LGBTQIA+ do município, promovido através de uma série de iniciativas a nível nacional e internacional. O sucesso dessas iniciativas para além do consumo pode ser questionada, conforme documentado no filme *Depois do Fervo*, lançado pelo jornalista Matheus Faisting, no ano de 2018, uma das mais impactantes análises acerca do contraste entre a imagem de cidade aberta à diversidade e a realidade de LGBTs em Florianópolis. As cenas capturadas por Faisting contrastam o “fervo” da ilha – os eventos carnavalescos e desfiles da Parada LGBTQIA+, que movimentam o consumo cultural deste público – com os relatos de seis pessoas que residem no município e sofreram violências LGBTQIAfóbicas, sendo algumas ativistas e outras pessoas que não atuam diretamente neste movimento social. O diretor retrata a fragilidade da forma como a receptividade aos LGBTQIA+ é divulgada, e a perversidade deste *marketing* que coopta as pautas LGBTQIA+ visando apenas o lucro e ignorando as múltiplas opressões a que somos submetidos.

Ao longo das três últimas décadas, podemos perceber uma mudança de paradigma quanto à inclusão dos LGBTQIA+ no desenvolvimento de planos e ações públicas municipais. Este tipo de inclusão contrasta fortemente com a clandestinidade que marcava os territórios ocupados por gêneros e sexualidades não-normativos até os anos 1980. A partir dos anos 1990, houve a diluição do conceito de *GLS* e o consequente crescimento da percepção dos LGBTQIA+ como um público atrativo para o consumo cultural, que busca reconhecimento identitário nos locais que frequenta. Assim, tanto empresários locais quanto o próprio governo investem em políticas públicas de fomento ao consumo e ao turismo LGBTQIA+.

Apesar disso, a diversidade divulgada pelos governos que comandam Florianópolis acaba por atender a uma população bastante específica, que tem condições monetárias para o consumo cultural representado pelo Mercado Cor-de-Rosa. Veremos os reflexos urbanos desse consumo cultural no próximo capítulo, onde abordo o ciclo de gentrificação mais recente no centro fundacional de Florianópolis.

7. BRANCO DEMAIS: O SEGUNDO CICLO DE GENTRIFICAÇÃO

Desde os tempos da clandestinidade LGBTQIA+, muita coisa mudou no centro da cidade. Aumentou a aceitação social dessas identidades e multiplicaram-se os bares, as casas noturnas, os clubes e os comércios que se autodenominam LGBTQIA+-*friendly*, fenômeno relacionado à criação de uma rede de estabelecimentos que visam conquistar a clientela do Mercado Cor-de-Rosa. Na década de 2010, diversos novos estabelecimentos voltados aos LGBTQIA+ passaram a atrair esses públicos ao centro da cidade em busca de vida noturna e sociabilização. Bares e baladas se estabeleceram na região oeste do centro, mais precisamente nas ruas Padre Roma e Pedro Ivo, e no Parque da Luz.

Devido ao consumo cultural ligado à região do centro histórico de Florianópolis, o capital volta seu interesse ao centro, investindo na região em um novo ciclo de gentrificação. Sob o mesmo mote da “revitalização urbana”, agora apresentada sob imagens e imaginários de “diversidade”, empresas privadas passam a ter interesse na região. Dependendo de qual porção do centro isso ocorre, as renovações são voltadas a públicos diferentes. No caso da região oeste do centro fundacional, as “revitalizações” são voltadas a uma população mais tradicional, heterocisnormativa. Já no Centro Leste⁴¹, as alterações de consumo e urbanidade são voltadas à tão chamada “Classe Criativa”⁴², incluindo a população LGBTQIA+ de classe média. Abordaremos esses dois processos de “revitalização” a seguir.

7.1. A OESTE DA PRAÇA: A GENTRIFICAÇÃO TRADICIONAL

A partir desse discurso de reabilitação, novos projetos foram executados no centro fundacional de Florianópolis. Dois deles foram a “revitalização” do Largo da Alfândega, alvo de uma grande obra entregue em 2020, e a cobertura do vão central do Mercado Público Municipal, finalizada em 2016. Historicamente, o Mercado e o Largo da Alfândega funcionavam como o coração do comércio florianopolitano, por

⁴¹ Centro Leste é um dos nomes usados por seus frequentadores para denominar a porção territorial a leste do Centro Fundacional de Florianópolis, particularmente entre a Praça XV de Novembro e a Avenida Hercílio Luz.

⁴² Richard Florida (2002) cunhou este conceito para descrever os grupos de alta escolaridade e alto poder de consumo que buscam locais com vida urbana ativa, ligados à renovação urbana de áreas degradadas da cidade. Explico Classe Criativa mais detalhadamente no subcapítulo 3.3.

sua ligação com o porto e sua posição central no município. A arquiteta e urbanista Alicia Castells (2018) afirma que, entre meados do século XX e o século XXI, devido às novas formas de transporte e abastecimento de mercadorias, o mercado perdeu a sua centralidade comercial e foi *ressignificado* como um lugar de consumo cultural, “onde se pretende produzir uma “identidade” para a sociedade local, ou então o desaparecimento dessa forma da paisagem urbana e, conseqüentemente, do imaginário.”

[...] **o discurso da obsolescência físico-funcional** e econômica conhecida como o ocaso de um “ciclo natural de vida”, **legitima um conjunto de políticas públicas e projetos privados que pretendem atribuir outros usos** (centros culturais, comerciais ou de divertimento) ou mesmo a substituição dos mercados por edifícios de maior altura, ou mesmo transformá-los em mercados de comida gourmet ou de produtos “típicos”. (...) a disputa por esses espaços não é meramente algo isolado, mas faz parte de uma disputa por um modelo de sociedade e de cidade, por último, **de um tipo de “mercado”** (CASTELLS, 2018, p. 43).

Figura 35 – Locais ocupados por LGBTQIA+ entre os anos de 2005 e 2020



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Até a década de 2010, esses dois pontos turísticos florianopolitanos eram territórios democráticos da cidade. Pessoas de todas as classes, credos, raças, gêneros e sexualidades viam nesse espaço uma possibilidade de exercer suas

redes de sociabilidade. O Largo da Alfândega, por exemplo, era cenário tanto de comércio informal, quanto para prostituição, quanto de eventos culturais gratuitos, como as “Batalhas das Mina”, batalhas de *rap* organizadas por mulheres feministas, e o *Sounds In Da City*, festa de música eletrônica realizada em espaços públicos florianopolitanos.

Em meados desta década, o Poder Público municipal delineou programas de enobrecimento urbano, baseados na ideia de “obsolescência” desses espaços. Silvana Rubino explica que:

gentrificação/enobrecimento, assim como revitalização, requalificação e outros termos análogos [...] mais do que meros eufemismos para uma forma contemporânea de limpeza urbana, passaram a ser "lugares comuns" [...] o que está em jogo com as áreas centrais é o monopólio da violência simbólica, a que grupos cabem decidir o que fazer com elas, dizer o que elas são ao se construir pretensas vocações (essa, uma palavra comum no léxico dos urbanistas). No caso, parece que os estabelecidos invadem o sítio dos *outsiders*, ou melhor, que os novos *outsiders* têm mais ferramentas simbólicas para enquadrar o lugar do que quem antes o ocupou, ali se estabeleceu durante o *rent gap* (RUBINO, 2015, p. 35-36).

No caso do Largo da Alfândega, em 2020 foi concluída uma grande obra que mudou toda a região (figuras 36 e 37). Em entrevista ao NSC Total, a presidenta do Conselho de Desenvolvimento do Centro de Florianópolis (CODECEN), Rose Macedo Coelho, afirma que o Novo Largo da Alfândega “Vai ser uma praça onde o empreendedorismo vai ser o ponto chave, sendo que os feirantes são geradores de emprego e renda. [...] Eu vejo que é um marco para a história do estado de SC” (JUSTINA, 2020).

Figuras 36 e 37 – À esquerda, Largo da Alfândega em 2014, antes da “revitalização”. À direita, Largo da Alfândega em 2021.

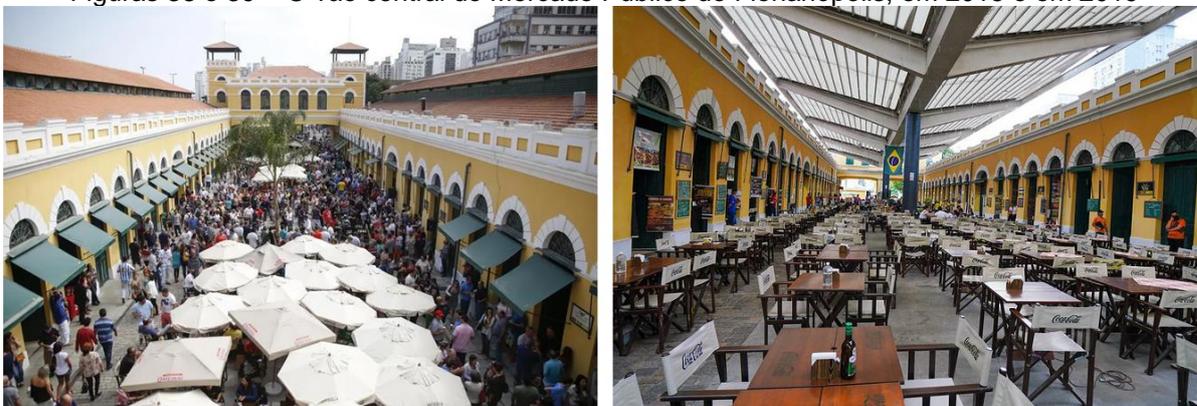


Fonte: à esquerda, Sounds in da City (2014). À direita, Flavio Tin/ND (2021)

Como observado nas figuras acima, toda uma espacialidade urbana que trazia em si a memória florianopolitana – com monumentos à renda de bilro, lojas de artesanato, paralelepípedos de granito tradicionais de áreas de urbanização luso-brasileira – teve seu desenho urbano *normatizado*. Como explica Castells (2018, p. 45), “na normatização da paisagem se materializa a apropriação cultural por parte dos agentes do mercado comercial”. Ou seja, em um gesto em direção à comercialização do espaço público, estabelece-se um *design* urbano universalista, que pouco conversa com o contexto local.

O caso do Largo da Alfândega se torna ainda mais esfíngico quando descobrimos que em 2022 – apenas dois anos após a finalização da obra pública, na qual o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) gastou cerca de 9,4 milhões de reais –, a praça foi “adotada” pela rede de supermercados Fort Atacadista (ND+, 2022). Essa espécie de política pode ser interpretada como uma forma de privatização do espaço público, em que empresas privadas passam a ter domínio sobre as condições de conservação e, até certo ponto, de usufruto dessas espacialidades coletivas.

Figuras 38 e 39 – O vão central do Mercado Público de Florianópolis, em 2015 e em 2019



Fonte: à esquerda, Diorgenes Pandini/Agência RBS (2015). À direita, Ricardo Wolffenbüttel/SECOM (2019)

Outro exemplo destes processos de enobrecimento urbano foi cobertura do vão central do Mercado Público de Florianópolis. Castells (2018) explica que até os anos 2010, o vão central do Mercado Público era um local de encontro e intercâmbios entre as diferentes populações florianopolitanas – já que o local era frequentado por pessoas de todas as classes de renda, raças, formas de consumo –, mantendo-se relevante à vida urbana no centro mesmo após a mudança das formas de consumo. Em 2013, o vão central foi alvo de um concurso de projeto para uma cobertura em seu vão central – promovido em parceria entre Instituto de

Arquitetos do Brasil (IAB) e Prefeitura Municipal –, e a cobertura vencedora foi construída e entregue em 2016 (Figuras 38 e 39). Tanto a equipe de projeto quanto a Prefeitura Municipal defendiam que a instalação da cobertura valorizaria o patrimônio, salientando a narrativa de que o espaço renovado fortaleceria as dinâmicas historicamente instauradas no local. Castells, entretanto, destaca que isso não ocorreu:

Após a sua montagem, pelo tratamento dado a seu pavimento, pelos novos comércios abertos nesse espaço, os equipamentos utilizados para mobília, a delimitação entre eles quais territórios fronteiriços sutis expondo cordas, cores da mobília, marcas, preços, postura e vestimenta de seus atendentes, o conjunto dessas novidades transformou seu público frequentador. **O antigo pátio aberto e público do mercado virou praça de alimentação dos shoppings centers**, com movimento em todos eles e público bastante heterogêneo, mas sempre monitorado, impondo as regras do privado no que aparenta ser público.

Em relação às características das **intervenções (reunidas na família das gentrificações)** que extrapolam a unidade analítica do mercado (podendo ser ruas, praças, edifícios, bairros etc., alvo das forças empresariais) num primeiro momento se evoca a ideia de preservação da tradição (Zukin, 2000), porém, após intervenções, **impõe-se o estilo empresarial. Muda-se a paisagem local por uma global. O novo visual do antigo pátio aberto da trama urbana do centro histórico adota as roupagens da moda empresarial e expulsa a presença tradicional da diferença.** (CASTELLS, 2018, p. 44, grifos nossos).

Figura 40 – Vista de um restaurante do Mercado Público em 2019



Fonte: Camille Panzera (2019).

Com as renovações, ocorreu a instalação de novos comércios, de bares e de restaurantes voltados às classes médias, privilegiando o consumo em detrimento da

diversidade social. Se anteriormente havia públicos heterogêneos se apinhavam ao redor de mesas plásticas, em eventos como rodas de samba e restaurantes históricos como o Box 32, agora se vê restaurantes caros com mesas pouco ocupadas, sob constante vigília de seguranças, separados por signos que apontam sutilmente quem pode e quem não pode estar ali, e de quais formas se pode estar neste espaço (Figura 40). Quem desfruta da permanência são pessoas de classe média mais tradicionais, pessoas em geral mais velhas, heterossexuais, cisgêneras, majoritariamente brancas, que podem pagar pelo consumo no local. Enquanto isso, pessoas negras, *queer* e de baixa renda são vistas ali em dois contextos principais: ou têm sua permanência ligada ao atendimento das classes médias, isto é, como força de trabalho, ou estão apenas de passagem pelo local, atravessando do principal terminal de ônibus de Florianópolis, o Terminal de Integração do Centro (TICEN), em direção às ruas de comércio do centro da cidade.

A partir dos dois exemplos paradigmáticos aqui apresentados – o Largo da Alfândega e o Mercado Público –, pode-se compreender que, na região a oeste da Praça XV de Novembro, é marcada por uma gentrificação tradicional, por assim dizer. Observa-se uma mudança nas dinâmicas socioespaciais muito ligada aos fatores de classe e de raça. Como teorizado por Neil Smith (1996), apresenta-se um *commodificação* do espaço em si, que precisa que o diferencial de renda atinja um ponto crítico para que a comercialização do espaço público se torne interessante aos especuladores. Na próxima seção, abordaremos uma gentrificação *outra*, mais próxima ao consumo identitário, desencadeada no Centro Leste pela frequência das chamadas “classes criativas”.

7.2. O CENTRO LESTE: MERCADO COR-DE-ROSA, GENTRIFICAÇÃO E PACTO NARCÍSICO

Historicamente, a área a Leste da Praça XV de Novembro – o Centro Leste – é um território em disputa. Segundo Veiga (2010), desde antes da construção da Avenida do Saneamento (atual Avenida Hercílio Luz), a região era uma territorialidade majoritariamente negra. A arquiteta e urbanista Marina Cecília de Souza (2022) explica – em sua pesquisa intitulada “*Das Lavadeiras ao Madalena Bar: estudo histórico-urbanístico dos 100 anos da Avenida Hercílio Luz*” – que após

a abolição da escravatura, os ex-escravizados florianopolitanos foram entregues à própria sorte. Estes encontraram nas margens do Rio da Bulha, então periferia do centro fundacional, residências e serviços. Giorgia Domingues (2010) destaca que a paisagem urbana que se formava ali era de pobreza: populações de baixa renda viviam em casebres e cortiços, ocupados por mais pessoas do que poderiam comportar; nas ruas, não havia saneamento público.

Segundo Domingues (2010, p. 76), motivada por um discurso moralista da elite florianopolitana, que se incomodava com “a presença de prostitutas, negros, mendigos, alcoólatras, loucos, ‘mulheres-homens’, vendedores ambulantes, homossexuais, menores abandonados e boêmios nas ruas do centro da cidade”, foi realizada uma grande obra de higienização urbana marcada pela expulsão em massa de toda a população de baixa renda da região. Assim, se iniciaram as obras de canalização do Rio da Bulha e a construção da Avenida do Saneamento.

Figuras 41, 42 e 43 – Acima, canalização do Rio da Bulha (1919) para construção da Av. do Saneamento. À esquerda, Beco Sujo em 1920; suas casas e cortiços foram demolidos após a construção da Av. do Saneamento (atual Av. Hercílio Luz). À direita, a Av. do Saneamento em 1938



Fonte: Acervo da Casa da Memória (1919, 1920, 1938).

Antagonicamente, como podemos ver nas figuras acima, os sujeitos cujas mãos de obra foram exploradas para escavar o canal e erigir a avenida eram, em sua maioria, pretos e pobres. Fazendo uma leitura dessas imagens, podemos observar um paralelo com a exploração da classe operária pela classe burguesa, como teorizado por Marx e Engels (2010). Nesse caso, observo ainda a perversidade desse espaço racistamente construído, que além de explorar o trabalho de pessoas negras, ainda as expulsa do próprio espaço por elas cartografado. Segundo Eliane Veiga (2010), após a obra, o local se tornou o destino favorito das classes mais abastadas de Florianópolis, em sua maioria brancas. Enquanto isso, a negritude florianopolitana foi espacialmente segregada para o Maciço do Morro da Cruz, à época uma região distante do centro da cidade.

Souza (2022) observa que os fluxos de investimento estatal se deslocaram para outras regiões de Florianópolis a partir de meados do século XX. A partir dos anos 1970, esse território – precarizado pelo ciclo de desinvestimento, como explicado por Neil Smith (1996) –, estabeleceu-se um clima favorável para que sujeitos desviantes reconstruíssem progressivamente suas redes de sociabilidade. Isso viabilizou a consolidação na Av. Hercílio Luz de um dos mais importantes pedaços LGBTQIA+ florianopolitanos. Como já mencionado, ali se localizou um dos primeiros bares reconhecidos como território *homossexual* do município, o bar Roma (que funcionou entre 1973 e 2001). O pesquisador Glauco Ferreira (2012) destaca que a avenida era relacionada como um dos espaços de homossociabilidade, tanto pela existência de estabelecimentos voltados para o público *GLS* quanto pelas territorialidades usadas para *cruising* e prostituição.

Figura 44 - Tweets do jornalista Carlos Damião, relatando cenas de 2022 e dos anos 2000



Fonte: Twitter de Carlos Damião (@damiao_FLN) (2022).

Quando ainda era ocupada para a prática de sexualidades desviantes, a área a leste do centro fundacional apresentava certo grau de diversidade de raça e de classes, pois o espaço costumava ser ocupado por populações que sofriam opressão social, dentre elas os LGBTQIA+, as prostitutas e as pessoas em situação de rua. Como visto na Figura 44, o jornalista Carlos Damião relata em seu Twitter uma cena comum ao longo dos anos 2000. A Av. Hercílio Luz, então desvalorizada, era uma das regiões florianopolitanas onde se praticava a prostituição de rua – o chamado *trottoir*. A espacialidade era frequentada por pessoas de diversas classes sociais em busca de prazeres carnavais, tanto em busca de michês quanto garotas de programas cisgêneras, ou travestis e transgêneras.

Figuras 45 e 46 – A Avenida Hercílio Luz, em 2005 e em 2019



Fonte: Acervo Carlos Damião (2005, 2019).

Nos anos 2000, novamente partindo de uma construção ideológica de *decadência* do espaço urbano, fortaleceu-se um discurso que defendia a

“revitalização” da Av. Hercílio Luz. Essa obra foi “fortemente orientada por interesses especulativos individuais-setoriais” (CAFRUNE, 2009, p. 65), voltada para beneficiar apenas uma população de classe média que desejava desfrutar de um território *nobre*, ou enobrecido, no coração da cidade. Para tal, em 2008 foram realizadas obras para a cobertura do Rio da Bulha e renovação ao longo de toda a Avenida (Figuras 45 e 46). Segundo Souza,

No caso da Avenida Hercílio Luz, observa-se um sinal desta forma de urbanização na cobertura do Rio Da Bulha, obra finalizada em 2008. Ali, novamente observamos uma rua nos moldes europeus: o rio coberto se torna um largo canteiro central densamente arborizado, recebe uma ciclovia de qualidade, bancos e mesas de dominó, e se torna o local ideal para as elites encontrarem lazer, passearem com seus cachorros e aproveitarem seus dias ao sol. Enquanto isso, novamente ocorre uma tentativa a marginalizar os grupos socialmente oprimidos (SOUZA, 2022, p. 20).

Como consequência deste processo, também se afastaram dali os eventos e práticas sociais desviantes. A título de exemplo, a partir de 2009, o Carnaval do Roma e o Concurso *Pop Gay* foram impedidos de ocorrer na Av. Hercílio Luz, ambos organizados pela Prefeitura desde 1993. Ferreira (2012, p. 88) destaca que o argumento utilizado para a transferência era o fato de que “com a urbanização e com um novo projeto de paisagismo não seria possível realizar mais o carnaval nas imediações da Avenida”. Nota-se como a arquitetura e o urbanismo – através de seus discursos e própria materialidade “paisagística” – foi utilizado como instrumento neste processo de “transferência”, ou talvez, “remoção” das comunidades *desviantes* que ajudaram a compor a atratividade cultural desta região. Além da descaracterização do evento, podia-se observar a higienização das próprias práticas consideradas aceitáveis na Av. Hercílio Luz. Entretanto, apesar dessas intervenções do poder público, a Av. Hercílio Luz não deixou de ser um território *desviante*.

Antes de prosseguir, observemos qual o recorte territorial em que ocorrem as sociabilidades diversas a leste da Praça. Esta informação está espacializada na cartografia presente na Figura 47.

Figura 47 – Locais ocupados por LGBTQIA+ entre os anos de 2005 e de 2020



Fonte: Acervo pessoal (2022).

A partir de meados dos anos 2010, nessa região, se observou o surgimento de bares, de casas noturnas e de restaurantes, bem como locais de trabalho ligados à indústria da tecnologia. Estimulados por essa efervescência, esse território passou a ser reconhecido como um polo de atratividade cultural. No mesmo momento, o Centro Leste passa a ser um polo de atratividade para certas parcelas de jovens moradores de Florianópolis. Públicos diversos entre si – LGBTQIA+ e heterossexuais, pessoas de classe média e de baixa renda, populações negras – viram na região uma possibilidade de lazer noturno. Essa nova dinâmica urbana, entretanto, gerou conflitos entre moradores, frequentadores e o Poder Público. São essas dinâmicas que abordaremos na próxima subseção.

7.2.1. AS SOCIABILIDADES DIVERSAS A LESTE DA PRAÇA

Em tempos mais recentes, desde meados dos anos 2010, ocorreu o influxo de jovens *hipsters*, trabalhadores da indústria criativa, ligados às *startups* e

empresas de tecnologia de ponta e outros sujeitos de classe média, que passam a frequentar a região, tanto a trabalho quanto em busca de lazer. Esses grupos podem ser definidos como “Classe Criativa”, termo cunhado por Florida (2002). Para o autor, essas pessoas têm interesse em regiões que ofereçam empregos, comércio, lazer, entretenimento e cultura, e que sejam diversos quanto à representatividade racial, de sexualidade e de gênero. A *mix* entre cultura e diversidade se apresenta como um dos valores principais para essa “Classe Criativa”, entretanto, sob um viés específico, a saber, promovendo o reconhecimento da diversidade de seus membros através do *consumo*.

A partir dessa atratividade à Classe Criativa, novos comércios voltados a essas populações surgiram no Centro Leste, cujos donos são e reafirmam a importância política de ser LGBTQIA+, tomando isso como padrão em seus estabelecimentos. É o caso do La Kahlo e do Madalena, ambos bares feministas comandados por lésbicas. A Rua Victor Meirelles e a Avenida Hercílio Luz ganham destaque por serem fortemente usadas para a sociabilização desses grupos no espaço público (Figura 48). Segundo reportagem de 3 de maio de 2019, do jornalista Leonardo de Abreu para o NSC Total:

A rua Victor Meirelles, entre Saldanha Marinho e Avenida Hercílio Luz, em Florianópolis, se transformou no maior ponto de encontro dos jovens nas noites de sextas e sábados. Em apenas duas quadras, sete bares disputam a frequência **de estudantes, artistas e pessoas ligadas à arte e à cultura**. [...] hoje a rua fica totalmente tomada entre às 21h e 2h da madrugada, transformando-se no principal ponto de "esquentar" para as demais baladas da região, e **ajudando a revitalizar o espaço até então abandonado e perigoso** para quem quisesse circular pelo centro da cidade nesse horário (ABREU, 2019, grifos nossos).

Figura 48 – Rua Victor Meirelles em 2019, ocupada no período noturno por jovens *alternativos* e LGBTQIA+



Fonte: Leo Munhoz/NSC Total (2019).

Esses *pedaços* LGBTQIA+, locais de alta permissividade às vivências desses sujeitos, surgem nos mesmos recortes territoriais frequentadas por essas populações ao longo das décadas de 1970 e de 1980. A diferença é que não surgem mais como nichos de resistência à opressão, como era no período da clandestinidade, e sim como locais de assimilação através do consumo.

Façamos aqui uma aproximação das ideias de consumo cultural e de Mercado Cor-de-Rosa, em que o desejo por visibilidade e diversidade são utilizados como ferramentas para motivar o consumo que atenda às subjetividades LGBTQIA+. Devido ao consumo identitário, incide um recorte de classe, que privilegia aqueles que pertencem à classe média. Isso significa que, apesar de ser um passo importante sob um ponto de vista de reconhecimento e de representatividade, esse processo garante a inclusão apenas daqueles que poderiam pagar para terem suas subjetividades reconhecidas (MARSIAJ, 2003).

Além disso, o carnaval de rua do município se fortaleceu nos últimos cinco anos levando em conta principalmente a multiplicação do número de blocos de rua voltados aos LGBTQIA+. Rememorando os tempos do Carnaval do Roma, a Avenida Hercílio Luz assumiu um papel de coração do carnaval *queer* florianopolitano, com novos blocos, festas e desfiles voltados ou permissivos a estes comportamentos não normativos. Os bares supracitados inclusive promovem seus

próprios blocos de carnaval, como o Não Me Kahlo. Outro bloco importante nesse contexto é o Bloco da Bicharada (Figuras 49, 50 e 51), em que seus participantes se fantasiam de bichos (ou *bichas*⁴³) para pular carnaval seguindo a bateria que toca apenas músicas com temáticas de reino animal.

Figura 49, 50 e 51 – Acima, o Bloco da Bicharada de 2020. Abaixo, algumas fantasias: na esquerda, Julia Miola é um polvo e Stefani Dias é um siri; na direita, Bruno Jordão é uma arara



Fonte: Acima, Instagram @bicharadabloco (2020). Abaixo, à esquerda, Acervo Julia Miola (2020) e à direita, Acervo Bruno Jordão (2020).

Como resultado, a região do Centro Leste de Florianópolis vem sendo um importante ponto de atratividade para a sociabilização de jovens LGBTQIA+, bem como para outros grupos que se veem atraídos pela vida cultural da região e sua diversidade. Por conta do “fervo” que se ampliou nas noites do Centro Leste nos últimos cinco anos – com novos bares, festas urbanas gratuitas e ocupações de rua

⁴³ Uso *bichas* de forma jocosa, como reapropriação de expressão utilizada para oprimir homens gays.

– as cercanias da porção sul da Av. Hercílio Luz assumem um inédito significado especialmente para as populações catarinenses de baixa renda.

Ali, surge um *fluxo* organizado coletivamente através das redes sociais. Esse *fluxo* urbano tem uma íntima relação com a dinâmica das redes sociais, notoriamente populadas pelas comunidades jovens LGBTQIA+. Kenyatta Mugo dos Santos Filho (2021) explica que *fluxo* foi uma nomenclatura criada por jovens paulistas de baixa renda para designar festas populares de rua embaladas pelo estilo musical de *funk*. Pode-se dizer que a representatividade de comunidades não normativas nas redes também está associada ao ambiente urbano. Isso ocorre porque essas redes são um importante instrumento de organização por oferecerem um ambiente virtual relativamente anônimo, em que esses sujeitos estão livres para se expressarem. Em Florianópolis, após o carnaval de 2019, passa a ocorrer o Baile do Madalena, fluxo composto por populações majoritariamente negras e de baixa renda. Souza (2022) explica que:

O baile era frequentado e organizado por jovens periféricos, chavosos⁴⁴, em sua maioria negros, e nele as pessoas levaram caixas de som que só tocavam funk. Para esses jovens, o funk não é apenas um ritmo musical, é também forma de expressão e identificação. O Baile do Madalena também se tornou uma identidade a nível local, com sua presença extrapolando os limites da Avenida Hercílio Luz. A presença online acontece no Instagram e no Twitter, com nome de usuário @bailedomadalena, onde se divulgava o horário de início do baile. Na conta do Twitter há a divulgação de um evento feito conjunto pelo Baile do Madalena e uma casa noturna, mostrando a relevância do baile na cena noturna da cidade. Além disso, uma música foi lançada por um funkeiro local, MC Alysson, com título “Baile do Madalena”, onde o evento é citado. No meu entendimento, essa é a confirmação da grandeza do baile, confirmando-o como marco cultural para os seus frequentadores (SOUZA, 2022, p. 25).

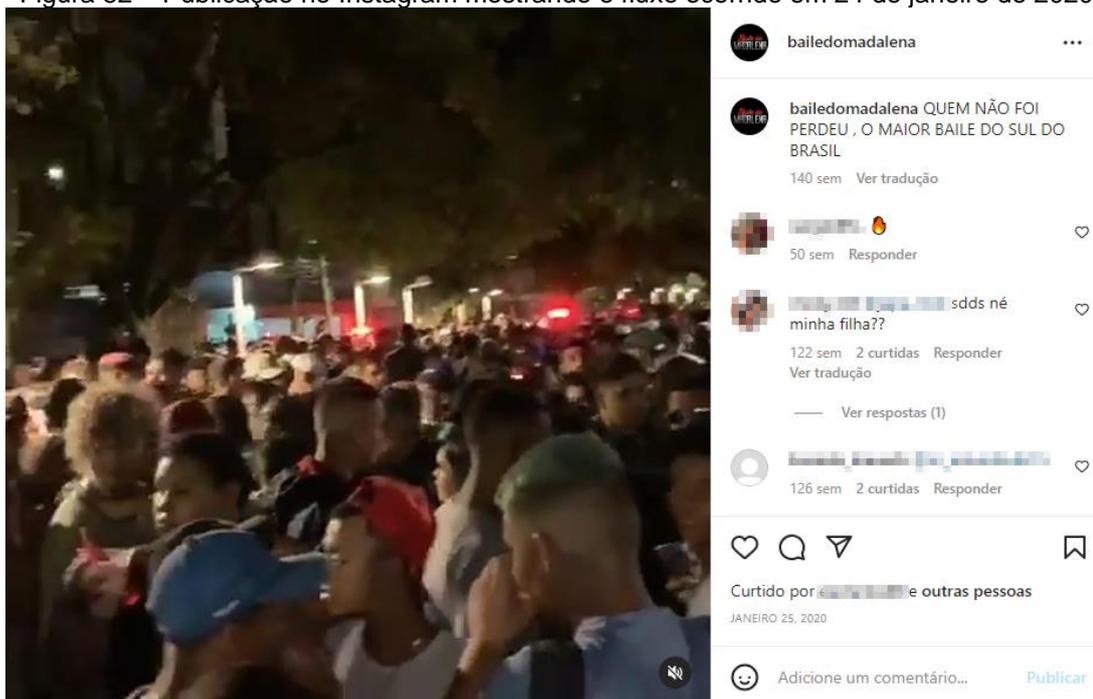
Como se pode ver pela Figura 52 e pela descrição de Souza (2022), o Baile do Madalena proporcionou uma grande afluência de pessoas negras e de baixa renda na região do Madalena, bar na Rua Victor Meirelles, próximo à esquina com a Av. Hercílio Luz. Em uma noite de setembro de 2019, por exemplo, a polícia chegou a registrar a presença de cerca de 5 mil pessoas reunidas para o “fervo” da Rua Victor Meirelles, parte das quais frequentadoras do Baile (SILVA, 2019).

A partir do surgimento do Baile do Madalena, pode-se perceber uma mudança ideológico-discursiva na percepção da ocupação do Centro Leste. O que era

⁴⁴ Filho (2021, p. 55-56) explica que chavoso é “o visual funkeiro, o tênis, a calça, o boné, o *cropped* ou o short jeans – para mulheres – e, as bermudas largas – para os homens –, tudo precisa ser chavoso com a finalidade de “parar o baile” como diz MC Daleste na letra de seu funk ostentação”.

descrito por Leonardo de Abreu (2019) como o “maior ponto de encontro dos jovens nas noites de sextas e sábados [...] entre às 21h e 2h [...] ajudando a *revitalizar* o espaço até então abandonado e perigoso”, passou a ser retratado pela polícia como uma “perturbação do silêncio no local [onde] os alvarás estão permitidos até meia-noite” (SILVA, 2019).

Figura 52 – Publicação no Instagram mostrando o fluxo ocorrido em 24 de janeiro de 2020



Fonte: Instagram do Baile do Madalena (@bailedomadadena, 2020).

Nesse momento, começava a se consolidar o discurso de que a polícia precisava intervir na festa, e era comum ver viaturas circulando pela área a partir das 21h de sexta e de sábado. As luzes vermelhas na figura acima explicitam o policiamento ostensivo que rondava o baile. Para tentar evitar atritos com o poder público e com os outros usuários do Centro Leste, os organizadores do evento estabeleciam algumas regras de convivência, como se pode ler no *tweet* do @madalenabaile a seguir:

BailedoMadalena 🤪🤩 OFICIAL
 Sexta 21hrs
 Sabado 15hrs até no outro dia
 REGRAS DO ROLE

Quem não recolher seu lixo vai levar varios chute.
 Não eh p tirar a polícia p nada, se o Coronel eh conosco contra nós ninguem será.
 Quem brigar vai ficar de castigo numa salinha do IEE.
 Quem não endoidar, vai ser mandado embora. (BAILE DO MADALENA; TWITTER: @MADALENABAILE, 2019).

Apesar das orientações dos organizadores do baile, portais de notícias continuam por ressaltar a “baderna”⁴⁵ que se instaurava no território. Devo ressaltar que em nenhum momento a mídia local menciona especificamente o Baile do Madalena como fenômeno gerador da confusão. Apesar disso, lendo as reportagens com olhos críticos, podemos perceber os moldes discursivos que sutilmente (ou nem tanto) constroem a ideologia racista por trás dos textos.

Em uma reportagem de agosto de 2019 do portal ND Mais, por exemplo, uma autora descreve que “a área leste do centro histórico de Florianópolis [...] deixa de ser palco de um agradável *happy hour* e passa a ser um suplício para moradores e proprietários de comércio” (LUZ, 2019). A matéria continua por explicar que os “problemas” ali começaram “logo após o carnaval, quando o fluxo de pessoas nessa região aumentou muito”. Como resposta a esse *fluxo*, a polícia militar aumentou o policiamento na área, utilizando-se do aparato estatal para efetivar um controle social-moral nesse *pedaço*, exatamente como teorizava Foucault (1999, 2004). Imaginemos a paisagem de repressão que se conformava ali, a partir de um relato de uma entrada em meu diário de campo, escrito logo após uma incursão artística à região em 2019⁴⁶.

Chegamos ao centro na sexta-feira, 30/08, por volta das 00h. Encaminhamo-nos, de carro, para estacionar na região da Avenida Hercílio Luz. Devido às brutas ações policiais na Rua Victor Meirelles e ao toque de recolher imposto à população durante o último mês, a região da Pedreira⁴⁷ estava vazia. Cerca de dez policiais impediam o acesso à avenida, alguns deles portando grandes armas de balas de borracha. Ao desviar o caminho para a Praça XV de novembro, vimos mais alguns policiais em ruas adjacentes à Victor Meirelles.

Fomos obrigadas a circular em uma direção pré-definida pelos policiais. Estacionamos o carro ao lado da Praça XV e saímos apenas com nossas bolsas rumo à rua Felipe Schmidt. Ao ver um carro de polícia vindo em nossa direção, viramos a esquina da Rua Trajano e andamos até o tapume que cerca o Largo da Alfândega. Ali, colamos o primeiro lambe. Notamos a presença de guardas ao longe, no mercado público, e decidimos voltar à Rua Felipe Schmidt.

Vimos, então, um carro de polícia estacionado em frente ao ARS. Ao passar pelo veículo, entretanto, um policial abriu a porta para nos assustar. Nossa interpretação foi de que ele queria que corrésemos, para que houvesse motivos para nos abordar. Continuamos caminhando calmamente em direção à Rua Pedro Ivo. A mais de trezentos metros de distância, eu ainda sentia os olhos do militar pregados em mim, esperando que ocorresse algo de errado.

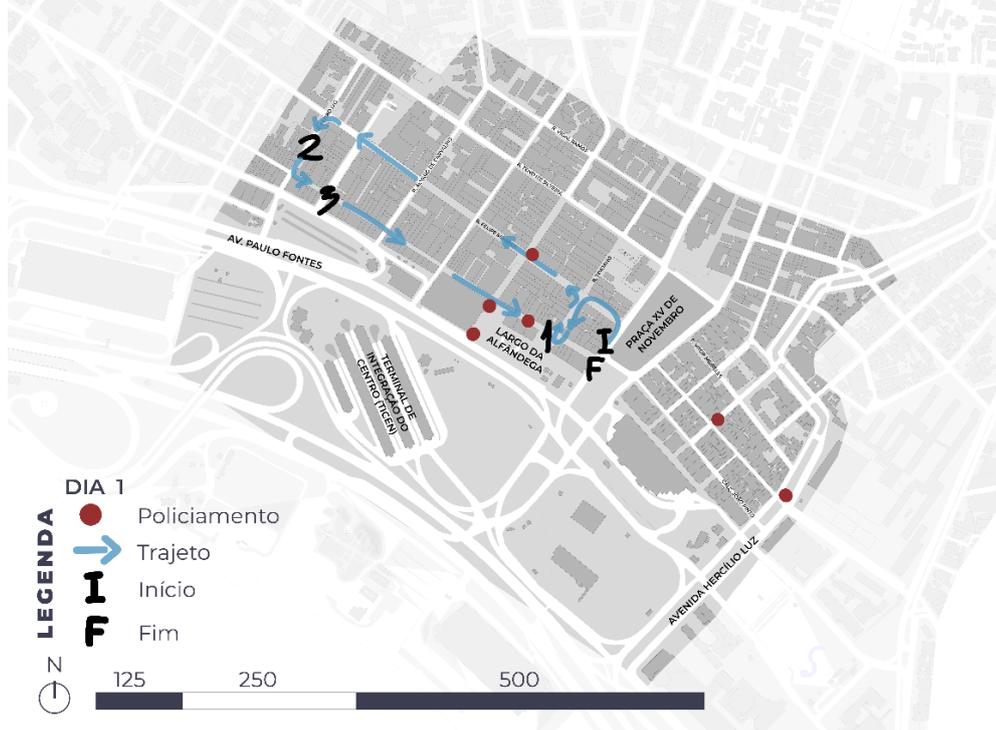
⁴⁵ Expressão que designa pejorativamente situações de bagunça ou de confusão.

⁴⁶ Para melhor compreensão, na Figura 53, mapeio o trajeto descrito.

⁴⁷ Antigo nome dado à região entre a Praça XV de Novembro e a Av. Hercílio Luz.

A sensação de estarmos sendo vigiadas só passou quando chegamos à frente do Blues Velvet, local onde colamos o segundo lambe. Ali, esperamos cerca de dez minutos, para recobramos a calma. Devido ao intenso policiamento, conversamos e decidimos não continuar a afixação dos lambes. Assim, retornamos em direção à Praça XV. Paramos na Rua Sete de Setembro para colar o terceiro e último lambe da noite. No caminho, notamos ainda mais guardas no Mercado Público. Além disso, outro carro de polícia passou por nós na Rua Conselheiro Mafra, quando já estávamos bastante próximas da Praça XV

Figura 53 – Trajeto descrito em minha entrada do diário de campo, escrita em 2019



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Como é notável pelo trecho do diário de campo, a presença da polícia era ostensiva, podendo ser lida como uma ferramenta de controle das sociabilidades desviantes à norma socialmente imposta. Apesar disso, nenhum dos grandes portais de notícias da mídia tradicional de Florianópolis fizeram críticas à violência policial que incidia sobre esses sujeitos. Apenas duas reportagens que descrevem a violência policial na região foram encontradas, ambas do Portal Catarinas – Jornalismo com Perspectiva de Gênero. Descrevendo essas duas matérias, Marina Souza (2022) afirma:

Nesse período, os embates entre a polícia e a população eram frequentes. No dia 24 de agosto de 2021, houve disparos de bala de borracha para expulsar quem estava no Baile do Madalena (GUIMARÃES, 2019). Alguns meses depois, no carnaval de 2020, outro relato de violência policial veio à tona, quando seis jovens foram insultadas e agredidas por agentes da PM-SC (WANDELLI, 2020). É importante notar que os casos de violência policial não foram noticiados por grandes veículos da mídia, e sim por veículos alternativos como o Portal Catarinas. (SOUZA, 2022, p. 25)

Fazendo uma leitura do que isso representa na construção ideológico-discursiva das grandes mídias, compreendo que o silêncio das mídias tradicionais é, na verdade, um gesto de complacência. Essa brandura não está presente apenas na mídia, mas também dentre os proprietários de negócios e as populações de classe média que frequentam as noites do Centro Leste. Um empresário local relata, por exemplo, que “o público está deixando de vir porque não se sente mais seguro. Mas quando a Guarda ou a PM está por aqui inibe pelo menos 90% do fluxo de ambulantes” (LUZ, 2019).

É evidente que com essa breve análise discursiva não pretendo defender a perpetuação da criminalidade que, segundo relatos de usuários, incidia no Centro Leste no ano de 2019 (LUZ, 2019). Na verdade, minha intenção é estimular a percepção de que os discursos que justificavam a violência policial geralmente omitiam *sobre quem* incidia essa violência. Em um trecho de sua pesquisa, Souza (2022, p. 21) descreve que “a ocupação desse território por jovens negros e periféricos passou a incomodar a elite florianopolitana, levando a retomada da higienização social, como já havia acontecido na construção da Avenida Hercílio Luz”. Arrisco dizer, inclusive, que esse incômodo da “elite florianopolitana” em dividir o espaço público com “jovens negros e periféricos” configura uma expressão do que Maria Aparecida Bento (2001) chama de pacto narcísico da branquitude. Esse pacto narcísico leva as classes médias brancas – sejam elas pessoas cis hétero, repórteres, empresários, pessoas *alternativas*, ou mesmo outros sujeitos socialmente oprimidos, como os LGBTQIA+ brancos e de classe média – a uma postura complacente para com o policiamento ostensivo, desde que incida apenas sobre sujeitos pretos e pobres.

Sendo assim, mesmo levantando a bandeira da diversidade e da aceitação social aos LGBTQIA+, os públicos *alternativos* de classe média continuam reproduzindo o racismo estrutural, e estruturante, da sociedade brasileira. A partir da apropriação desse discurso, observa-se que o próprio espaço urbano passa por um processo de homogeneização levado a cabo, perversamente/paradoxalmente, em nome da diversidade, através da combinação entre atratividade à Classe Criativa e o apelo do *marketing* LGBTQIA+-*friendly*. Nele, o consumo cultural, atrelado ao consumo de imagens de diversidade, é uma das ferramentas encontradas para se embasarem as propostas de “revitalização” do território a leste do centro. Na

próxima subseção do texto, abordaremos a forma que essas estratégias se consolidam no contexto do Centro Leste.

7.2.2. PROJETOS E DISCURSOS

Apesar da boa intenção das políticas e dos públicos alternativos na inclusão dos LGBTQIA+, o reflexo urbano perverso do consumo cultural e da diversidade que atrai estudantes, artistas e pessoas ligadas à arte e à cultura, é a gentrificação. Utilizando a teoria de Fraser (2018), podemos afirmar que esta é uma faceta do Neoliberalismo Progressista, em que as pautas de movimentos sociais são apropriadas para gerar o autorreconhecimento identitário através da exploração capitalista. Já Zukin (1995) apresenta a ideia de consumo cultural, em que partes das culturas de grupos socialmente oprimidos são utilizadas para a construção de experiências de consumo e de ambientes urbanos “autênticos”, a serem consumidos por aqueles que podem pagar.

Desde 2017, com o influxo da Classe Criativa, podemos observar a ocorrência de um processo gentrificador ocorrendo nesse espaço historicamente ocupado por LGBTQIA+, marcadamente por populações LGBTQIA+ pobres e negras. Conforme evidenciado no estudo desenvolvido pelos arquitetos e urbanistas Soraya Nór, Aline Cavanus e Gustavo Rodrigo de Souza (2018, p. 82), percebe-se que incide sobre a área a leste da Praça XV de Novembro uma pressão pela “revitalização” da região, atualizando, sob o véu da diversidade *queer*, o velho discurso higienizante que define a história urbana do centro fundacional de Florianópolis.

“Na área leste do centro de Florianópolis, esses elementos estão bem visíveis, os bares boêmios, o comércio popular, as ruas estreitas e antigas, as edificações neoclássicas em estado de abandono. Um cenário atrativo para o discurso de requalificação urbana

[...]

o clima de “crise” ou decadência do local é usado como incentivador desses planos ditos salvadores. A gentrificação torna-se a consequência desse discurso, sob o disfarce de “reabilitação”. O que decorre são partes requalificadas da cidade destinadas para públicos específicos, onde não cabem mais vestígios dos problemas sociais das camadas mais carentes da população” (NÓR; CAVANUS; SOUZA, 2018, p. 82),

Na região, destaca-se um projeto em específico: o Centro Sapiens. A iniciativa lançada em 2015 consistia em uma parceria entre diversas fundações,

dentre elas o Grupo Sapiens Parque, a PMF, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI). Tinha como objetivo revitalizar essa região da cidade, tornando-a um polo de inovação que reuniria artes, *design*, tecnologia, turismo e gastronomia (VIA, 2021).

Figura 54 – Manchete do portal de notícias FloripAmanhã, em 2021

ACATE Startups e Cocreation unem forças para fomentar inovação e empreendedorismo em SC

18/10/2021

Tags ▼ Categorias ▼



Fonte: FloripAmanhã (2021).

Uma de suas principais atuações foi no estímulo ao empreendedorismo, através da criação de incubadoras de *startups* e de ambientes de *coworking*, como se pode ver na manchete do portal FloripAmanhã, retratada na Figura 54. Na notícia, pode-se ler acerca da atuação conjunta entre *ACATE Startups* e *Cocreation Lab*, duas incubadoras de *startups* que atuam no município de Florianópolis. O *Cocreation Lab*, em especial, tem sua sede no Museu da Escola Catarinense (MESC), na Rua Saldanha Marinho. Dos janelões aos fundos do MESC, onde está a incubadora de *startups*, vê-se a Av. Hercílio Luz.

Como propostas urbanísticas, previam modificações como a melhoria dos calçamentos, a mudança da fiação pública aérea para subterrânea e o uso de modais de transporte elétricos. Além disso, seus idealizadores visavam se apropriarem de edificações subutilizadas ou desocupadas para a criação de *hubs* colaborativos de estímulo ao empreendedorismo digital. Sob o discurso de

renovação urbana, esse tipo de proposta, caracterizada como planejamento urbano estratégico, “visa a produtividade e a competitividade, submetendo as cidades às mesmas lógicas das empresas” (NÓR; CAVANUS; SOUZA, 2018, p. 82). Ou seja, a cidade passa a ser percebida como um produto, a ser divulgado e comercializado de acordo com seu potencial de lucratividade à iniciativa privada. Como decorrência desse tipo de iniciativa, os custos de vida no local aumentam, desde aluguéis, mercadorias até lazer. Para Silvana Rubino:

O espaço pode ter o mesmo papel na ordenação simbólica de *habitus* culturais e de classe, e a gentrificação representa uma forma de reestruturação de ordens simbólicas de tempo e espaço em relações de classe. [...] A área central revitalizada torna-se uma vitrina de diferença e distinção, e é a estética que sinaliza o aspecto qualitativo. No que tange o espaço e suas lutas, o *habitus* é caracterizado por bairros, moradia, estilo de vida e consumo (RUBINO, 2015, p. 34).

Desencadeia-se um novo ciclo de gentrificação a partir do fortalecimento de um consumo cultural no local, o surgimento de novos restaurantes, de bares e de casas noturnas que atendem ao público alternativo e a uma demanda de consolidação do *pink market*, juntamente da proposta do Centro Sapiens. Ocorre um influxo de pessoas de classe média, em sua maioria brancas, ligadas à Classe Criativa. Esse grupo de pessoas é permissivo aos LGBTQIA+, desde que estes tenham experiências culturais próximas às suas. Nessa região, constrói-se um *Mercado Cor-de-Rosa* que atende aos LGBTQIA+ que podem ter suas identidades reconhecidas através do consumo.

Essa forma de territorialização dos sujeitos de classe média – que, como explicado na última seção, segue uma lógica complacente ao racismo estrutural – propicia o cenário ideal para a formação de um (não tão) novo discurso de “revitalização”. No caso do Centro Sapiens, apesar de usar novas expressões – como Classe Criativa, *startups*, *hub* de inovação etc. –, observa-se, nos argumentos a favor da implantação dessa *Criativanópolis* (figuras 55 e 56), um forte caráter higienista. A título de exemplo, em uma entrevista concedida à jornalista Marianne Oliveira Ternes em 2016, o coordenador do projeto Centro Sapiens comenta:

Eu gosto muito de **Barcelona**, sabe? Acho que **a Praça XV podia ser como a La Rambla**, um lugar onde tudo acontece. Imagino uma coisa assim: todas aquelas casas históricas pintadas nas cores originais, os barzinhos abertos em tempo integral, os museus funcionando, a feira Viva a Cidade ativa. E muito movimento, as pessoas passeando por ali, com guias de turismo e tudo mais. [...] E aí tem também escritórios como aqueles que eu vi **na Suíça**, com um superjanelão, que a gente consegue ver da rua os

relojeiros trabalhando. Só que em vez disso tem um cara lá com uma impressora 3D.”

[...]

Na procura por um lugar para colocar a ideia em prática, **a área leste do Centro Histórico de Florianópolis apareceu como um lugar ideal.**

“Nós achamos esse lugar espetacular para fazer economia criativa. A maior quantidade de sebos está lá, as antiguidades, bares tradicionais, a Viva a Cidade. **A economia criativa** gira lá, ferve lá” (TERNES, 2016).

Figura 55 e 56 – À esquerda, evento realizado em 2019 no Cocreation Lab, no MESC. À direita, folheto "Criativanópolis", distribuído em 2018 pelo Centro Sapiens. Cabeçalho denomina o Centro Leste como "Distrito Criativo"



Fonte: Facebook Centro Sapiens (2019, 2018).

Já o jornalista Renato Igor (2022), em coluna ao NSC Total, afirma que a “Avenida Hercílio Luz pode virar a Champs-Élysées manezinha”. Segundo ele:

A Avenida Hercílio Luz, em Florianópolis, terá uma alameda no novo formato de convivência e ocupação do espaço público com o edital que vai definir uma empresa que fará instalação e manutenção de mesas e cadeiras. A ideia de alameda retoma ao projeto original inspirado na Avenida Champs-Élysées, de Paris, na França.

O ex-governador Hercílio Luz, após viagem à Europa, planejou uma via ao estilo parisiense e que ajudasse no saneamento da cidade

[...]

A avenida Hercílio Luz está no centro da polêmica da ocupação do espaço por jovens nos finais de semana, o funcionamento dos bares e o sossego dos moradores. Espera-se que as mudanças permitam a atividade legal dos estabelecimentos e a frequência dos jovens que levaram vida ao centro leste e histórico da cidade (IGOR, 2022).

Lendo essas duas perspectivas, experiencio uma desagradável sensação de familiaridade entre essa *nova forma* de ver o Centro Leste e os discursos elitistas que defendiam o *saneamento* no início do século XX. A pretensão de criar uma espacialidade *à europeia* na região pode ser lida como uma nova roupagem do mesmo velho discurso de higienização social. Como posto por Rubino:

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade [...] não é apenas uma política de exclusão, mas uma faceta delicada das dinâmicas urbanas, uma vez que quanto mais afirma o valor e o papel da cidade, lembra que o ar da cidade liberta apenas aqueles que sabem e podem viver nela. (RUBINO, 2009, p. 37).

Nessa nova dinâmica de urbanidade, muitos dos processos de renovação urbana estão vindo atrelados às pautas da diversidade, originalmente elaboradas pelos movimentos LGBTQIA+, que, entretanto, estão sendo perversamente utilizadas em conjunto com essas transformações urbanas e, muitas vezes, como seu “avatar” mercadológico propagandístico, que acaba por excluir do centro alguns setores das próprias comunidades LGBTQIA+, que, através de suas lutas históricas, literalmente criaram esses espaços urbanos e sua cultura singular. Isso ocorre pois esses projetos que atendem a um Mercado Cor-de-Rosa estão atrelados a uma certa noção de diversidade promovida no âmbito do Neoliberalismo Progressista, que, ao promover a diversidade, opera por métodos de exclusão.

Nela, observa-se uma versão higienizada do movimento LGBTQIA+, em que aquilo que é visto como “aceitável”, ou que é assimilável à lógica de consumo, é estimulado, e as práticas vistas como “marginais”, como a prostituição e o *cruising*, são afastadas. Um trecho escrito por Ferreira para descrever o que ocorreu nas Paradas da Diversidade se encaixa perfeitamente para explicar esse paradoxo:

Ao que parece, a restrição de algumas manifestações está relacionada com uma tendência presente em ambas as esferas em incentivar um tipo de manifestação mais *mainstream* a respeito de alguns tipos de homossexualidade. Ao mesmo tempo, as diversas experiências e sujeitos LGBT que se pretendia visibilizar, eram de certo modo “homogeneizadas” e dissociados de aspectos relacionados à “promiscuidade”, pornografia e outras manifestações e vivências sexuais consideradas “bizarras” pelo senso comum e menos valorizadas nestes contextos (FERREIRA, 2012, p. 172).

Apesar de vendida como LGBTQIA+-*friendly*, essa imagem da cidade é bastante frágil. Como podemos observar, o *marketing* não cria uma base densa o suficiente para que Florianópolis se estabeleça como uma cidade de fato receptiva a LGBTQIA+. Florianópolis é reconhecida como um “paraíso homossexual”, mas as vivências dos LGBTQIA+ florianopolitanos que não têm condições monetárias para acessar o consumo do Mercado Cor-de-Rosa veem uma grande distância entre as imagens propagandeadas e suas próprias experiências no espaço urbano.

Na ocupação urbana de classe média que desencadeia a gentrificação, existe uma espécie de pacto entre a branquitude LGBTQIA+ e a branquitude normativa

pertencente à Classe Criativa, mas que, na verdade, se alicerça em um pacto narcísico (BENTO, 2001). No fundo, a aliança entre parcelas liberais da sociedade e o Mercado Cor-de-Rosa configura um ambiente próprio do Neoliberalismo Progressista, que aceita certo tipo de diversidade, assume esta bandeira e se regozija com a ideia liberalista de assimilar um certo modo de vida “gay contemporâneo” e, no entanto, produz uma homogeneização no que diz respeito à interseccionalidade de classe e de raça que forma a sociedade brasileira.

Trata-se de um novo tipo de espaço homogêneo, baseado na tolerância com a homossexualidade, mas uma homossexualidade muito bem definida através de recortes de classe e de raça que privilegia espaços da branquitude e espaços de uma homossexualidade normativa, higienizada. Isto significa que os grupos mais atingidos pelos efeitos perversos de expulsão urbana decorrentes do processo gentrificador são aqueles que estão em uma interseccionalidade de raça, de classe e de gênero representada, majoritariamente, por pessoas de baixa renda, negras e transgêneras. O discurso liberal cria esse espaço, onde os ambientes “homonormativos” convivem com os espaços heteronormativos, produzindo um novo tipo de exclusão que é mascarada como diversidade. Opera justamente no corte interseccional entre classe, raça e gênero, deslocando, portanto, comunidades tradicionais do centro de Florianópolis, que desde os anos 1960 ocupam esta área com suas cartografias urbanas não-normativas, e que agora são forçadas de maneira perversa por uma cooptação das próprias pautas que defenderam ao longo dessas décadas, um efeito usual do Neoliberalismo Progressista.

Para evitar que as regiões com características histórico-identitárias LGBTQIA+ sejam engolidas por esse processo de “revitalização” – também conhecido como gentrificação –, que apaga as vivências das práticas sexuais e de gênero não-normativas, é preciso que pensemos na teoria de Nancy Fraser: é preciso pensar a igualdade sob o ponto de vista do reconhecimento, mas também em termos de economia e como isso se dá em recortes de classe, principalmente em um País racistamente estruturado e extremamente desigual como é o Brasil.

RETICÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM TEMA INFINDÁVEL

Ao longo desta dissertação, expus as formas pelas quais os *pedaços* LGBTQIA+ na cidade de Florianópolis foram sendo cartografados por esses sujeitos ao longo das últimas cinco décadas. Como pudemos ver, desde o momento que surgiu o movimento *homossexual* organizado no Brasil, na virada dos anos 1970 para os 1980, Florianópolis é conhecida como uma cidade convivial para essas comunidades e esteve na vanguarda de suas lutas políticas. Até hoje, a “Ilha da Magia” segue sendo lida como um local, dentre todas as cidades do Brasil, amigável às vivências *desviantes*.

Em tempos mais recentes, o processo de inclusão urbana LGBTQIA+ vem ganhando força, já que a pauta tem se difundido político-culturalmente, principalmente nas duas últimas décadas. Nos anos 2010, vivemos um progresso dessas pautas, com suas institucionalizações representando avanços significativos para essas comunidades, historicamente oprimidas. Entretanto, apesar disso, esse processo desembocou em uma cooptação das pautas LGBTQIA+, em que os interesses capitalistas estabelecem um Mercado Cor-de-Rosa, no qual aqueles LGBTQIA+ que têm condições de realizar um consumo mais próximo às suas identidades se veem representados.

A “pluralidade” promovida pelo *marketing* urbano é, em muitos sentidos, uma representação rasa do conceito de diversidade, visto que o alto custo de acesso aos ambientes LGBTQIA+-*friendly* inibe a participação de camadas populares da sociedade. Vê-se, então, que capitalismo e integração social acabam por tomar posições de oposição entre si. O mercado constitui o direito à cidade apenas para aqueles que podem comprá-la, e a isto não escapa a população LGBTQIA+.

No caso de Florianópolis, a diversidade divulgada pelos governos que comandam Florianópolis acaba por atender a uma população bastante específica – branca, cisgênera e de classe média, cujos interesses pelo consumo cultural a aproximam da Classe Criativa. Quando as questões de *marketing* e de consumo incidem sobre territórios historicamente estabelecidos em Florianópolis como *pedaços desviantes* – principalmente na sua área central, bastião da defesa e da presença dessas comunidades –, a incorporação das próprias pautas dos

movimentos LGBTQIA+ transformam-se do avesso, levando a um processo de gentrificação que acaba por expulsar os próprios sujeitos que geraram e colocaram essa pauta em primeiro lugar. Tal qual o restante da sociedade, essa exclusão incide sobre os indivíduos de maneira interseccional. Isso faz com que pessoas pretas e de baixa renda sofram mais duramente com essa gentrificação, que vai aos poucos engolindo as territorialidades cartografadas pelas comunidades plurais.

Entretanto, é importante enfatizar, mais uma vez, que os *pedaços* LGBTQIA+ não são cenários estáticos. Pelo contrário, são rizomáticos, se criam e recriam dependendo das condições “ecossistêmicas” a que estão submetidos. Como dizem Deleuze e Guattari (2009, p. 32), “ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda”. Já nas palavras de Emicida (2019), “Estilo água, eu corro no meio das pedra [...] É um mundo cão pra nós, perder não é opção, certo?” Assim também é o território LGBTQIA+ florianopolitano: através das resistências dos sujeitos desviantes, nossas cartografias não desaparecem, e sim se transformam. Elas *desviam* do controle social e se reformulam a cada pressão, a cada dificuldade e a cada repressão, sempre encontrando as potências para mudar e sermos mudados por nossos pedaços e por nossos pares, nós tomamos os rumos necessários para continuar existindo, e reexistindo, em um fluxo contínuo de metamorfose mútua.

No contexto atual, em que vemos um crescente das pautas conservadoras, e crescentes ataques às comunidades LGBTQIA+, estimulados por uma inflamação da ideologia de extrema direita, a situação parece ainda mais se agravar. Mas também sabemos que é nesses momentos que as populações socialmente oprimidas precisam se unir para enfrentar aqueles que os excluem. Nesse sentido, assim como fizemos nos anos 1980, ao estabelecer os movimentos *homossexuais* organizados mesmo durante um período ditatorial de extremo controle social. É nosso dever, como pessoas LGBTQIA+, que lembremos de nossa história e encontremos novas formas de existir, de resistir e de reexistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Leonardo D. Com sete bares, rua Victor Meirelles torna-se reduto de jovens na noite de Florianópolis. **NSC Total**, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/com-sete-bares-rua-victor-meirelles-torna-se-reduto-de-jovens-na-noite-de-florianopolis>. Acesso em: 28 set. 2021.

ADAMS, Betina. **O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 228. 2001.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 09 set. 2022.

AGÊNCIA SENADO. Salário mínimo de R\$ 1.212 é promulgado. **Senado Federal**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/02/salario-minimo-de-r-1-212-e-promulgado>. Acesso em: 09 set. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo D. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, Alexandre, *et al.* **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. 1. ed. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016. Cap. 5, p. 60-72.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandira, 2020. 264 p.

ANGIOLILLO, Francesca. Entregue em março, novo Arouche está longe da promessa e já tem danos. **Folha**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/entregue-em-marco-novo-arouche-esta-longo-da-promessa-e-ja-tem-danos.shtml>. Acesso em: 05 set. 2020.

ANTUNES, Anderson. A Look At Brazil's Booming (Yet Closeted) Multi-Billion 'Pink Dollar' Gay Market. **Forbes**, 2013. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/07/06/a-look-at-brazils-booming-yet-closeted-multi-billion-pink-dollar-gay-market/?sh=765152751eeb>. Acesso em: 28 set. 2021.

ARAGUSUKU, Henrique A. *et al.* Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, 2, n. 4, Dezembro 2019. 5-33.

BAILE DO MADALENA; TWITTER @MADALENABAILE. BailedoMadalena OFICIAL. **Twitter**, 2019. Disponível em:

<https://twitter.com/madalenabaile/status/1164598924159721472>. Acesso em: 03 out. 2022.

BANES, Sally. **Greenwich Village 1963: avant-garde performance and the effervescent body**. Durham: Duke University Press, 1993.

BARTON, Sam. Centre dor Urban Studies: London Aspects of Change. Disponível em: <https://www.udg.org.uk/publications/udlibrary/centre-urban-studies-london-aspects-change>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BENTO, Maria A. S. **Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia da Aprendizagem, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 169. 2002.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, wanderson F. D. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Deborah S.; GARCIA-FILICE, Renísia C.; RODRIGUES, Ruth M. M. **A transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: limites e possibilidades**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. p. 26-41.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 de 2011**. Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2011.

BRASIL. **Resolução 175, de 2013**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. 2013.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 8727 de 2016**. Presidência Da República. Brasília. 2016.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275 de 2018**. Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2018.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Ministério da Saúde. Brasília. 2004.

BRASÍLIA. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, p. 151. 2018.

BRASÍLIA. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, p. 16. 2014.

BROWN-SARACINO, Japonica. Overview: The Gentrification Debates. In: BROWN-SARACINO, Japonica **The Gentrification Debates**. Nova York: Routledge, 2010. Cap. Introdução, p. 1-18.

BRUGUÉ, Quim; CANAL, Ramón; PAYA, Palmira. ¿Inteligencia Administrativa Para Abordar “Problemas Malditos”? El caso de las comisiones interdepartamentales. **Gestión y Política Pública**, Cidade do México, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.

BUENO, Eduardo. **Brasil, Uma História:** cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012. 480 p.

BUENO, Samira; LIMA, Renato S. D. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAFRUNE, Marcelo E. **Pluralismo Jurídico e Acesso à Cidade: o planejamento urbano e a resistência em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 119. 2009.

CAMPOS, Emerson C. D. Territórios e Sociabilidades na Praça XV de Novembro (Florianópolis-SC - 1990-2008). **Gavagai: revista interdisciplinar de humanidades**, Erechim, v. 1, n. 1, p. 36-47, mar.-abr. 2014.

CAMPOS, Núbia C. **A Lesbianidade Como Resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil (1979-2001).** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 179. 2014.

CARVALHO, Guilherme P. D.; OLIVEIRA, Aryanne S. Q. D. Discurso, Poder e Sexualidade em Foucault. **Dialectus**, Fortaleza, n. 11, p. 100-115, dez. 2017. ISSN 2317-2010.

CASTELLS, Alicia N. G. D. O Paradoxo dos Centros Históricos – O Caso de Florianópolis. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, 20, n. 2, Dezembro 2018. 27-51.

CHANACOMCHANA. Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar. **ChanaComChana**, São Paulo, v. 4, p. 1-4, Setembro 1983. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1tKB6mobGKlj0l0mY0bYR-IJ_GkC5d96a/view. Acesso em: 19 Setembro 2022.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: POCHMANN, Márcio **O Mito da Grande Classe Média:** capitalismo e estrutura social. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 111. Formato Epub.

COELHO, Gelci J. **Salão de Festas das Bruxas de Itaguaçu.** Florianópolis. S.I. Placa instalada na Praia do Itaguaçu.

COLLINS, Patricia H. **Intersectionality as Critical Social Theory.** Durham: Duke University Press, 2019.

CORADINI, Lisabete. **Redes de Sociabilidade e Apropriação do Espaço em uma Área Central de Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 263. 1992.

CÓRDOVA, Luiz F. N. **Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Departamento de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 320. 2006.

CÓRDOVA, Luiz F.; LAGO, Mara C. S.; MALUF, Sônia W. Histórias sobre territorialidades GLS na Ilha de Santa Catarina. In: LAGO, Mara C. D. S.; GROSSI, Miriam P.; NUERNBERG, Adriano H. **Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade**. 1ª. ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 257-279.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, p. 139-167, 1989.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 1. 1ª. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

DEPOIS do Fervo. Direção: Matheus Faisting. Produção: Matheus Faisting. [S.I.]: UFSC. 2018.

DOMINGUES, Giorgia D. M. **"Mulheres-Homens" nas Fronteiras da Ordem**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 150. 2010.

ERDMANN, Regina M. **Reis e Rainhas do Desterro: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 148. 1981.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FERREIRA, Glaucio B. **Arco-Íris em Disputa: A "Parada da Diversidade" de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o Gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Criação e Crítica**, São Paulo, n. 20, p. 40-55, 2018. ISSN 1984-1124.

FILHO, Kenyatta M. D. S. **O funk paulista interdito: da crítica à criminalização de um gênero musical**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 106. 2021.

FIRMINO, Flávio H.; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, Identidade e Gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de "Problemas de Gênero". **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia da Educação**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 51-61, jan-jun 2017. ISSN 2594-8385.

FLORIANÓPOLIS. Pop Gay premia musas do Carnaval GLS nesta segunda-feira. **Prefeitura Municipal de Florianópolis**, 2010. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comunicacao/index.php?pagina=notpagina¬i=1040>. Acesso em: 28 set. 2021.

FLORIANÓPOLIS. **I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT**. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. 2012.

FLORIANÓPOLIS. Florianópolis é divulgada como destino LGBT. **Prefeitura Municipal de Florianópolis**, 2015. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comunicacao/index.php?pagina=notpagina¬i=13920>. Acesso em: 28 set. 2021.

FLORIANÓPOLIS. **II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis. 2019.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class**. Nova York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class, Revisited**. Nova York: Basic Books, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: FOUCAULT, Michel **Ditos e Escritos Vol. III**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, as Heterotopias**. 1ª. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2015. Posfácio de Daniel Defert.

FRASER, Nancy. Mapeando a Imaginação Feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 02, p. 291-308, mai.-ago. 2007. ISSN 1806-9584.

FRASER, Nancy. Do Neoliberalismo Progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, set.-dez. 2018. ISSN 2175-7984.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. Londres: Verso, 2003.

G1. Santur apresenta Florianópolis como 'melhor destino LGBT do Brasil'. **G1 Santa Catarina**, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa->

catarina/noticia/2013/08/santur-apresenta-florianopolis-como-melhor-destino-lgbt-do-brasil.html. Acesso em: 28 set. 2021.

GHAZIANI, Amin. **There Goes the Gayborhood?** Princeton: Princeton University Press, 2014.

GLASS, Ruth. London: Aspects of Change. In: BROWN-SARACINO, Japonica **The Gentrification Debates**. Nova York: Routledge, 2010. Cap. 1, p. 19-30.

GODOY, Rosane M. D. **"Encontros Prazerosos": modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 148. 2001.

GOIS, Pedro; FERRAZ, Janayna D. M. Introdução ao Pinkwashing: representatividade e marcas engajadas. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 88-103, jan.-jun. 2021. ISSN 1982-2596.

GUIMARÃES, Paula. Batalha das Mina há três anos na resistência à repressão em Florianópolis. **Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero**, 2019. Disponível em: <https://catarinas.info/batalha-das--mina-ha-tres-anos-na-resistencia-a-repressao-em-florianopolis/>. Acesso em: 05 out. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizado: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 07-41, 1995.

HENNING, Carlos E. **As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 144. 2008.

HENNING, Carlos E. **Points e babados**: reflexões sobre o estabelecimento de um território de sociabilidades homoeróticas no centro histórico de Florianópolis, SC, entre as décadas de 1970 e 1980. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. p. 9.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOOKS, bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Nova York: Routledge, 2015.

HUTTA, Jan S. Territórios Afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 63-89, junho 2020. ISSN 2176-5774.

IANNI, Octavio. **Teoria de estratificação social: leitura de sociologia.** São Paulo: Editora Nacional, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. 2018. Frequencia Quinquenal.

IBGE. Inflação. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 09 set. 2022.

IGOR, Renato. Avenida Hercílio Luz pode virar a Champs-Élysées manezinha. **NSC Total**, Florianópolis, 16 maio 2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/avenida-hercilio-luz-pode-virar-a-champs-elysees-manezinha>. Acesso em: 28 set. 2022.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Valorização do Casario Histórico de Florianópolis:** manual de recuperação. Florianópolis: IPUF, 1993. 24 p.

IOTTI, Paulo. Supremo não legislou nem fez analogia ao considerar homofobia como racismo. **CONJUR**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 09 out. 2022.

JUSTINA, Patrícia D. Novo Largo da Alfândega é inaugurado em Florianópolis. **NSC Total**, 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/novo-largo-da-alfandega-e-inaugurado-em-florianopolis>. Acesso em: 08 out. 2022.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Pelo Turismo Interno. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1978. 15.

LANZARINI, Ricardo; RIAL, Carmen. **Turismo Gay na Ilha de Santa Catarina:** Homossociabilidades e Perspectivas. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: [s.n.]. 2010. p. 1-10.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e Ação Lesbiana na Década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do boletim ChanaComChana. **Gênero**, Niterói, 8, n. 2, 2008. 301-334.

LOSSO, Juliana C. M. **Dos Desregramentos da Carne: um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 355. 2010.

LUZ, Andréa D. Insegurança, sujeira e baderna preocupam área leste do centro histórico de Florianópolis. **ND Mais**, 2019. Disponível em: ndmais.com.br/noticias/inseguranca-sujeira-e-baderna-preocupam-area-leste-do-centro-historico-de-florianopolis/. Acesso em: 05 out. 2022.

MAGNANI, José G. C. **Festa no Pedaco**: cultura popular e lazer na cidade. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, Hucitec, 1998.

MAGNANI, José G. C. De Perto e De Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, Junho 2002.

MARSIAJ, Juan P. P. Gays Ricos e Bichas Pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18-19, p. 131-147, 2003. ISSN 1413-6597.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1ª ed. revista. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 271 p.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, 39, Julho-Dezembro 2012. 403-429.

MICHELMANN, Alan C. **Franklin Cascaes, a Divulgação Turística de Florianópolis e a Invenção da "Ilha da Magia"**. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 77. 2015.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018**. Grupo Gay da Bahia. Salvador, p. 25. 2019.

MONTANER, Josep M.; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. 253 p.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandira, 2020. 232 p.

ND+. Fort Atacadista revitaliza o Largo da Alfândega, um dos principais pontos turísticos da Capital. **NDMais**, 2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/fort-atacadista-revitaliza-o-largo-da-alfandega-um-dos-principais-pontos-turisticos-da-capital/>. Acesso em: 04 out. 2022.

NÓR, Soraya; CAVANUS, Aline V.; SOUZA, Gustavo R. F. A. D. O Instituto Arco-íris e uma crítica ao Projeto Urbano em Florianópolis. **Arq.urb**, São Paulo, n. 21, p. 76-88, jan.-abr. 2018. ISSN 1984-5766.

OLIVEIRA, Marcelo J. **O Lugar do Travesti em Desterro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 205. 1997.

OUTLEADERSHIP. LGBT+ Business Climate Score, 2018. Disponível em: <https://outleadership.com/countries/brazil/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PEREIRA, Alvaro L. D. S. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 307-328, nov 2014.

PEREIRA, Simone L.; PONTES, Vitor. Culturas juvenis, identidades e estilo de vida: sentidos do "alternativo" no Baixo Augusta/São Paulo. **Comunica o, M dia e Consumo**, São Paulo, 14, n. 40, Maio-Agosto 2017. 111-130.

PERLONGHER, Néstor O. **O Negócio do Michê**: prostitui o viril em São Paulo. 1^a. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

PERUCCHI, Juliana. **Eu, Tu, Elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às rela es sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis**. Disserta o (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 177. 2001.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune C.; VIEIRA, Hortênsia I. D. S. Aspectos Psicossociais da Homofobia Intrafamiliar e Saúde de Jovens Lésbicas e Gays, Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, jul. 2014.

PINTO, Isabella V. *et al.* Perfil das notifica es de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informa o de Agravos de Notifica o, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, 23, n. 1, 03 Julho 2020. 1-13.

POCHMANN, Márcio. **O Mito da Grande Classe Média**: capitalismo e estrutura social. 1^a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. Formato Epub.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19, n. 1, janeiro-abril 2011. 11-20.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Jan-Abr 2011. 11-20.

PRECIADO, Paul B. Cartografias "Queer": O "Fl neur" Perverso, A Lésbica Topof bica e A Puta Multicartogr fica, Ou Como Fazer uma Cartografia "Zorra" com Annie Sprinkle. **Performatus**, Inhumas, n. 17, p. 1-32, janeiro 2017. ISSN 2316-8102.

PUCCINELLI, Bruno. **"Perfeito para você, no centro de São Paulo" : mercado, conflitos urbanos e homossexualidades na produ o da cidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2017.

REIS, Toni *et al.* **Central de Apura o do Programa Voto com Orgulho: elei o de pessoas LGBTI+ e aliadas   causa alcança marca histórica**. PROGRAMA VOTO COM ORGULHO. Curitiba, p. 2. 2020.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. In: LEITE, Rogerio P.; FORTUNA, Carlos **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2015. p. 25-40.

SANTOS, Daniel K. D. **Modos de Vida e Processos de Subjetivação na Experiência de Envelhecimento Entre Homens Homossexuais na Cidade de Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 183. 2012.

SÃO PAULO. **Ata de Audiência Pública da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo: 29/09/2019**. São Paulo: Câmara Municipal. 2019.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª. ed. São Paulo: Veneta, 2020. 216 p.

SILVA, Ânderson. Polícias querem identificar quem causa barulho no Centro de Florianópolis. **NSC Total**, 2019. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/colunistas/anderson-silva/policias-querem-identificar-quem-causa-barulho-no-centro-de-florianopolis>. Acesso em: 01 out. 2022.

SILVA, Marco A. D. **Se Manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 161. 2003.

SINIGAGLIA, Otto S.; PRATA, Marcelo R. Das Carnes Mais Baratas: indagações sobre a travestilidade e o Pink Money. **Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 95-108, jan.-jun. 2020.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier: gentrification and the revanchist city**. London: Routledge, 1996.

SMITH, Neil. **Uneven Development: nature, capital and the production of space**. 3ª. ed. Athens: The University of Georgia Press, 2008.

SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. **Gentrification of the City**. Londres: Routledge, 2007.

SOUZA, Marina C. D. **Das Lavadeiras ao Madalena Bar: estudo histórico-urbanístico dos 100 anos da Avenida Hercílio Luz**. TCC (graduação) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 27. 2022.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** 1ª. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STODIECK, Beto. Florianópolis, meu amor. **Lampião da Esquina**, p. 6, 1978.

STONEWALL Uprising. Direção: Kate Davis e David Heilbroner. Produção: Kate Davis e David Heilbroner. [S.l.]: First Run Features. 2010. Documentário.

TERNES, Marianne O. **A Leste da Praça: o projeto Centro Sapiens e as transformações do Centro Histórico de Florianópolis**. TCC (graduação) - Departamento de Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016.

TREVISAN, João S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UCHÔA, Fabio R. Espaços e Imagens da Gentrificação no Centro de São Paulo. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 47-58, 2014. ISSN 2238-7714.

VEIGA, Elaine V. D. **Florianópolis: memória urbana**. 3ª. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VENCATO, Anna P. **“Fervendo com as drags”: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 132. 2002.

VIA. Centro Sapiens. **Via - Estação Conhecimento**, 2018. Disponível em: <https://via.ufsc.br/acoes/centro-sapiens/>. Acesso em: 28 set. 2021.

WANDELLI, Raquel. Mulheres denunciam violência policial em carnaval de rua de Florianópolis. **Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero**, 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mulheres--denunciam-violencia-policial-em-carnaval-de-rua-de-florianopolis/>. Acesso em: 05 out. 2022.

ZUKIN, Sharon. **Loft Living: culture and capital in urban change**. 1ª. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.

ZUKIN, Sharon. **The Cultures of Cities**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

ZUKIN, Sharon. **Naked City: the death and life of authentic urban places**. Nova York: Oxford University Press, 2010.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

AMARAL, Marília D. S. **Essa Boneca Tem Manual: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 163. 2012.

AMORIM, Grazielle R. D. **Outsiders do bairro Trindade: “Pacto da morte” ou “Gangue da Aids”? Para além da construção de um episódio (Florianópolis 1987)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

ARAÚJO, Marcelo D. **Território de Lazer e Sociabilidade de Jovens LGBT no Centro de Florianópolis - SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, p. 68. 2018.

CAMPOS, Emerson C. D. Territórios e Sociabilidades na Praça XV de Novembro (Florianópolis-SC - 1990-2008). **Gavagai: revista interdisciplinar de humanidades**, Erechim, v. 1, n. 1, p. 36-47, mar.-abr. 2014.

CARDOZO, Fernanda. **Das Dimensões da Coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

CARDOZO, Fernanda. Parentesco e parentalidades de travestis em Florianópolis/SC. **Cadernos NIGS pesquisas**, Florianópolis, 1, n. 1, 2010. 189.

CORADINI, Lisabete. **Redes de Sociabilidade e Apropriação do Espaço em uma Área Central de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 263. 1992.

CÓRDOVA, Luiz F. N. **Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Departamento de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 320. 2006.

CÓRDOVA, Luiz F.; LAGO, Mara C. S.; MALUF, Sônia W. Histórias sobre territorialidades GLS na Ilha de Santa Catarina. In: LAGO, Mara C. D. S.; GROSSI, Miriam P.; NUERNBERG, Adriano H. **Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade**. 1ª. ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 257-279.

COSTA, Glaucia D. D. **Vida noturna e cultura urbana em Florianópolis (Décadas de 50, 60 e 70 do século XX)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

DOMINGUES, Giorgia D. M. **"Mulheres-Homens" nas Fronteiras da Ordem**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 150. 2010.

ERDMANN, Regina M. **Reis e Rainhas do Desterro: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 148. 1981.

FERRARI, Maryana C. **VILA PALMIRA: prostituição e memória na grande Florianópolis nas décadas de 1960 a 1980**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 126. 2008.

FERREIRA, Glauco B. **Arco-Íris em Disputa: A "Parada da Diversidade" de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

GODOY, Rosane M. D. **"Encontros Prazerosos": modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 148. 2001.

HENNING, Carlos E. **As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 144. 2008.

HENNING, Carlos E. **Points e babados: reflexões sobre o estabelecimento de um território de sociabilidades homoeróticas no centro histórico de Florianópolis, SC, entre as décadas de 1970 e 1980**. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. p. 9.

LEITE, Amanda M. P. **Imagens do diverso**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. [S.l.]. 2010.

LOSSO, Juliana C. M. **Dos Desregramentos da Carne: um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 355. 2010.

MENEZES, Ana C. **Histórias de Vida: lésbicas e gays em Florianópolis**. Relatório (Projeto de Pesquisa) - Departamento de Comunicação Social, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1992.

NECKEL, Roselane. **Pública Vida Íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). São Paulo. 2004.

OLIVEIRA, Carlos E. P. **Cabe rock nessa ilha? Formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989)**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de

História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, p. 174. 2018.

OLIVEIRA, Marcelo J. **Entre Amigos: Antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008.

PERUCCHI, Juliana. **Eu, Tu, Elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 177. 2001.

QUEIROZ, Igor H. L. D. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, 8, n. 2, 2014. 1-21.

QUEIROZ, Igor H. L. D. **As Sexualidades Desviantes nas Páginas do Jornal Diário Catarinense (1986-2006)**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 262. 2014.

SALDANHA, Rafael A. **Classificados e o Sexo: Anúncios de prostituição masculina em SC (1986-2005)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 200. 2010.

SANTOS, Daniel K. D. **Modos de Vida e Processos de Subjetivação na Experiência de Envelhecimento Entre Homens Homossexuais na Cidade de Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 183. 2012.

SANTOS, Daniel K. D. **Homens no Mercado do Sexo: fluxos, territórios e subjetivações**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 372. 2016.

SCHROEDER, Marcelo N. **Cenas da Sexualidade Florianopolitana: Incursões estéticas à centralidade urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

SILVA, Marco A. D. **Se Manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 161. 2003.

TAQUES, Fernando J. **Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 105. 2007.

VENCATO, Anna P. **“Fervendo com as drags”**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 132. 2002.

ZANELA, Maria. **Travestis em Contextos de Prostituição de Rua: Sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 102. 2019.

ANEXOS

ANEXO I - TABELA DE LOCAIS DE OCUPAÇÃO LGBTQIA+ EM FLORIANÓPOLIS ENTRE 1970 E 2020

Local	Bairro	Endereço	Categoria	Início da Ocupação	Fim da Ocupação	Descrição	Referência Bibliográfica
Bloco dos Sujos	Centro	Centro	Carnaval	1954		Bloco em que homens cisgênero se fantasiavam de mulheres de forma caricata. Pouco representativo de LGBTQIA+, mas um bloco registrado no município desde 1954, que ganha expressividade em meados da década de 1970	DUARTE, Hailton Pacheco. O Carnaval de Florianópolis: um breve histórico. Florianópolis: UFSC, 1985. SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
Roda Bar	Centro	R. Trajano, 26	Estabelecimento	1969	1980	Bar de ocupação difusa no centro da cidade. Apesar de não ser um bar LGBTQIA+, homens gays utilizavam o bar para a prática de cruising.	CORDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006 Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Adjacências da Catedral Metropolitana de Florianópolis	Centro	Praca XV de Novembro	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Av. Mauro Ramos	Centro	Av. Mauro Ramos	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Av. Mauro Ramos - IFSC	Centro	Av. Mauro Ramos	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Centro Leste - Av. Hercílio Luz	Centro	Av. Hercílio Luz	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Centro Leste - Pedreira (1)	Centro	Entre a Travessa Rattcliff e a R. Nunes Machado	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Centro Leste - Pedreira (2)	Centro	R.s Saldanha Marinho e Victor Meirelles	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Degrau's	Centro	Rua Vidal Ramos, 78	Estabelecimento	1970	1980	Bar que recebia público LGBTQIA+ que funcionou entre as décadas de 1970 e 1980. Endereço estimado a partir de relatos presentes em Godoy (2001), entre outros.	GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2001.
Galheta	Galheta	Galheta	Cruising	1970	2020	Praia de nudismo em que ocorre a prática de cruising. Há registros de frequência homossexual desde os anos 1970, até hoje.	SANTOS, Daniel K. D. Modos de Vida e Processos de Subjetivação na Experiência de Envelhecimento Entre Homens Homossexuais na Cidade de Florianópolis/SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 183. 2012.
Largo da Alfândega	Centro	Av. Paulo Fontes	Cruising	1970	2000	Local utilizado para a prática de cruising desde os anos 1970 (ou antes). Tal ocupação diminuiu com o "retorno ao centro" da classe média no anos 2000.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco A. D. Se Manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 161. 2003
Mercado Público	Centro	R. Jerônimo Coelho, 60	Cruising	1970	2000	Local utilizado para a prática de cruising desde os anos 1970 (ou antes). Tal ocupação diminuiu com o "retorno ao centro" da classe média no anos 2000.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco A. D. Se Manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 161. 2003
Mictório Público	Centro	Rua Antônio (Nico) Luz, 17	Cruising	1970	2000	Local utilizado para a prática de cruising desde os anos 1970 (ou antes). Tal ocupação diminuiu com o "retorno ao centro" da classe média no anos 2000.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco A. D. Se Manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 161. 2003
Praca Fernando Machado	Centro	R.s Saldanha Marinho e Victor Meirelles	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Praca Getúlio Vargas	Centro	Praca Getúlio Vargas	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.

Praça Lauro Muller	Centro	Av. Jorn. Rubéns de Arruda Ramos, 2746	Cruising	1970	2000	Local utilizado para a prática de cruising desde os anos 1970 (ou antes). Tal ocupação diminuiu com o "retorno ao centro" da classe média no anos 2000.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco A. D. Se Manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 161. 2003
Praça XV de Novembro (1)	Centro	Centro	Cruising	1970	2020	Território gay utilizado nas práticas de cruising (encontros sexuais) e prostituição. Segundo Silva (2003) e Erdmann (1981), esta ocupação se inicia na década de 1970. Há registros recentes, de 2016. Ocupação tanto por miches quanto por prostitutas, principalmente na área do coreto. Um caráter importante é que o perfil da ocupação muda de acordo com os horários. Durante o dia, predominam as mulheres cisgeneras. Durante a noite, mulheres trans, travestis e miches cisgeneros homens.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. SANTOS, Daniel Kerry dos. HOMENS NO MERCADO DO SEXO: fluxos, territórios e subjetivações. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2016.
Praça XV de Novembro (2)	Centro	Centro	Cruising	1970	2020	Território gay utilizado nas práticas de cruising (encontros sexuais) e prostituição. Segundo Silva (2003) e Erdmann (1981), esta ocupação se inicia na década de 1970. Há registros recentes, de 2016. Ocupação tanto por miches quanto por prostitutas, principalmente na área do coreto. Um caráter importante é que o perfil da ocupação muda de acordo com os horários. Durante o dia, predominam as mulheres cisgeneras. Durante a noite, mulheres trans, travestis e miches cisgeneros homens.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. SANTOS, Daniel Kerry dos. HOMENS NO MERCADO DO SEXO: fluxos, territórios e subjetivações. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2016.
Praia do Campeche	Campeche	Praia do Campeche	Ocupação Difusa	1970	2020	Praia frequentada por LGBTQIA+, principalmente por lésbicas. As dunas do Campeche são um espaço de cruising gay.	CORDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis.
Praia Mole	Praia Mole	Praia Mole	Ocupação Difusa	1970	2020	Praia frequentada por LGBTQIA+, principalmente por homens gays. Ali fica o Bar do Deca. Também ocorre cruising nessa região	CORDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis.
R. Felipe Schmidt	Centro	R. Felipe Schmidt	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
R. Francisco Tolentino	Centro	R. Francisco Tolentino	Zona de Prostituição	1970	2020	Zona de Prostituição dominada por travestis e transexuais. Registro feito por Ferreira (2007)	FERREIRA, Liciane Rossetto. A Comunicação e o Turismo Sexual: as garotas do Brasil, um olhar hermenêutico. Tese (Doutorado em Práticas Sociopolíticas e Comunicações nas Organizações). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC-RS. Porto Alegre, 2007.
Terminal Cidade de Florianópolis	Centro	Av. Hercílio Luz	Cruising	1970	2000	Área de cruising estimada a partir de mapa presente no trabalho de Erdmann (1981)	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981.
Escova	Centro	R. Padre Miguelinho, 44 ?	Estabelecimento	1972	1979	Bar com ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre 1972 e 1979. Em 1979, mudou para o endereço Rua Fernando Machado, 14. Relatado como um local decadente. Depois, trocou seu nome para Brasileirinho. Endereço estimado a partir de artigo de Henning (2009).	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2001.
Bar Roma	Centro	Av. Hercílio Luz, 655	Estabelecimento	1973	2001	Bar voltado para o público LGBTQIA+ que funcionou entre 1970 e 2000. É apontado como um dos primeiros espaços abertamente utilizados para a homossexualidade em Florianópolis (SILVA, 2003)	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. http://www3.carosouvintes.org.br/florianopolis-viveu-de-bar-em-bar-ponto-chic/ . Acesso em: 18/04/2021.

Carnaval do Roma	Centro	Av. Hercílio Luz	Carnaval	1973	2008	Primeiro carnaval reconhecido frequentado por LGBTQIA+ em Florianópolis. Deixou de existir em 2008, com a cobertura do Rio da Bulha.	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
Aterro da Baía Sul	Centro	Aterro da Baía Sul	Cruising	1974	2001	Local utilizado para cruising até o ano de 2001. Deixou de existir com a instalação do TICEN no local	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
Brasileirinho	Centro	Rua Fernando Machado, 14	Estabelecimento	1979	1984	Bar de ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre 1979 e 1984 na rua de trás do Bar Roma. Anteriormente chamado de Escova. Posteriormente, no mesmo local, surgiu a Discoteca Masmorra.	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2001.
Beiramar Norte	Agrônoma	Avenida Rubens de Arruda Ramos	Cruising	1980		Território gay utilizado nas práticas de cruising (encontros sexuais). Segundo Silva (2003) e Erdmann (1981), esta ocupação se inicia em 1980. Há registros de locais utilizados para esta prática ainda em 2020.	ERDMANN, Regina Maria. Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC. Florianópolis, 1981. SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
Dunas do Campeche	Campeche	Dunas do Campeche	Cruising	1980			VIA G. São Paulo: Via G, nov. 2008. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/0008194069ce761834dab . Acesso em: 17 mar. 2021.
Escadaria do Rosário	Centro	Rua Trajano	Estar difuso	1980		Ocupação diversa em inclusive em questões de idade, classe, raça, gênero e sexualidade, dentre os grupos frequentadores estão os LGBTQIA+. A escadaria é importante ao movimento negro florianopolitano, já que fica em frente à Igreja do Rosário, marco histórico-religioso por ser a igreja dos escravos durante o período de dominação luso-brasileira. Alta frequência de gays e lésbicas jovens, entre 15 e 22 anos.	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008.
Fulanos e Florianos	Centro	R. Presidente Coutinho, 622	Estabelecimento	1980	1990	Bar de rock, ocupado também por LGBTQIA+. Sem informações definitivas sobre época de funcionamento, mas já ativo nos anos 1980. Sem endereço preciso, mas segundo descrição fica ao lado da Casa de Tortas Krauss.	OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de. CABE ROCK NESSA ILHA?: formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989). 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
Opium	Centro	R. Trajano, 53	Estabelecimento	1980	1995	Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funcionou entre 1980 e 1995.	CORDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. ; https://www.facebook.com/Opium-445866108941162
Pátio do Palácio Cruz e Souza	Centro	Rua Trajano	Ocupação Difusa	1980	2000	Ocupação LGBTQIA+ no pátio do palácio cruz e souza	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Banana's	Centro	Rua Araújo Figueiredo, 15	Estabelecimento	1981	2008	Bar e restaurante frequentado por LGBTQIA+, com grande confluência de atores, artistas, jornalistas e estudantes. Segundo Schwinden (apud CORDOVA, 2006, p. 188), "era um bar fino, de intelectuais".	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006
Bloco LIC Gay	Centro	LIC	Carnaval	1981		Bloco em que homens cisgênero se fantasiam de mulheres de forma caricata. Pouco representativo de LGBTQIA+, mas mais produzido e organizado, com homens gays participando com o tempo. Integrou o Bloco dos Sujos por mais de 20 anos. Último registro encontrado: 2003.	DUARTE, Hailton Pacheco. O Carnaval de Florianópolis: um breve histórico. Florianópolis: UFSC, 1985. SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
Pinga Só Pinga	Centro	Rua Saldanha Marinho, 19	Estabelecimento	1981		Bar que recebia público LGBTQIA+ que funcionou a partir de 1981. Sem informações de data de fechamento.	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/ . Acesso em 03/10/2022

Shampoo/Baile dos Enxutos	Centro	Avenida Rubens de Arruda Ramos, S/N	Carnaval	1982	1987	A boate Shampoo recebia mais frequência de pessoas heterossexuais, mas Córdova (2006) destaca que nessa boate ocorreu o Baile dos Enxutos durante alguns carnavais. Não se sabe as datas exatas, mas estima-se que ocorreram ao menos nos anos 1982 e 1987)	QUEIROZ, Igor H.L. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.8, n.2, p. 01-21, 2014 CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis.
Bar do Deca	Praia Mole	Rod. Jorn. Manoel de Menezes, s/n	Estabelecimento	1983		LGBTQIA+ que funciona desde 1983. Inicialmente,	carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2003.
Chandon (1)	Centro	R. Felipe Schmidt, 760	Estabelecimento	1983	2002	Boate de alta renda inaugurada em meados dos anos 1980. Aos poucos, foi se tornando LGBTQIA+. Funcionou, aparentemente, entre 1983 e 2002, sendo que mudou de local em 1998. Faliu em 2002. Presença massiva de homens gays cis.	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2003. OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de. CABE ROCK NESSA ILHA?: formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989). 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2001.
Chandon (2)	Centro	Rua Henrique Valgas, 112	Estabelecimento	1983	2002	Boate de alta renda inaugurada em meados dos anos 1980. Aos poucos, foi se tornando LGBTQIA+. Funcionou, aparentemente, entre 1983 e 2002, sendo que mudou de local em 1998. Faliu em 2002. Presença assiva de homens gays cis.	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2003. OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de. CABE ROCK NESSA ILHA?: formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989). 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2001.
Masmorra	Centro	R. Fernando Machado, 14	Estabelecimento	1984	1989	Bar com ocupação LGBTQIA+ que funcionou em Florianópolis na década de 1980. Apelidado de Mais Morra ou Mais Pô. Córdova (2006) informa que era frequentado por um público bastante diverso, desde idosos, travestis, pessoas negras, mulheres, boêmios	LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. 'Faço de Conta que Eu Não Existo e Você Faz de Conta que Não Me Vê': Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis – SC, Brasil. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, p. 114152, 2018 CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA.: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006 Consulta CNPJ em http://cnpj.info/ .
Queops		Rua Pedro Soares, 14	Estabelecimento	1985		Bar ocupado pela população LGBTQIA+.	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA.: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006 CNPJ.info , acesso em 18/09/2022, às 10:13
Maçã Verde	Centro	Rua Artista Bittencourt, 18	Estabelecimento	1986	1995	Bar com ocupação LGBTQIA+ que funcionou em Florianópolis na década de 1980. Apelidado de Maçã Podre. Não há informações sobre a data de fechamento, mas estima-se que tenha sido antes de 1995	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA.: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006 CNPJ.info , acesso em 18/09/2022, às 10:40
Gapa	Centro	R. Felipe Schmidt, 882	ONG	1987		ONG que desde 1987 trabalha com pessoas que vivem com HIV e com AIDS.	https://voluntarios.com.br/entidade/2408 , Acesso em 03/10/2022
Clube Paineiras	Coqueiros	R. Desembargador Pedro Silva, 294	Estabelecimento	1988		Clube de ocupação difusa. Apesar de não ser um clube LGBTQIA+, homens gays utilizavam o local para a prática de cruising.	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006 Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Divina Comédia	Centro	Rua Padre Miguelinho, 19	Estabelecimento	1988	1990	Restaurante ocupado pela população LGBTQIA+. Endereço encontrado através do CNPJ.info	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. TRAJETÓRIAS DE HOMOSSEXUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA.: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/ , Acesso em 03/10/2022
Av. Ivo Silveira, 1771	Capoeiras	Av. Ivo Silveira	Zona de Prostituição	1990		Ocupação predominante de prostitutas do gênero feminino, tanto cisgeneras quanto transgeneras e travetis. Um dos pontos da Av. Ivo Silveira fica na esquina do Cemitério São Cristovão	OLIVEIRA, Marcelo Jose. O Lugar do Travesti em Desterro. (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 1997.
Av. Ivo Silveira, 310	Capoeiras	Av. Ivo Silveira	Zona de Prostituição	1990		Ocupação predominante de prostitutas do gênero feminino, em geral transgeneras e travetis. Um dos pontos da Av. Ivo Silveira foi a extremidade da avenida, no viaduto próximo a Via Expressa	OLIVEIRA, Marcelo Jose. O Lugar do Travesti em Desterro. (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 1997.

Avenida Presidente Kennedy	Campinas	Avenida Presidente Kennedy	Zona de Prostituição	1990	2020	QUEIROZ, Igor H.L. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.8, n.2, p. 01-21, 2014
Bier Haus	Centro	Rua Anita Garibaldi, 355	Estabelecimento	1990		Bar ocupado pela população LGBTQIA+. Endereço estimado a partir de Silva (2003)
Estaleiro Ilha dos Patos	Centro	R. Anita Garibaldi, 253	Estabelecimento	1990	1997	Boate frequentada por LGBTQIA+ até o ano de 1997. Depois, o estabelecimento fechou e ali abriu o Escotilha Bar.
Fin-de-siècle	Centro	Rua Emir Rosa, 537	Estabelecimento	1990	1990	Boate voltada para o público LGBTQIA+, não há informações sobre o período de funcionamento, mas estima-se que funcionou no fim dos anos 1990. Endereço estimado a partir de Córdova (2006, p. 191)
R. Fulvio Adulcci	Estreito	R. Fulvio Adulcci	Zona de Prostituição	1990		Ocupação predominante de prostitutas do gênero feminino, em geral transgêneras e travestis. Ponto principal: Esquina da R. Santos Saraiva com a R. Fulvio Adulcci
R. Gaspar Dutra	Estreito	R. Gaspar Dutra	Zona de Prostituição	1990		Ocupação predominante de prostitutas do gênero feminino, em geral transgêneras e travestis. Ponto principal: Esquina da R. Heitor Blum com a R. Gaspar Dutra
R. Heitor Blum	Estreito	R. Heitor Blum	Zona de Prostituição	1990		Ocupação predominante de prostitutas do gênero feminino, em geral transgêneras e travestis. Ponto principal: Esquina da R. Heitor Blum com a R. Gaspar Dutra
Notre Vie	Centro	Praca XV de Novembro, 151	Estabelecimento	1992	1994	Boate com ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre 1992 e 1994. Presença massiva de travestis e lésbicas. Apelidada de "Podrevi", devido à alta frequência de camadas populares da sociedade. O estilo musical do local também era considerado "bagaceira", por tocarem músicas pop brasileiras, como axé music e pagode.
ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade	Centro	Atualmente sem espaço físico	ONG	1993		ONG que atua na garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGBI+. Foi fundada em 1993, entrou em hiato em 1996 e voltou a funcionar em 2000. Sua sede física foi desativada em 2020, devido a uma ordem de despejo.
Concurso Pop Gay (1)	Centro	Av. Hercílio Luz	Carnaval	1993		Concurso de carnaval LGBTQIA+ que ocorre na cidade desde 1993. Começou como Gala Gay no Carnaval do Roma.
Concurso Pop Gay (2)	Centro	Avenida Paulo Fontes	Carnaval	1993		Concurso de carnaval LGBTQIA+ que ocorre na cidade desde 1993. Começou como Gala Gay no Carnaval do Roma.
Ominus	Centro	R. Trajano, 53	Estabelecimento	1993	1998	Boate com ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre 1993 e 1998. Presença massiva de travestis e lésbicas. Apelidada de "Bagaceira", devido à alta frequência de camadas populares da sociedade. No bar, ocorriam shows de drag queens.
Raro Efeito	Centro	R. Arcipreste Paiva, 85	Sauna/Videoclube	1994		Videolocadora com frequência LGBTQIA+ no centro de Florianópolis.
Free Boy Bar	Coqueiros	R. Antônio Gomes Soares, 65	Estabelecimento	1995	1995	Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funcionou durante o inverno de 1995. Curto período de funcionamento. No bar, ocorriam shows de drag queens.
Instituto Arco Íris	Centro	Tv. Ratcliff, 56	ONG	1995	2020	ONG que trabalha com populações em situação de vulnerabilidade social.
Bar do Meio Lagoa Mix	Lagoa da Conceição	Rua Delambert Neto, 58	Estabelecimento	1997	2007	

Escotilha Bar	Centro	R. Anita Garibaldi, 253	Estabelecimento	1997	1999	Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funcionou entre 1997 e 1999	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Mix Café	Centro	Rua Merino Deus, 47	Estabelecimento	1997	2014	Boate LGBTQIA+ que funcionou entre 1997 e 2014. Presença de gays, drag queens e travestis. Alta frequência de pessoas de classes populares, frequentemente negros. Isso fazia com que o espaço fosse considerado "bagaceiro" por classes médias, fruto de racismo e classismo.	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008.
Gallileu's	Centro	Avenida Hercílio Luz, 1202	Estabelecimento	1998	2008	Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funcionou entre 1998 e 2008.	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
AGLBT	Saco Grande	Rua Coimbra, 113	ONG	1999	2018	Associação de Gays, lésbicas, bissexuais e Transgêneros de Santa Catarina. Seu CNPJ está considerado inapta desde 2018	Taques, 2007
Parque da Luz	Centro	Alameda Adolfo Konder	Cruising	1999		Espaço utilizado para cruising no mínimo desde a abertura do 1007 Floripa. Parque aberto em 1999.	Relato dado por usuários à própria autora.
Biblioteca Pública do Estado	Centro	Rua Tenente Silveira, 343	Cruising	2000	2010	Banheiro da Biblioteca Pública utilizado para a prática de cruising, ou "banheirão"	QUEIROZ, Igor H.L. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.8, n.2, p. 01-21, 2014
Cabeceiras das pontes (Continente)	Coqueiros	Cabeceiras das pontes (Continente)	Cruising	2000		Local utilizado para cruising, por serem locais despovoados. Registros desde ao menos os anos 2000.	SCHROEDER, Marcelo Nuernberg. Cenas da Sexualidade Florianopolitana: Incursões estéticas à centralidade urbana. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC. Florianópolis, 2009.
Cabeceiras das pontes (Ilha)	Centro	Cabeceiras das pontes (Ilha)	Cruising	2000		Local utilizado para cruising, por serem locais despovoados. Registros desde ao menos os anos 2000.	SCHROEDER, Marcelo Nuernberg. Cenas da Sexualidade Florianopolitana: Incursões estéticas à centralidade urbana. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC. Florianópolis, 2009.
Havana Bar	Centro	Rua Saldanha Marinho, 314	Estabelecimento	2000	2010	Bar ocupado pela população LGBTQIA+ nos anos 2000. Endereço estimado a partir de Silva (2003)	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.
Jonas Pub	Centro	R. Francisco Tolentino, 570	Estabelecimento	2000		Boate voltada para o público LGBTQIA+. Foco em homens gays ursos. Sem informação de ano de abertura, mas foi durante os anos 2000.	Relato dado por usuários à própria autora.
Lugar Comum	Centro	Alameda Adolfo Konder, 11	Restaurante	2000	2010	Restaurante frequentado por grupos de intelectuais, que recebia também público LGBTQIA+.	PERUCCHI, Juliana. Eu, Tu, Elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis. , p. 90 QUEIROZ, Igor H.L. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.8, n.2, p. 01-21, 2014
MixCasarão	Centro	Av. Hercílio Luz, 679	Estabelecimento	2000	2007	"O MixCasarão era o nome dado a um casarão antigo, localizado ao lado direito de onde fica a frente do palco no carnaval do Roma, que às vezes funcionava como Estabelecimento. Durante o carnaval e em algumas ocasiões em que se queria promover festas para mais pessoas, o MixCafé transferia-se para lá." VENCATO, 2002, p. 70	VENCATO, Anna P. "Fervendo com as drags": corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 132. 2002.
Salute Tour Operator	Santa Monica	R. Prof. Marcos Cardoso Filho, 646	Estabelecimento	2000	2010	Agência de Turismo especializada no público LGBTQIA+. Não há informações sobre o período de funcionamento, mas se estima que foi em algum momento entre 2000 e 2010.	WayBack Machine/Guia Gay Brasil: https://web.archive.org/web/20010124055400/http://www.guia-gaybrasil.com.br:80/florianopolis.htm Acesso em 23/08/2022, 19:11
SC 401	?	SC 401	Zona de Prostituição	2000	2020	Zona de Prostituição dominada por travestis e transexuais. Registro feito por Ferreira (2007)	FERREIRA, Liciane Rossetto. A Comunicação e o Turismo Sexual: as garotas do Brasil, um olhar hermenêutico. Tese (Doutorado em Práticas Sociopolíticas e Comunicações nas Organizações). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC-RS. Porto Alegre, 2007.

SoHo	Centro	Av. Hercílio Luz, 449	Estabelecimento	2000	2010	Boate frequentada por pessoas LGBTQIA+ nos anos 2000. Não há informações sobre período de funcionamento.	QUEIROZ, Igor H.L. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.8, n.2, p. 01-21, 2014 WayBack Machine/Guia Gay Brasil: https://web.archive.org/web/20010124055400/http://www.guiagaybrasil.com.br:80/florianopolis.htm Acesso em 23/08/2022, 19:11
Terminal Rita Maria (1)	Centro	Av. Paulo Fontes, 1101	Zona de Prostituição	2000		Terminal Rodoviário utilizado tanto para a prática de cruising, quanto para prostituição de michês e travestis.	QUEIROZ, Igor H.L. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v.8, n.2, p. 01-21, 2014
Terminal Rita Maria (2)	Centro	Av. Paulo Fontes, 1101	Cruising	2000		Terminal Rodoviário utilizado tanto para a prática de cruising, quanto para prostituição de michês e travestis.	SCHROEDER, Marcelo Nuernberg. Cenas da Sexualidade Florianopolitana: Incursões estéticas à centralidade urbana. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC. Florianópolis, 2009.
ACORDA (Associação Catarinense dos Redutores de Danos)	Tapera	Rua da Creche 597	ONG	2001	2018	ONG que atuava na saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGBI+. Foi fundada em 1993, entrou em hiato em 1996 e voltou a funcionar em 2000. Sua sede física foi desativada em 2020, devido a uma ordem de despejo.	LOSSO, Juliana C. M. Dos Desregramentos da Carne: um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 355. 2010. cnpj.info
Concorde Club	Centro	Av. Rio Branco, 729	Estabelecimento	2001		Boate com ocupação LGBTQIA+ que funciona desde 2001. Presença massiva de homens gays, brancos, geralmente musculosos e jovens.	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008.
Thermas Oceano	Centro	R. Luiz Delfino, 231	Sauna/Videoclube	2001		Sauna e sex club direcionado a homens gays em funcionamento desde 2001	https://www.thermasoceano.com/
Estrela Guia	Centro	R. dos Ilhéus, 46 - sala 1007	ONG	2002		ONG em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais de Pessoas em Situação de Prostituição	https://estrelaguaiasc.com/ , Acesso em 03/10/2022
Floribar	Centro	R. Dorval Melchades de Souza, 638	Estabelecimento	2002	2009	Bar voltado ao público LGBTQIA+ que funcionou entre 2002 e 2009. Voltado ao público de classe média, de idades variadas. Presença notável de mulheres, geralmente acompanhando homens gays (cerca de 25% mulheres, contra 75% homens). Presença notável de bissexuais. Poucas lésbicas, transgêneros e travestis. Há informações de que o bar reabriu em novo local, mas não há confirmação.	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008.
Transpoort	Centro	R. Henrique Valgas, 112	Estabelecimento	2002	2005	Boate frequentada por LGBTQIA+ entre 2002 e 2005	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Ilha Café	Centro	Rua Bocaiuva, 2468	Estabelecimento	2003	2008	Restaurante frequentado pelo público GLS, segundo relatos dados à própria autora do mapa	Relato dado por usuários à própria autora.
Thermas Hangar	Centro	Rua Henrique Valgas, 112	Sauna/Videoclube	2003	2013	Sauna direcionada a homens gays que funcionou a partir de 2003. Em 2013, passa a se chamar Sauna G3.	REVISTA LADO A. Curitiba: Lado A, v. 48, 2013. Bimestral. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Bar 214 GLS	Centro	R. Henrique Valgas, 214	Estabelecimento	2005	2010	Bar voltado para o público LGBTQIA+ que funcionou nos anos 2000.	http://jeanwyllysmattos.blogspot.com/2005/10/ex-bbb-jean-willys-em-florianopolis.html
La Luna Club	Centro	R. Major Augusto de Farias, 63	Estabelecimento	2005	2008	Boate voltada ao público LGBTQIA+ que funcionou entre 2005 e 2008. Voltada a um público de classe média, branco, predominantemente masculino (75%homens, 25% mulheres). O sistema de numeração da rua mudou, passando do nº 20 para o nº 63 após o fechamento da boate. Atualmente, no local funciona a casa de strip tease Doce Veneno Club	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008. VIA G. São Paulo: Via G, nov. 2008. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/0008194069ce761834dab . Acesso em: 17 mar. 2021.
Blues Velvet Bar	Centro	R. Pedro Ivo, 147	Estabelecimento	2006	2020	Boate voltada para o público LGBTQIA+ em funcionamento desde 2006. Fechado durante 2018, com reabertura em 2019. Fechado novamente em 2020, com reabertura em 2021.	https://ndmais.com.br/diversao/um-ano-apos-o-fechamento-blues-velvet-reabre-com-proposta-inicial/

Magia Vídeo Club	Centro	Rua Hoepcke, 76	Sauna/Videoclube	2006	2011	Videoclube direcionado a LGBTQIA+. Cadastrada sob o nome "Bernhur Vídeo Locadora LTDA" no CNPJ.	REVISTA LADO A. Curitiba: Lado A, v. 34, 2010. Bimestral. CNPJ.info, acesso em 03/10/2022
Marquise do Ceisa Center	Centro	Av. Prefeito Osmar Cunha, 183	Ocupação Difusa	2006	2020	Marquise do edifício Ceisa Center, utilizada pelos LGBTQIA+ para fazer "esquentas" antes de frequentar a Estabelecimento Jivago	Experiência própria da autora.
Outing Turismo	Itacorubi	Rua Coronel Luiz Caldeira, 167	Ocupação Difusa	2006	2009	Agência de Turismo especializada no público LGBTQIA+	VIA G. São Paulo: Via G, nov. 2008. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/0008194069ce761834dab . Acesso em: 17 mar. 2021. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Jivago	Centro	R. Deputado Leoberto Leal, 116	Estabelecimento	2007		Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funciona desde 2007.	https://www.facebook.com/jivagoclub/
Taliesyn Rock Bar	Centro	R. Victor Meirelles, 112	Estabelecimento	2007	2022	Boate de rock com eventos e ocupação LGBTQIA+ crescente a partir de 2017	https://www.facebook.com/taliesynrockbar/
Bistrô da Leila	Sambaqui	R. Gilson da Costa Xavier, 2179	Estabelecimento	2008		Restaurante frequentado pelo público GLS, segundo a revista ViaG	VIA G. São Paulo: Via G, nov. 2008. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/0008194069ce761834dab . Acesso em: 17 mar. 2021.
Hunter Vídeo Club	Centro	Rua Padre Roma, 431	Sauna/Videoclube	2008		Videoclube direcionado a homens gays em funcionamento desde 2008	https://www.hunterfloripa.com/ acesso em 03/10/2022
1007 Floripa	Centro	Alameda Adolfo Konder 1007	Estabelecimento	2009	2020	Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funcionou entre 2009 e 2020.	https://ndmais.com.br/diversao/forte-na-cena-alternativa-de-florianopolis-e-balneario-camboriu-1007-abre-casa-noturna-em-sp/ https://www.facebook.com/1007Floripa
Isla Urbana Lounge	Lagoa da Conceição	Av. das Rendeiras, 1046	Estabelecimento	2011	2017	Bar com ocupação LGBTQIA+ que funcionou na década de 2010.	REVISTA LADO A. Curitiba: Lado A, v. 48, 2013. Bimestral. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Bloco do 1007	Centro	Alameda Adolfo Konder, 1007	Carnaval	2012		Bloco de carnaval LGBTQIA+ friendly, que ocorre na cidade desde 2012.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
Play 156	Centro	Rua Victor Meirelles, 154	Sauna/Videoclube	2012	2014	Videoclube direcionado a homens gays que funcionou entre 2012 e 2014.	REVISTA LADO A. Curitiba: Lado A, v. 49, 2013. Bimestral. Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Bloco Vexame	Centro	Calçadão João Pinto, 145	Carnaval	2013		Bloco de carnaval LGBTQIA+, que ocorre na cidade desde 2013. Bloco de música eletrônica	https://www.blocosderua.com/
Mercado Vitoria	Centro	R. Conselheiro Mafra, 681	Ocupação Difusa	2013	2020	Mini-mercado que funcionou entre 2013 e 2020. Por ser um dos poucos comercios de bebidas na regio proximo a algumas casas noturnas (Treze Bar e Blues Velvet), tornou-se um ponto de encontro e sociabilidade noturna LGBTQIA+ em Florianopolis. O mercado mudou de endereço no início de 2020. Sem informacoes de funcionamento recentes.	ARAUJO, Marcelo de. Território de Lazer e Sociabilidade de Jovens LGBT no Centro de Florianopolis-SC. 68 f. Trabalho de Conclusao de Curso (Graduacao) - Curso de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018 Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Sauna G3	Centro	Rua Henrique Valgas, 112	Sauna/Videoclube	2013	2015	Sauna direcionada a homens gays que funcionou a partir de 2013. A partir tese de Santos (2016), estima-se que encerrou as atividades em 2015. No mesmo local, anteriormente funcionavam as Thermas Hangar.	SANTOS, Daniel Kerry dos. HOMENS NO MERCADO DO SEXO: fluxos, territórios e subjetivações. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2016. REVISTA LADO A. Curitiba: Lado A, v. 49, 2013. Bimestral.
Treze Bar	Centro	R. Padre Roma, 174	Estabelecimento	2014	2019	Boate voltada para o público LGBTQIA+ que funcionou entre 2014 e 2019. O bar foi fechado em 2019 por ordem da Prefeitura de Florianópolis, sob o argumento de alteração do patrimônio edificado.	https://www.guiagayfloripa.com.br/noticias/cultura/reduto-do-pop-e-do-alternativo-treze-fechara-as-portas
Mercado Guga Express	Centro	Avenida Hercilio Luz, 465	Ocupação Difusa	2015		Mini-mercado que funciona desde 2015. Por ser um dos poucos comercios de bebidas baratas na regio proxima a alguns bares, tornou-se um ponto de encontro e sociabilidade noturna LGBTQIA+ em Florianopolis.	Consulta CNPJ em http://cnpj.info/
Bloquinho da Salão	Centro	R. Nunes Machado	Carnaval	2017		Bloco de carnaval LGBTQIA+ friendly que ocorre na cidade desde 2017.	https://www.facebook.com/projetosalao
Cabaret	Centro	Rua Menino Deus 47	Estabelecimento	2017	2018	Boate com ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre 2017 e 2018. No mesmo local, anteriormente funcionava o Mix Café, outra boate LGBTQIA+.	Memória pessoal. Outras informações nas redes sociais da Boate: https://www.instagram.com/cabaretclubfloripa/ https://www.facebook.com/CabaretFloripa/ https://www.facebook.com/Cabaret-club-Florian%C3%B3polis-145643033774011 Acesso em: 01/04/2021, às 18h18
Gruta Dourada	Centro	Rua Conselheiro Mafra, 743	Estabelecimento	2017	2019	Prostíbulo que entre 2017 e 2019 eventualmente era utilizado como boate LGBTQIA+.	Experiência própria da autora.
La Kahlo Bodega	Centro	Av. Hercilio Luz, 633	Estabelecimento	2017	2022	Bar fundado em 2017, comandado por lésbicas, e com ocupação LGBTQIA+	Experiência própria da autora.
Lambretta Bar	Centro	Tv. Harmonia, 44	Estabelecimento	2017	2019	Boate com ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre 2017 e 2019.	Experiência própria da autora.

Bloco da Caos	Centro	Tv. Harmônia	Carnaval	2018	2019	Bloco de carnaval LGBTQIA+ friendly, que ocorre na cidade desde 2018.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
Bloco da Lez	Centro	Tv. Harmônia	Carnaval	2018	2018	Bloco de carnaval específico para mulheres lésbicas. Ocorreu em 2018.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
Bloco Jivaguetchys	Centro	R. Dep. Leoberto Leal	Carnaval	2018		Bloco de carnaval LGBTQIA+ friendly, que ocorre na cidade desde 2018.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
Bloco Não Me Kahlo	Centro	Av. Hercílio Luz	Carnaval	2018		Bloco de carnaval LGBTQIA+, que ocorre na cidade desde 2018.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
Madalena Bar	Centro	R. Victor Meirelles, 230	Estabelecimento	2018		Bar que serve drinks, fundado em 2018, comandado por lésbicas, e com ocupação LGBTQIA+	https://www.nscototal.com.br/noticias/com-sete-bares-rua-victor-meirelles-torna-se-redu-to-de-jovens-na-noite-de-florianopolis , https://www.instagram.com/madalena.bar
Bloco da Bicharada	Centro	Av. Hercílio Luz	Carnaval	2019		Bloco de carnaval LGBTQIA+, que ocorre na cidade desde 2019. Bloco temático, em que todes devem se fantasiar de bichos (ou bichas).	Tabela de carnaval - Filipe Chaves https://www.blocosderua.com/Vivencias_pessoais .
Bloco do Blues	Centro	R. Pedro Ivo, 147	Carnaval	2019		Bloco de carnaval LGBTQIA+ friendly, que ocorre na cidade desde 2019.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
Só Love de Carnaval (antigo Bloco da Caos)	Centro	Av. Hercílio Luz	Carnaval	2020		Bloco de carnaval LGBTQIA+ friendly, que ocorre na cidade desde 2018.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
?	Centro	Rua Marechal Guilherme 115	Estabelecimento			Segundo relato registrado em Godoy (2001), uma boate de ocupação LGBTQIA+ funcionou "numa casa na frente do Lauro Müller". Não se sabe o nome. Endereço estimado.	GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2001.
Bailão do Flamengoinho de Capoeiras	Capoeiras	R. Pref. Dib Cherem, 2789	Estabelecimento			Bailão majoritariamente heterossexual, mas também espaço de homossexualidade lésbica. Outras ocorrências semelhantes em bailões em Palhoça e São José. Registro feito em 2001, não se sabe a época em que ocorriam essas sociabilidades.	GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2001.
Barbarella Lounge	Centro	Rua Saldanha Marinho, 351	Estabelecimento			Boate voltada para o público LGBTQIA+, não há informações sobre o período de funcionamento, mas estima-se que funcionou entre meados dos anos 2000s até meados dos anos 2010s.	https://www.facebook.com/barbarella.floripa
Bob's	Centro	R. Trajano, 205	Estar difuso			*Restaurante de fast-food, que se tornou um espaço de ocupação LGBTQIA+. O restaurante tem público bastante diverso, desde cisgêneros heterossexuais a pessoas LGBTQIA+. Segundo Henning (2008), os gerentes do estabelecimento desgostavam da presença desse público. Alta frequência de gays e lésbicas jovens, entre 15 e 22 anos. Ocupação diversa em inclusive em questões de idade, classe, raça, gênero e sexualidade.	HENNING, Carlos Eduardo. As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008.
Café das Artes	Centro	Rua Esteves Junior, 734	Estabelecimento			Bar e restaurante frequentado por LGBTQIA+, com grande confluência de estudantes universitários. Ficava instalado no antigo prédio do DCE da UFSC, na R. Alvaro de Carvalho, próximo a R. Felipe Schmidt. Endereço estimado a partir de Cordova (2006), e da localização da UNE	CORDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006
Escracho	Centro	R. Alvaro de Carvalho	Estabelecimento				
Franklin Bar	Centro	Rua Tiradentes, 223	Estabelecimento				Experiência própria da autora.
Octopus Cave	Centro	R. Henrique Valgas, 112	Estabelecimento			Bar de rock, que já recebeu eventos como o Gala Gay. Sem informações definitivas sobre época de funcionamento. Sem endereço preciso, mas se localizava nos fundos do Floripa Music Hall, na Rua Henrique Veigas.	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. Endereço estimado a partir de Coluna do Cacau Menezes, no link: https://ndmais.com.br/economia-sc/floripa-vai-voltar-forte-depois-da-pandemia/ Acesso em: 01/10/2022 às 15:52

Peculiar	Centro	Av. Rio Branco, 298	Estabelecimento	1986	Bar de rock com música ao vivo, que recebia também público LGBTQIA+. O bar foi fechado em 1986 por mobilização social contra frequentadores de má reputação (LGBTQIA+, punks, etc). O bar funcionava na esquina da Av. Rio Branco com a R. Padre Roma.	OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de. CABE ROCK NESSA ILHA?: formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989). 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. PERUCCHI, Juliana. Eu, Tu, Elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis. , p. 90
Pré Carnaval La Kahlo	Centro	Av. Hercílio Luz	Carnaval		Bloco de carnaval LGBTQIA+, que ocorre na cidade desde 2018.	Tabela de carnaval - Filipe Chaves
R. Conselheiro Mafra	Centro	R. Conselheiro Mafra	Zona de Prostituição		Região com ocupação noturna voltada à prostituição de mulheres cis e trans, travestis, bem como homens cis. Ocupada desde o início do século XX, época da construção do Mercado Público. Referida como "Rua das Tias" por ali estarem profissionais do sexo mais velhas	FERREIRA, Liciane Rossetto. A Comunicação e o Turismo Sexual: as garotas do Brasil, um olhar hermenêutico. Tese (Doutorado em Práticas Sociopolíticas e Comunicações nas Organizações). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC-RS. Porto Alegre, 2007.
R. Santos Saraiva	Estreito	R. Santo Saraiva	Zona de Prostituição		Ocupação predominante de prostitutas do gênero feminino, em geral transgêneras e travestis. Ponto principal: Esquina da R. Santos Saraiva com a R. Fulvio Adulci	OLIVEIRA, Marcelo Jose. O Lugar do Travesti em Desterro. (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 1997.
R. Victor Meirelles	Centro	Rua Victor Meirelles	Ocupação Difusa			Experiência própria da autora.
Rancho do Maneca	Rio Tavares	Rod. Francisco Magno Vieira, 472	Estabelecimento		Boate LGBTQIA+ de Florianópolis, frequentada majoritariamente pela comunidade ursina.	SANTOS, Daniel K. D. Modos de Vida e Processos de Subjetivação na Experiência de Envelhecimento Entre Homens Homossexuais na Cidade de Florianópolis/SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 183. 2012.
Rio's Bar	Centro	Av. Hercílio Luz, 625	Estabelecimento		Antigo bar, com crescente ocupação LGBTQIA+ desde o ano de 2017	Experiência própria da autora.
The Pub	Centro	Rua Anita Garibaldi, 346	Estabelecimento		Bar ocupado pela população LGBTQIA+. Endereço estimado a partir de Silva (2003)	SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003. VIA G. São Paulo: Via G, nov. 2008. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/0008194069ce761834dab . Acesso em: 17 mar. 2021.
Ticen	Centro	Avenida Paulo Fontes	Ocupação Difusa			Relato dado por usuários à própria autora.
Via 11 Café	Centro	Rua Trajano, 155	Estabelecimento	2001	Bar com ocupação LGBTQIA+ que funcionou entre ? e 2001. Alta frequência de lésbicas.	GODOY, Rosana Maria de. Encontros Prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2001.
XV, 16	Centro	Praça XV de Novembro, 344 - Centro	Estabelecimento		Um dos primeiros bares voltados ao público guei, nos anos 80, tinha duas mulheres como proprietárias. Descrito como "pequeno mas muito aconchegante" segundo relato de uma mulher lésbica.	CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. 2006. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis. PERUCCHI, Juliana. Eu, Tu, Elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis. , p. 90 https://ndmais.com.br/teatro/casa-do-teatro-armacao-no-centro-de-florianopolis-esta-fechado-por-falta-de-projetos-de-montagem/ acesso em 10/08/2022 às 16:07